



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DA ACADEMIA DE POLÍCIA
MILITAR DE BRASÍLIA ACERCA DO ALUNO POLICIAL MILITAR**

DANIELE ALCÂNTARA NASCIMENTO

Brasília
2012

DANIELE ALCÂNTARA NASCIMENTO

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE
BRASÍLIA ACERCA DO ALUNO POLICIAL MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

Nascimento, Daniele Alcântara.
N244c Concepções de professores da Academia de Polícia Militar
de Brasília acerca do aluno policial militar / Daniele
Alcântara Nascimento -- 2012.
xiv, 127 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação
em Educação, 2012.

Inclui bibliografia.

Orientação: Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

1. Formação profissional. 2. Polícia militar.
3. Professores e alunos. I. Cerqueira, Teresa Cristina
Siqueira. II. Título.

CDU 37.064.2

DANIELE ALCÂNTARA NASCIMENTO

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE
BRASÍLIA ACERCA DO ALUNO POLICIAL MILITAR**

Este trabalho foi julgado adequado para a obtenção do título de Mestre em Educação e aprovado em sua forma final pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Brasília, 30 de novembro de 2012.

Prof. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade de Brasília

Prof. Dra. Sandra Francesca Conte de Almeida (Membro Externo)
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Católica de Brasília

Prof. Dra. Ione Vasques-Menezes (Membro)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília

Prof. Dra. Inês Maria M Zanforlim Pires de Almeida (Suplente)
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade de Brasília

Ao Thiago, meu grande amor,
Aos meus pais, Cleide Sueli e José Lourival,
exemplos em minha vida e as minhas irmãs lindas,
Flávia e Polyana.

Agradecimentos

A realização deste projeto somente foi possível pelo apoio de muitas pessoas, que acreditaram no meu trabalho. Começo agradecendo meus pais, pela educação e pela paciência que sempre tiveram comigo, apoiando os meus sonhos com um senso de humor que não há igual.

Aos Policiais Militares do Distrito Federal, que hoje cuidam da segurança pública de Brasília e que contribuíram com esta pesquisa, parando e dizendo com calma o que pensam sobre o aluno policial militar.

Aos que foram meus Comandantes na PMDF durante o período do mestrado e que possibilitaram a conciliação entre estudos e trabalho.

Aos Professores Cívicos e aos Professores Policiais Militares, que participaram da formação de muitos policiais militares e dedicam parte de suas vidas à educação.

Gostaria de agradecer aos amigos Denise, Jane, Luciano e Giselle, que me ouviram, me ajudaram e foram sinceros sempre.

Agradeço às minhas irmãs, Flávia e Polyana e as amigas Raquel e Rayssa, pela força que precisei na reta final para que o estudo fosse concretizado.

Agradeço aos meus professores que participaram da minha formação no mestrado: Teresa Cristina, Inês Maria, Raquel Almeida, Ione Vasques-Menezes, Cláudia Pato e Ângela Almeida. Todos foram brilhantes e despertaram em mim uma admiração profunda e eterna.

Agradeço a minha banca de defesa, Professora Ione Vasques-Menezes, Professora Sandra Francesca Conte de Almeida e Professora Inês Maria M. Zanforlim Pires de Almeida, todas contribuíram imensamente para que esta pesquisa fosse aperfeiçoada.

Um agradecimento especial a minha orientadora, Professora Teresa Cristina, pela educação e sensibilidade das palavras, pela calma e equilíbrio, pelo otimismo e simplicidade!

Descobrimo a polícia

Daniele Alcântara

No dia em que entrei na Polícia Militar de nada eu sabia
Os antigos me avisavam que tudo um dia passaria
O sofrimento me consumia e na correria eu aprendia
Na minha cabeça de menina, cansada, eu tinha força e pensava: jamais eu me desesperaria

Alguns disseram que da minha vida anterior eu esqueceria
Os dias demoravam e na minha essência humana eu pensava que enlouqueceria
Nas longas madrugadas acordada uma vontade de vencer surgia
E para Deus eu perguntava: será que policial eu seria?

Percebi que a profissão fácil não era
Que muitos ali sonhavam em estar, alunos da caserna
Observei que treinar era preciso, pois na rua tudo me espera
Aprendi a amar a profissão mesmo com as dificuldades que não quisera

Valores que enobrecem o homem nos ensinavam, pudera!
Honrar a pátria com o sacrifício da própria vida, a morte não espera!
Ter equilíbrio na tomada de decisões, sempre, quem me dera!
Chorar ao ver a maldade humana, somente no começo eu o fizera!

Já reconhecida como policial militar, na farda eu me encontrava
Já chamando os civis de paisanos, diferente eu me achava
Já despidida da farda, livre... eu sorria e com a vida eu sonhava
Já vestida pela lei novamente, percebi que ela nunca me abandonava

Sabedoria, segredo da felicidade, minha profissão me encantava
O olhar confiante das pessoas, a salvação eu significava
Voltar a ser o que eu era, isto já não me interessava
Porque o que eu sou devo também a polícia, sua história me consagrava

Não ter medo de ser eu mesma, um desafio eu enfrentava
Foi difícil entender que me partir ao meio não precisava
A escola não foi perfeita, mas aprendi muito mais que esperava
Hierarquia e disciplina: quem me dera se a sociedade as respeitara!

Aprender a superar os medos, isto muito era treinado
Mas perceber que nem sempre pela dor se ensina, isto era ignorado
Na formação do policial militar, um aço era forjado
Mas como policial de aço não existe, todo esforço era levado

Formando policiais militares, muitos eram deformados
E das formas que restavam, pouco era aproveitado
Até que o formar foi mudando, quantas belas formas tinham brotado!
A deformidade do passado, este jamais será reprisado

Ser policial militar é ser humano, já ensina a escola
Antes tarde do que nunca, sigamos nesta trajetória
Respeito à diversidade social, as mortes fazem história
Mas as mudanças vêm das vidas, um grande desafio da memória.

O importante e bonito no mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam.

Guimarães Rosa, em *Grandes Sertões Veredas*

LISTA DE ABREVIATURAS

AcCrim	Análise Criminal
AICS	Assuntos Institucionais e Comunicação Social
APMB	Academia de Polícia Militar de Brasília
BAVOP	Batalhão de Aviação Operacional
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BPCÃES	Batalhão de Policiamento com Cães
BPCHOQUE	Batalhão de Policiamento de Choque
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BPMA	Batalhão de Polícia Militar Ambiental
BPTRAN	Batalhão de Polícia de Trânsito
CAD	Cadete
CAEAp	Centro de Altos Estudos e Aperfeiçoamento
CAP	Capitão
CB	Cabo
CCS	Centro de Comunicação Social
CEL	Coronel
CHEM	Chefe do Estado-Maior
CI	Centro de Inteligência
CME	Comando de Missões Especiais
CME	Comando Militar Especializado
CPCDH	Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos
CPRL	Comando de Policiamento Regional Leste
CPRM	Comando de Policiamento Regional Metropolitano
CPRO	Comando de Policiamento Regional Oeste
CPRS	Comando de Policiamento Regional Sul
DAE	Diretoria de Aperfeiçoamento e Extensão
DALF	Diretoria de Apoio Logístico e Finanças
DAM	Diretoria de Assistência Médica
DAO	Diretoria de Assistência Odontológica
DAP	Diretoria de Assistência ao Pessoal
DCC	Departamento de Controle e Correição
DEC	Departamento de Educação e Cultura

DEEC	Diretoria de Especialização e Educação Continuada
DEOF	Diretoria de Execução Orçamentária e Financeira
DForm	Diretoria de Formação
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DGEI	Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução
DGP	Departamento de Gestão de Pessoal
DICC	Diretoria de Controle Contábil
DIPC	Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis
DIPRO	Diretoria de Projetos
DITEL	Diretoria de Telemática
DLF	Departamento de Logística e Finanças
DOP	Departamento Operacional
DPGC	Diretoria de Planejamento e Gestão de Contratos
DPAD	Diretoria de Promoção e Avaliação de Desempenho
DPM	Diretoria de Pessoal Militar
DPMT	Diretoria de Patrimônio, Manutenção e Transportes
DPPHC	Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural
DPPP	Diretoria de Pagamento de Pessoal e Previdência
DRPB	Departamento Regional de Polícia de Brasília
DRS	Diretoria de Recrutamento e Seleção
DSAP	Departamento de Saúde e Assistência Social
DSP	Divisão de Segurança Pública
EAD	Educação a Distância
EFAP	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
EFO	Escola de Formação de Oficiais
GEB	Guarda Especial de Brasília
GP	Guarda Policial
GQ	Gestão da Qualidade
GRN	Guarda Rural da NOVACAP
IECT	Inteligência Estratégica, Ciência e Tecnologia
ISCP	Instituto Superior de Ciências Policiais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MAJ	Major
MJ	Ministério da Justiça
MJNI	Ministério da Justiça e Negócios Interiores
NGMA	Normas Gerais para a Medida de Aprendizagem
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital (nome de fantasia)
OP	Operações e Doutrina
PAE	Plano Anual de Ensino
PDF	Polícia do Distrito Federal
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PP	Planejamento de Pessoal
RPMON	Regimento de Polícia Montada
SD	Soldado
SGT	Sargento
SPM	Serviço de Polícia Metropolitana
ST	Subtenente
TC	Tenente-Coronel
TEN	Tenente
UnB	Universidade de Brasília

LISTA DE TABELAS

Tabela1: Efetivo geral da PMDF.....	36
Tabela 2: Definição das categorias encontradas a partir das entrevistas	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Detalhes do organograma da PMDF	32
Figura 2: Estrutura funcional da PMDF	33
Figura 3: Missão, visão, filosofia e valores da PMDF.....	35
Figura 4: Organograma do Departamento de Educação e Cultura	37

RESUMO

O presente estudo se refere a uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo que visa conhecer e analisar as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar na Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB). Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com 17 professores. Por meio da análise de conteúdo das entrevistas identificou-se categorias temáticas para melhor compreensão dos dados. Os resultados apontaram que, na concepção de professores da APMB, o aluno policial militar é visto como alguém disciplinado, interessado em aprender e educado. Os professores afirmam terem um relacionamento positivo com o aluno e que o mesmo participa das aulas. A hierarquia se estabelece em sala no contato professor-aluno, havendo uma consciência do sistema disciplinar e das possíveis punições advindas de transgressões. O aluno policial militar possui desafios que incluem a pressão psicológica e uma autonomia limitada. O ensino possui matérias diversificadas. Relacionado a isto, os professores ressaltam que o aluno policial militar trabalha na rua desde sua primeira formação, tendo uma grande quantidade de atividades a serem desempenhadas. O aluno deve ter um bom desempenho e dedicação exclusiva aos cursos. A capacidade técnica é valorizada pelos professores, a qual inclui treinamento constante vinculado à prática policial. Os professores destacam a coerência, ética e honestidade como atributos importantes na prática policial. Conclui-se que as concepções de professores se formam relacionadas às crenças, valores e imagens da PMDF, abrindo caminho para que os docentes compreendam como lidam com o aluno policial militar em formação.

Palavras-chave: Concepções de professores. Aluno policial militar. Professor da Academia de Polícia Militar de Brasília. Polícia Militar do Distrito Federal.

ABSTRACT

This study's main objective was to study and analyze the understanding and conceptions from both civilian and military professors regarding the student of the police officer academy from Brasilia (APMB). Using exploratory research, 17 semi-structured interviews were conducted and analyzed through content analysis in order to categorize them. Results suggests that the police officer student, from the view of the professors has an image of being disciplined, interested in learning, and polite. Professors stated to have a positive and well maintained relationship with students and fulfill the activities proposed by the professors. Regarding the hierarchy, students are very aware of the difference between them and the professors, they have a high knowledge about the rules and the penalties they could suffer if they transgress any rule. Students often report high psychological pressure and limitations of actions. The course is composed by very different subjects and they often need to do a deep reading of its contents. Professors also stated that the police officer student goes on action at the very moment he joins the police officer academy making the burden of those different subjects they have to study to be even heavier for them. It's asked from the police officer students that they have high grades at the police officer academy and to take it as the most important thing in his life, giving all the effort he can in order to be the best police officer as possible. Technical aspects are highly valorized by the professors and the way they are implemented in practical issues faced by the police officers when they are in action. The professors mentioned as to be the most important characteristics for the police officer to be honesty, ethics and coherency in their relationship with the community they are in. We conclude that the conceptions of professors form related to beliefs, values and images of PMDF, paving the way for teachers to understand how to deal with the police officer student.

Key Words: Professor's conceptions. Police officer student. Professors in the police officer academy. Federal District Military State Police.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I A SOCIEDADE E O SURGIMENTO DA POLÍCIA	21
1.1 A Polícia Militar na Capital da República	22
1.2 Polícia Militar do Distrito Federal.....	29
CAPÍTULO 2 CONCEPÇÕES: QUESTÕES CONTEXTUAIS EM EDUCAÇÃO	47
CAPÍTULO 3 MÉTODO	57
3.1 Campo de Pesquisa	58
3.2 Objetivos.....	58
3.2.1 Objetivo geral.....	58
3.2.2 Objetivos específicos	58
3.3 Participantes.....	58
3.4 Instrumento.....	59
3.4.1 Roteiro	59
3.5 Coleta de dados	60
3.5.1 Acesso aos participantes	60
3.5.2 Realização das entrevistas.....	60
3.5.3 Perfil dos participantes.....	61
3.5.3.1 Professores civis	61
3.5.3.2 Professores policiais militares	62
3.6 Análise de dados	63
CAPÍTULO 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
4.1 Imagem do aluno policial militar	65
4.2 Relacionamento interpessoal	71
4.3 Consciência do sistema disciplinar.....	78
4.4 Ensino na APMB.....	84
4.5 Vínculo com a prática policial militar	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	126
APÊNDICE B – Dados Demográficos	127

INTRODUÇÃO

A sociedade atual tem-se preocupado cada vez mais com a segurança pública ou com a sua falta. O tema assim, ganha centralidade no debate público como um dos mais graves problemas sociais urbanos no final do século XX e começo do XXI, induzindo a uma redefinição da questão da gestão do espaço urbano, que abrange a gestão da segurança haja vista a manutenção da ordem e da segurança pública nas cidades (PONCIONI, 2007). A polícia, em especial, como uma das instituições tradicionais de combate ao crime tem se mostrado pouco eficaz para o enfrentamento do tema, configurando o que Levy (1997) chamou de crise do modelo liberal de organização policial.

Essa crise abriu caminho para que o policial militar passasse a ser um sujeito social de destaque e discussão nos meios de comunicação de forma geral. Tal afirmação ganha respaldo quando se observa as colocações de Benyon (2006) acerca dos problemas relacionados à criminalidade e à ordem pública, que deixaram de ser exclusivos de determinadas regiões e afetam todas as sociedades.

Um dos temas mais abordados por pesquisadores da área de segurança, por formuladores de políticas públicas, por autoridades de governo e pelos próprios policiais, neste cenário conturbado de insegurança, é a premência de profissionalizar a polícia brasileira como uma solução para capacitá-la para o desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na direção da ordem e segurança pública (PONCIONI, 2005).

Neste sentido, entende-se que é de fundamental importância nas possíveis intervenções que visam à efetividade do trabalho policial considerar o exame da formação profissional dos policiais militares. Para tanto, deve-se considerar as concepções dos professores sobre o policial militar como aluno dentro de sua instituição, no caso, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo este o objetivo principal deste trabalho.

A presente pesquisa apresenta um estudo exploratório qualitativo que buscou discutir as concepções de professores que ministram ou ministraram aulas na Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), responsável pela formação dos policiais militares do Distrito Federal, em nível de graduação e pós-graduação *lato-sensu*. Na APMB, pode-se encontrar, ao longo de sua história, professores civis oriundos de instituições conveniadas à PMDF, em específico neste estudo, a Universidade de Brasília e a Universidade Católica, adicionados, também, os professores que são policiais militares.

De acordo com Isaia e Bolzan (2004), as concepções de docência que os professores apresentam e a maneira como idealizam a formação e a docência condicionam a sua prática

pedagógica, ou seja, o modo como esses professores atuam e concebem a formação e a docência, influenciando na concretização da proposta de ensino.

Pensar o policial militar na escola da sua profissão é relevante na medida em que sua qualificação é importante para atender a uma demanda social por melhorias em segurança pública. Foi verificado na literatura escassez de estudos que tratem do policial militar como aluno, igualmente não é possível verificar pesquisas que tratem das concepções de professores sobre os alunos das Academias de Polícia Militar. Ademais, tem-se o professor como parte integrante da formação policial militar, onde as concepções do professor acerca do aluno policial militar em sala e sua forma de interagir contribuem para com o fazer policial militar enquanto profissão que possui um saber específico.

Refletindo sobre as crenças e concepções teóricas implícitas, percebe-se que os professores apresentam sobre o seu fazer pedagógico uma maneira de como ocorre o processamento das informações em sala e como percebem as maneiras de intervenção didática. Por meio das concepções, têm-se referências da prática do professor, construindo seu conhecimento pedagógico de forma compartilhada (ISAIA; BOLZAN, 2004).

O conhecimento pedagógico é um conceito fundamental, por tratar-se de um amplo conhecimento, implicando no domínio do saber fazer (estratégias pedagógicas) e do saber teórico e conceitual e suas relações (MARCELO, 1999, 1997).

Para Isaia e Bolzan (2004), entender o processo de construção de conhecimento pedagógico compartilhado é tão essencial quanto compreender o aprender a aprender, o que é equivalente à capacidade de realizar aprendizagens em situações e contextos diversificados que melhorem a aquisição de estratégias cognitivas, considerando-se as condições individuais de cada indivíduo na sua interação com pares. Esse processo envolve trocas cognitivas e socioculturais entre ensinantes e aprendentes, sendo possível destacar-se condições a serem levadas em consideração pelos professores, ao longo de suas trajetórias de formação, segundo os autores.

Quando há uma referência ao professor que convive com alunos policiais militares dentro da APMB neste estudo, a ênfase recai sobre os alunos na PMDF e não fora dela. O professor conhece o aluno que está aprendendo a ser policial militar com o primeiro curso de formação, bem como o aluno que está em um curso de aperfeiçoamento ou especialização. O sistema de ensino do aluno policial militar possui normas baseadas num regulamento disciplinar que visa a disciplina e o respeito à hierarquia na PMDF.

Diante do fato de existir uma cultura policial admiravelmente comum, em que pese a admirável diferença entre as estruturas policiais dos diversos países, Monet (2001) chama

atenção para natureza idêntica das funções, ou seja, o fato de serem, os policiais, titulares dos mesmos poderes de pressão, o peso da hierarquia e o isolamento social destes atores concorrem para que várias semelhanças sejam observadas e o corporativismo seja uma constante, como por exemplo, a proteção recíproca e a defesa da instituição contra ataques externos, dentre outras. O autor observa também um forte conservadorismo policial do ponto de vista político e moral:

A cultura policial se marca, finalmente, por um conservadorismo intelectual que, sob a capa do pragmatismo, privilegia o olhar rasteiro, a tomada em consideração apenas dos elementos concretos e o antiintelectualismo. Tudo o que se apresenta sob a forma de inovação, de experimentação ou de pesquisa suscita reações de rejeição imediata. Pelo fato de ser redutora de incerteza, a reprodução do 'eterno passado' congela o universo policial em práticas rotineiras e bloqueia sua capacidade de se adaptar à mudança social (MONET, 2001, p.155).

De acordo com Monet (2001) e conforme esclarece Rolim (2007), as organizações policiais consolidaram, durante o transcurso de sua experiência histórica, um tipo particular de saber, interpretado por seus sujeitos como essencial à sua própria sobrevivência. Com isso, tem-se que os valores culturais da tradição policial estão legitimados, em um primeiro momento, pela concepção de que são eles os que podem “salvar sua vida”, conferindo-os uma enorme eficácia.

Constata-se, segundo Rolim (2007), que o saber científico é abstrato ou “teórico demais” para os policiais, reservando pouca relação com a prática da profissão, enquanto a teoria aprendida na academia será sempre um obstáculo a ser superado (ROLIM, 2007, p. 35).

Uma importante revelação do exame dos cursos de formação profissional de policiais no contexto brasileiro é trazida por Poncioni (2007). Segundo a autora, há tendências semelhantes na formação das instituições de ensino policial, dentre as quais está a presença, mesmo que com ênfases diferenciadas, de um entendimento dominante que tem como preocupação primeira moldar o policial para um comportamento legalista, numa variante burocrático-militar, com forte relevo ao "combate ao crime" (p. 25). Ainda de acordo com Poncioni (2007), a formação profissional destaca, a ausência quase que total do preparo na área da prevenção, com ênfase na negociação de conflitos e no relacionamento direto com o cidadão; evidencia-se, também, um nítido descuido na formação do policial civil e militar para o trato de distintas demandas e interesses da população que não se encontram restringidas ao cumprimento da lei, entretanto se relacionam com a manutenção da ordem pública.

A observação da formação profissional nas academias de polícia, destaca Poncioni (2007), vêm sendo essencialmente repetida, com escassas mudanças no eixo da formação profissional, sem que haja qualquer exame e avaliação quanto aos seus acertos, falhas e impactos no exercício diário do trabalho policial, levando-se em consideração as mudanças e a solução dos problemas encontrados.

Nesse sentido, ressalta-se que, habitualmente, as mudanças estão sujeitas à necessidade de se fornecer respostas imediatas às demandas por mais segurança, da opinião pública e dos entes políticos que se encontram no poder, diante de acontecimentos de violência e de crimes com expressiva repercussão ocorridos na sociedade (PONCIONI, 2007; FAIAD; DELABRIDA; NASCIMENTO, 2011).

Uma melhor qualificação profissional dos policiais militares vincula-se a figura do professor, bem como em sua forma de pensar este aluno e de condução de sua prática pedagógica para a formação do operador de segurança pública. Entretanto, além das deficiências relacionadas aos conteúdos programáticos dos cursos de formação, observam-se fragilidades comuns também no que tange aos recursos humanos disponíveis para o ensino policial (PONCIONI, 2005, 2007), ou seja, não há nas organizações policiais um corpo docente dedicado integralmente ao ensino e à supervisão dos estágios curriculares dos policiais em curso. Os professores (ou instrutores, como são conhecidos os professores no meio policial) são, em boa parte, oriundos da própria corporação, que, acumulam a atividade docente com outras atividades próprias à função prioritariamente exercida, além de não possuírem, segundo Poncioni (2007), um preparo específico para o exercício de suas funções na área de ensino policial.

Os ensinamentos de Zabalza (2004) especifica a docência como uma atividade profissional especializada, que compreende conhecimentos, condições específicas e reciclagens permanentes, demandando mais que a experiência profissional e a vocação, acima de tudo, exige a capacitação pedagógica.

De modo geral, existe uma ausência nas academias de polícia das ferramentas necessárias (recursos humanos e materiais) para uma maior reflexão acerca da formação do policial, a fim de se desenvolver um padrão de excelência no exercício habitual do trabalho dos sujeitos desse grupo específico de profissionais (PONCIONI, 2007).

Recentemente despontaram no cenário nacional algumas propostas e iniciativas do poder público e da sociedade civil organizada para a formação e a conseqüente qualificação dos policiais. Em sua maioria, assinala Poncioni (2007) tais iniciativas buscaram rescindir com

alguns paradigmas ainda vigentes no ensino desenvolvido nas academias de polícia e instituir novos conceitos sobre o trabalho policial.

Particularmente, no Distrito Federal, constata-se que a urgência de respostas imediatas às pressões e às demandas por uma maior segurança tem sido a linha condutora para a implementação de variadas propostas para a área de segurança pública, em específico para a formação profissional na organização policial militar. A formação e o conhecimento passam a ocupar lugar de destaque dentro da própria PMDF que discute a reformulação de currículos, já em andamento, bem como a criação do Instituto Superior de Ciências Policiais, primeira escola superior policial credenciada pelo Ministério da Educação.

Esta discussão acerca da formação policial corrobora com os apontamentos de Zabalza (2004), para quem o ensino superior atravessa um período de mudanças no que diz respeito a sua estrutura, posição social, como maneira de adaptação às demandas da sociedade.

Diante do exposto, pensar as concepções que professores têm do aluno policial militar é refletir que estas se originam pela interação de sujeitos sociais que constroem um saber ou uma forma de pensar a realidade dentro da formação do policial militar. O professor entra em contato com um meio, no caso a APMB, onde necessita conhecer suas peculiaridades, tais como, seu sistema de ensino com base na hierarquia e disciplina. Ao professor é dada a missão de fazer do conteúdo proposto algo assimilável e compreensível ao aluno policial militar. A PMDF espera que este aluno incorpore ou assimile o conhecimento que lhe é apresentado.

O aluno policial militar é formado, dentro da Academia de Polícia Militar de Brasília, por professores civis que abordam conteúdos diversos, tais como psicologia, matemática, didática, sociologia, relações internacionais, dentre outros. Esse aluno também é formado por outros policiais militares no tocante a ensinamentos específicos da profissão policial militar, como aulas de tiro, defesa pessoal, legislação da PMDF, direito penal militar, por exemplo. Com isto, é interessante pensar como estes professores percebem o aluno policial militar e se existem diferenças nas concepções feitas entre professores civis e professores policiais militares acerca do aluno na PMDF. O interesse em investigar as concepções e suas noções teóricas para a compreensão de fatos em educação consiste no processo que orienta a atenção para o papel de significações sociais no processo educativo.

As concepções de professores são construídas a partir da relação com o mundo intelectual e com o mundo social que se refletem nas suas práticas educativas. Dessa forma, pensar as concepções de professores acerca do aluno policial militar é relevante para conhecer a realidade da formação deste aluno. Neste sentido, esta pesquisa pode contribuir na formação

do policial militar a partir do momento que expõe as práticas dentro de sala de aula na relação professor-aluno, a partir das concepções de professores. O objetivo principal deste estudo é conhecer e analisar as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar na Academia de Polícia Militar de Brasília. Os objetivos específicos são:

- Identificar concepções de professores acerca do aluno policial militar;
- Compreender a imagem do aluno policial militar diante de professores na APMB;
- Conhecer como se processa a relação professor-aluno;
- Subsidiar discussões sobre o aluno policial militar a partir do sistema de ensino da Academia de Polícia Militar de Brasília.

Esta pesquisa representou um difícil desafio para esta pesquisadora, por pertencer à Polícia Militar do Distrito Federal dentro do quadro de oficiais no posto de capitão. Houve em todos os momentos do estudo uma busca pela isenção no sentido de minimizar possíveis interferências e juízos de valor oriundos do conhecimento prévio que esta pesquisadora tem acerca da PMDF. Houve a preocupação em desenvolver uma pesquisa dentro dos parâmetros referentes a um estudo científico.

Após uma breve introdução do assunto, informamos que este estudo foi organizado em quatro capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo trata do referencial teórico que orienta a pesquisa, passando pelo surgimento da polícia na história da sociedade e sua chegada ao Brasil, além de sua transferência para Brasília. Neste mesmo capítulo apresenta-se a organização da Polícia Militar do Distrito Federal. O capítulo dois trata das concepções no contexto da educação. O capítulo três trata do método de pesquisa abordando objetivos, participantes, instrumento e os procedimentos de análises que foram adotados para que se pudesse vislumbrar as concepções dos sujeitos da pesquisa. O capítulo quatro apresenta os resultados e discussões dos dados da pesquisa, sejam estes as concepções de professores civis e professores policiais militares. Por fim, as considerações finais deste trabalho são colocadas.

CAPÍTULO I A SOCIEDADE E O SURGIMENTO DA POLÍCIA

Por meio da observação da história é possível perceber que a Polícia nasceu da necessidade social (SUSSUARANA, s.d.). A partir da formação dos primeiros núcleos sociais tornou-se necessário limitar os direitos de cada um dos indivíduos para garantir a própria existência humana e seu crescimento, não existindo um tempo exato do seu começo.

Surgem as limitações no tocante às ações humanas e com elas os primitivos choques de interesses, as primeiras desavenças, que traziam à realidade a limitação da liberdade humana. Diante disso, nasceu à necessidade da existência de um poder que representasse a capacidade do Estado de limitar as ações individuais e coletivas, que conciliasse os interesses em conflito, defendesse, por meio da vigilância, a autoridade do chefe do grupo e, dessa forma, assegurasse a conservação dos bens sociais já adquiridos. Costa (2004) coloca que:

Novos instrumentos e mecanismos de controle social precisaram ser desenvolvidos. Sob forte influência do direito positivo, o Código Penal foi reformado em 1890. Uma vez que a ênfase deveria recair sobre o criminoso e não sobre o ato criminal, o novo código passou a dar maior importância às práticas comuns das ditas classes perigosas como vadiagem, prostituição, alcoolismo e embriaguez. A idéia era permitir um melhor controle dos grupos perigosos, na medida em que seus hábitos passaram a ser considerados crime. (p. 91)

A literatura mostra, conforme Bayley (2006), que os historiadores, cientistas sociais e políticos têm se privado de grandes menções à Polícia em seus relatos. O que há de material literário produzido aborda principalmente a repressão policial. Conforme Amaral (2003):

A longa vinculação da polícia aos militares trata da confusão entre razão de ser policial e o uso político do aparelho social. Tudo isso levado às academias militares de polícia, aos cursos de formação de policial em todos os níveis, determina uma cultura policial longamente deturpada e com ar de coerência e correção. Cada estado brasileiro tem duas academias de polícia, pelo menos, e todas apresentam esses despropósitos curriculares (p. 15).

Para pensar o aluno policial militar, é necessário fazer menção à formação da Polícia e à origem etimológica do termo. Polícia, assim como política, vem do grego *politéia* (constituição) que surge juntamente com a Cidade-Estado grega entre os séculos VIII e VII a.C. Esse termo remete, por um lado, à ideia de uma instituição específica, a *pólis* (cidade), e, por outro, à noção de uma ação que visa a manter a unidade dentro da *pólis*, o governo. Para que fosse estabelecida essa unidade, houve a necessidade de se criar um conjunto de leis e de se ter agentes específicos para garantir o cumprimento das normas. Já nesse período, observou-se a distinção entre as autoridades administrativas que editam as leis, governantes e legisladores, e as que fiscalizam o cumprimento (NASCIMENTO, 2010).

A derivação etimológica de *politéia* deu margem a uma definição bastante abrangente de polícia. Basicamente, tanto na Idade Clássica como na Idade Média, existiam instituições direcionadas para o funcionamento e para a conservação da *pólis*.

A partir do século XIX, a polícia acabou tendo um caráter mais específico. Assim, passou a ter missões mais claras, o que a levou a direcionar suas atividades para proteger a comunidade de conflitos internos que pudessem causar a desordem pública, entendidas como aquelas manifestações contrárias à proposta político-econômica do governo. Pode-se afirmar que a vida policial inclui sacrifício pessoal, horas de trabalho irregulares e pouco usuais, árduas condições de labuta e, às vezes, falta de compreensão por parte das pessoas que estão sendo prontamente atendidas. “Os policiais são servidores públicos de tempo integral, que em cada hora do dia ou da noite tem como atividade permanente garantir a segurança física e patrimonial do cidadão e da coletividade, zelando pela preservação da paz social” (GOMES, 2000, p.11).

Temos finalmente uma definição do papel da polícia na sociedade – zelar pela segurança de todos, pensando em garantir o bem coletivo em detrimento do bem particular.

1.1 A Polícia Militar na Capital da República

A história da Polícia Militar brasileira remonta à polícia portuguesa, que desde 1603 adotava um tipo de policiamento nas cidades, vilas e lugarejos de modo bastante precário, pelos lendários "quadrilheiros"¹, que, para a execução do serviço, lançavam mão de métodos os mais rudimentares, e só agiam repressivamente (NASCIMENTO, 2010).

No ano de 1626, de forma parecida ao que ocorria em Portugal, foi reconhecida a necessidade de serem instituídos no Brasil Colônia os quadrilheiros, com a finalidade de realizarem o policiamento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que apresentava incipiente crescimento e progresso. Assim, surgiu o primeiro esboço da organização policial da cidade, muito embora, a primeira ideia a respeito, datasse do ano de 1566, quando do estabelecimento em definitivo do núcleo populacional no Rio de Janeiro.

Sussuarana (s.d.) relata que, com o passar do tempo, os quadrilheiros foram substituídos pelos guardas municipais e policiais, introduzidos após solicitação junto à Câmara Municipal do Rio de Janeiro no ano de 1788, responsável pela regulamentação desse serviço de polícia, através do Código Policial da Metrópole, sendo esta a única instituição policial que o Príncipe Regente encontrou ao desembarcar na Colônia. Quando da vinda da

¹ Quadrilheiro era o oficial inferior nomeado por três anos para montar o policiamento de seu bairro.

família real portuguesa para o Brasil, fato que aconteceu em novembro de 1807, foram seguidas as recomendações baixadas ao tempo da criação da Intendência Geral de Polícia, da Metrópole, que criou o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, autoridade que respondia, ao mesmo tempo, pelas funções policiais e judiciárias.

Após a chegada do Príncipe Regente ao Rio de Janeiro, notou-se a necessidade de se criar uma polícia capaz de garantir de forma eficaz a manutenção da ordem pública, já que o policiamento precário realizado pelos guardas municipais e policiais carecia de melhor refinamento, em virtude da crescente demanda da população, e principalmente da corte portuguesa recém-chegada à Colônia. Para Costa (2004):

A polícia em nosso país teve suas origens no Rio de Janeiro no início do século XIX, passando por uma série de experiências institucionais. As forças policiais foram criadas, transformadas e extintas, suas competências foram alteradas e suas funções, reinterpretadas ao longo da história (p. 86).

Num contexto de constantes mudanças, D. João VI cria, no Brasil, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, primeiro núcleo do que hoje é a Polícia Militar do Distrito Federal, em 13 de maio de 1809. Esta tinha a missão de guardar e vigiar a cidade do Rio de Janeiro, além de se destinar a velar sobre a tranquilidade pública e atuar coibindo contrabandos e contribuir para a extinção dos incêndios e outras obrigações tendentes à ordem civil (SUSSUARANA, s.d.).

Assim, tem-se no Decreto de 13 de maio de 1809:

Cria a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, sendo de absoluta necessidade prover a segurança e tranquilidade da cidade, cuja população e tráfico têm crescido consideravelmente, e se aumentará todos os dias pela afluência de negócios inseparável das grandes capitais; e havendo mostrado a experiência que o estabelecimento de uma Guarda Militar de Polícia é o mais próprio não só para aquele desejado fim da boa ordem e sossego público, mais ainda para obstar às danosas especulações do contrabando, que nenhuma outra providência, nem as mais rigorosas leis proibitivas têm podido coibir: sou servido criar uma Divisão Militar da Guarda Real da Polícia desta Corte, com a possível semelhança daquela que com tão reconhecidas vantagens estabeleci em Lisboa, a qual se organizará na conformidade do plano, que com este baixa, assinado pelo Conde de Linhares, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executar na parte que lhe toca. Palácio do Rio de Janeiro, 13 de maio de 1809. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor (SUSSUARANA, s.d., p. 25).

Antes da chegada do primeiro contingente da PMDF que desembarcou em Brasília em 1966, havia a Polícia do Distrito Federal (PDF), criada em virtude da reorganização do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), pela Lei n.º 4.483, de 16 de novembro

de 1964; a Guarda Especial de Brasília (GEB), subordinada ao Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB), que tinha responsabilidade pela guarda civil, conforme a Lei n.º 2.364, de 9 de dezembro de 1958, do Estado do Goiás, tendo seus quadros constituídos, num primeiro momento, por vigias da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e posteriormente absorvendo os integrantes da Guarda Rural da NOVACAP (GRN), que em setembro de 1957 foi posta a serviço da população com um efetivo de sete homens (SUSSUARANA, s.d.).

Por proposta do então presidente da NOVACAP, Israel Pinheiro, foi solicitado ao Governo do Estado de Goiás um destacamento policial, para vigiar o material pesado usado nas obras da construção da cidade. Como não foi atendido, propôs ao Conselho Administrativo da NOVACAP a criação de uma força policial específica para Brasília. Conforme a proposta, foi criada, em 28 de fevereiro de 1957, a Divisão de Segurança Pública (DSP), que funcionou subordinada ao diretor da NOVACAP.

Por intermédio de um coronel da reserva do Rio de Janeiro, auxiliado por um escrivão e um policial especialista em identificação, foram treinados alguns homens no serviço policial e contratados 20 homens em caráter de urgência, como vigias da NOVACAP e que formaram a Guarda Policial, encarregada de manter a vigilância do material pesado, uma vez que já haviam sido registrados alguns roubos, além de realizar o policiamento na área urbana (SILVA, 2009).

Em virtude da urgência, esses homens não recebiam o treinamento específico para a realização do policiamento, por isso não portavam armas de fogo, apenas cassetete de madeira, eram analfabetos ou semianalfabetos, porque o processo de incorporação era simples, dando-se a preferência aos elementos de maior estatura. Conforme esclarece Silva (2009), posteriormente nos processos de recrutamento foi dada preferência aos ex-integrantes das Forças Armadas e àqueles que demonstrassem coragem.

A rotina de trabalho dos guardas obedecia a certas regras: descansavam durante o dia e trabalhavam à noite. Quando o serviço era iniciado às dezoito horas, as instruções eram transmitidas aos guardas, orientando a forma de proceder em caso de detenções e prisões. Caso as prisões ocorressem, os presos eram encaminhados para a Delegacia de Luziânia ou para a de Planaltina, já que a guarda não tinha as atribuições de polícia judiciária (SUSSUARANA, s.d.).

Nessa época, Brasília começava a experimentar um crescimento populacional, havia a necessidade de mais policiamento, tendo em vista que a Guarda Policial só dispunha de um pequeno efetivo, cerca de 30 guardas, e o número de crimes e contravenções sofria um

aumento, principalmente na zona rural. Com isso, foi proposta a criação de uma Guarda Rural, ambiente em que se concentrava um grande número de crimes.

Por conta destes fatos, em 7 de agosto de 1957, o diretor financeiro da NOVACAP, que também ocupava o cargo de presidente da Associação Rural de Brasília, solicitou que se organizasse uma Guarda Rural, para coibir crimes e contravenções que se verificavam na zona rural, visto que a Guarda Policial só atuava na zona urbana. Silva (2009) ressalta que essa guarda rural também foi responsável pelo combate aos incêndios e pelo “controle das imigrações” (p.41), já que a “Cidade Livre”, atual Núcleo Bandeirante, não possuía, na época, capacidade de abrigar todas as famílias que se dirigiam a Brasília.

Neste contexto, foram recrutados alguns homens para compor a Guarda Rural da NOVACAP, sendo posta a serviço da população, em setembro de 1957, com um efetivo de sete homens. Em seguida, Sussuarana (s.d.) revela que as duas guardas foram levemente equipadas, contempladas com uniformes e, em abril de 1958, passaram a portar armas de fogo, quando foram distribuídos 20 revólveres para a Guarda Policial (GP) e 25 para a GRN. “Apesar de utilizar fardas, não havia legislação que regulamentava a atuação da Guarda de Polícia e da Guarda Rural da NOVACAP, e sua atuação permanecia como grupos paramilitares” (SILVA, 2009, p. 41).

Silva (2009) aponta que Israel Pinheiro se mostrava preocupado com a legalidade das ações policiais de Brasília, já que o local da construção de Brasília, que se encontrava em obras, estava sob a jurisdição do Estado de Goiás. Por conta disso, o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, promulgou uma lei que provisoriamente criou o Departamento Regional de Polícia de Brasília e a ele subordinada a Guarda Civil Especial de Brasília, conhecida como Guarda Especial de Brasília, com sede na localidade onde se construía a futura Capital Federal, conforme a Lei n.º 2.364, de 9 de dezembro de 1958, do governo do Estado de Goiás, devendo esse Estado e a NOVACAP firmarem posteriormente convênio, visando à instalação e ao funcionamento da guarda criada, sem ônus para o Estado de Goiás, pois os recursos necessários para manutenção de viaturas e manutenção de pessoal, dentre outros, ficaram a cargo da NOVACAP (NASCIMENTO, 2010).

Temos então que a constituição da Guarda Especial de Brasília após a sua criação se realizou primeiramente com os componentes da Guarda Policial, e, em fevereiro de 1959, absorveu também os integrantes da Guarda Rural da NOVACAP, com filiação militar do comando da DRPB, foi nomeado o coronel do Estado-Maior do Exército Osmar Soares Dutra como diretor da Divisão Regional.

Com os fatos históricos verifica-se que um incidente entre a Guarda Especial de Brasília e a firma de construção civil Pacheco Fernandes Dantas Limitada, ocorrido em 8 de fevereiro de 1959, pôs à prova a legitimidade da agência como controladora da ordem e como responsável pela resolução dos conflitos, a qual foi novamente contestada. Silva (2009) relata:

Massacre policial contra operários de Brasília. Apesar das várias versões apresentadas pelos representantes do Estado e pelos operários, o fato consumado é que morreram vários operários quando protestaram por alimentação durante o turno de trabalho da construção de Brasília (p. 42).

Na história da PMDF, o ingresso na GEB passou a contar com normas mais rígidas a partir 1959. Os candidatos deveriam possuir curso primário completo, terem servido às Forças Armadas; atestado de bons antecedentes, altura mínima de 1,70m e com idade entre 18 a 28 anos; ser apto em exame de saúde, além de ser aprovado em um teste intelectual, que conforme Silva (2009, p.43) constituía-se de “um ditado de 20 linhas e alguns problemas de matemática envolvendo as quatro operações básicas”. Em maio de 1959, o DRPB e a GEB, que tinham comando único, passaram a ter comandos separados. O prestígio da GEB passou a ganhar notoriedade quando da chegada dos primeiros oficiais para compor o quadro de pessoal, oriundos da Polícia Especial do Rio de Janeiro.

No dia da inauguração de Brasília cessaram os efeitos da Lei n.º 2.364/1958, e o DRPB deixou de existir. Entretanto a GEB continuou atuando, ocasião em que passou a se submeter ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) e a constituir o DFSP.

De acordo com Sussuarana (s.d.), em 13 de abril de 1960, alguns dias antes da inauguração de Brasília, a organização administrativa do Distrito Federal passou a ser regida pela Lei n.º 3.751. Momento em que foi criado o Serviço de Polícia Metropolitana (SPM), interligado ao Departamento Federal de Segurança Pública, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que tinha o poder de solicitar servidores federais para compor os quadros do recém-criado serviço.

Por problemas orçamentários, o DFSP conservou a mesma estrutura do extinto DRPB, o mesmo pessoal e as mesmas instalações. O Serviço de Polícia Metropolitana ficou responsável pela administração dos Distritos Policiais e das Delegacias Especializadas, e a GEB realizava o policiamento ostensivo. Em cada distrito policial havia um delegado de polícia, um comissário de polícia, um investigador e os soldados da GEB (SILVA, 2009).

Dando continuidade à formação da PMDF, os servidores do Departamento Federal de Segurança Pública do Rio de Janeiro após a efetivação da mudança da Capital preferiram ficar e trabalhar nos quadros do Departamento Estadual de Segurança Pública do recém-criado Estado da Guanabara, só vindo para Brasília a chefia do DFSP e alguns de seus órgãos de

assessoria, isto é, sua estrutura organizacional. Com reduzido número de pessoal, os servidores da DRPB compuseram o efetivo do DFSP.

Mais um dado histórico relevante: por ato do Chefe de Polícia do DFSP, foi criada em 9 de agosto de 1960 a Divisão de Polícia Federal, subordinada diretamente ao DFSP, a quem também eram subordinados o Serviço de Polícia Metropolitana, anteriormente criado, e a GEB que, mesmo extinta, com a inauguração de Brasília, continuou atuando paralelamente ao Serviço de Polícia Metropolitana.

Tendo em vista o efetivo reduzido do DFSP, para poder manter a ordem pública em Brasília, alguns servidores do extinto DRPB, foram aproveitados, parte no Serviço de Polícia Metropolitana para atuarem nas Delegacias Especializadas e outros, na GEB, para o policiamento ostensivo. À época, havia a possibilidade do servidor da GEB passar a servir no Serviço de Polícia Metropolitana, bem como o contrário. Durante as comemorações da inauguração de Brasília, alguns soldados do Exército que participaram do policiamento foram convidados a ingressar nos quadros da GEB, complementando seu efetivo.

No ano de 1961 com a finalidade de apresentar projeto para a implantação de uma polícia unificada, foi nomeado um grupo de trabalho, que concluiu suas atividades. Logo depois, foi criada a Superintendência de Polícia Metropolitana, que absorveu o Serviço de Polícia Metropolitana, anteriormente criado e que, de acordo com o novo projeto, passaria a ser chamado Polícia Metropolitana do Distrito Federal. Utilizou-se pela primeira vez a sigla PMDF, responsável inicialmente pelo policiamento ostensivo e pela polícia judiciária, não havendo separação das polícias. Seria uma organização policial única, com comando unificado (NASCIMENTO, 2010).

Com a implementação, mesmo que de forma experimental, conforme esclarece Sussuarana (s.d.), de uma polícia única, o DFSP regularizou a situação da GEB, que existia em regime provisório desde 1960. Assim sendo, ressalta-se que as principais transformações ocorridas com a criação da Superintendência de Polícia Metropolitana foram a unificação das polícias e a extinção, em definitivo, da Guarda Especial de Brasília. Os integrantes da extinta GEB foram aproveitados nos quadros da Superintendência de Polícia Metropolitana, ficando responsáveis pelo policiamento ostensivo, reclassificados conforme os novos cargos surgidos.

Durante 1962, a Superintendência de Polícia Metropolitana continuou aprimorando os seus serviços, com a viabilização das condições para que se consolidasse a polícia única em Brasília. Entretanto, o DFSP permanecia dividido em várias superintendências, o que dificultava as ações de policiamento e fiscalização, conforme mostrado por Sussuarana (s.d.).

No ano de 1964, o Departamento Federal de Segurança Pública sofreu uma reestruturação, quando foi reorganizado e criada a Polícia do Distrito Federal, na qual, entre outros órgãos, figuravam subordinados a Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Logo, a Polícia do Distrito Federal foi organizada e aprovado seu regulamento geral.

A transferência da PMDF da cidade do Rio de Janeiro para Brasília adveio em virtude da inauguração da nova capital do Brasil, onde em 1966 ocorreu a efetiva mudança (JARDIM, 2002). O destacamento precursor de policiais militares oriundos da antiga capital, Rio de Janeiro, recebeu a ordem do Quartel-General, conforme boletim número 13, datado de 19 de janeiro de 1966, que apresentou o capitão Rubem Ferreira para comandar os 25 praças,² formando o primeiro contingente da corporação. Oriundos do Sexto Batalhão de Infantaria, esses policiais chegaram a Brasília em 20 de janeiro, e foram responsáveis pela fundação do primeiro quartel da corporação, em um galpão, que recebeu a alcunha de “Forte Apache”,³ situado no Setor Policial Sul (SUSSUARANA, s.d.).

Em janeiro de 1966, a Polícia do Distrito Federal foi desvinculada do Departamento Federal de Segurança Pública, mesmo sem a criação de uma Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, permanecendo sem vínculo com a área federal ou com o GDF.

Numa proximidade com a realidade atual entende-se que a Polícia do Distrito Federal, integrada ao Departamento Federal de Segurança Pública, foi concebida para realização do policiamento e da segurança de Brasília, bem como de todo o território do Distrito Federal, em caráter transitório, pois, a partir de 31 de janeiro de 1966, passaria a integrar a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Sussuarana (s.d.) aponta que, enquanto era aguardada a regulamentação da Secretaria de Segurança Pública pelo Poder Executivo, o dirigente máximo do Departamento Federal de Segurança Pública organizou a estrutura da Polícia do Distrito Federal, para que ela pudesse iniciar suas atividades, criando o que se constituiria como o embrião da atual Polícia Civil do Distrito Federal.

A chegada do primeiro grupo de policiais em Brasília trouxe vários outros contingentes que se deslocaram para a capital. Em 15 de fevereiro de 1966, houve a totalização da transferência do efetivo, que juntamente com o destacamento precursor, resultou num total de 600 homens, que fundaram o Primeiro Batalhão de Polícia Militar.

² Referente às graduações de soldado, cabo, sargento e subtenente.

³ Essa alcunha se deveu ao fato de o quartel ser localizado em uma região inóspita, onde só havia cerrado.

Pelo Decreto-Lei n.º 9, de 25 de junho de 1966, temos a organização da Polícia Militar (PM) e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. A PM seria estruturada com um efetivo de aproximadamente 1.200 homens, constituída por uma parte dos servidores que retornaram ao serviço da União e pelos que permaneceram em definitivo, pertencendo aos quadros da Polícia Militar do Distrito Federal, mesmo que muitos de seus componentes ainda prestassem serviço no recém-criado Estado da Guanabara, alguns em órgãos federais e outros em repartições da PM ainda não transferidas para Brasília, além de alguns policiais que já serviam na nova capital (NASCIMENTO, 2010).

A partir desse decreto foi permitido aos integrantes do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal ingressarem na PMDF, quando essa corporação fosse reorganizada. Os interessados teriam um prazo de 30 dias para se manifestarem e outro de mais 30 dias, para as autoridades decidirem.

Neste contexto, convém citar Sussuarana (s.d.):

Do Departamento Federal de Segurança Pública, não veio ninguém para a Polícia Militar, entretanto da Guarda Especial de Brasília – GEB, agora Polícia do Distrito Federal – PDF vieram 44 Oficiais e um Sargento, sendo que um dos oficiais, por não ter se adaptado a vida da caserna, logo retornou à sua Repartição de origem, tendo o restante desse pessoal, passado a integrar e a pertencer aos Quadros da PMDF (p. 114).

Feita apresentação da origem histórica da PMDF, segue-se a discussão sobre a organização atual da polícia no DF.

1.2 Polícia Militar do Distrito Federal

As atribuições da Polícia Militar do Distrito Federal são definidas pelo § 5.º da Constituição Federal e pela Lei n.º 6.450, de 14 de outubro de 1977.

Art. 1º- A Polícia Militar do Distrito Federal, instituição permanente, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina, essencial à segurança pública do Distrito Federal e ainda força auxiliar e força reserva do Exército nos casos de convocação ou mobilização, organizada e mantida pela União nos termos do inciso XIV do art. 21 e dos §§ 5.º e 6.º do art. 144 da Constituição Federal, subordinada ao Governador do Distrito Federal, destina-se à polícia ostensiva e à preservação da ordem pública do Distrito Federal (redação dada pela Lei n.º 12.086, de 2009.)

Art. 2.º- Compete à Polícia Militar do Distrito Federal (redação dada pela Lei n.º 7.457, de 1986):

I- executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos (redação dada pela Lei n.º 7.457, de 1986);

II- atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem pública;
 III- atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas; e
 IV- atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa, ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção nos casos previstos na legislação em vigor, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Interna e da Defesa Territorial (redação dada pela Lei n.º 7.457, de 1986) (BRASIL, 1977).

A estrutura organizacional da PMDF se modificou profundamente desde sua chegada a Brasília, época em que contava apenas com uma unidade, o “Forte Apache”. Hoje é uma instituição solidificada, atuante em todas as Regiões Administrativas que compõem o Distrito Federal. Segundo Nascimento (2010) sua organização é dividida em dois grandes eixos. O primeiro trata da estrutura administrativa, responsável pelo suporte ao serviço operacional e apoio aos servidores da PMDF; existem diversas unidades administrativas responsáveis pelo planejamento estratégico da corporação e também pelo seu funcionamento interno, que tratam dos aspectos educacional, financeiro, orçamentário, de pessoal, de tecnologia da informação e de saúde.

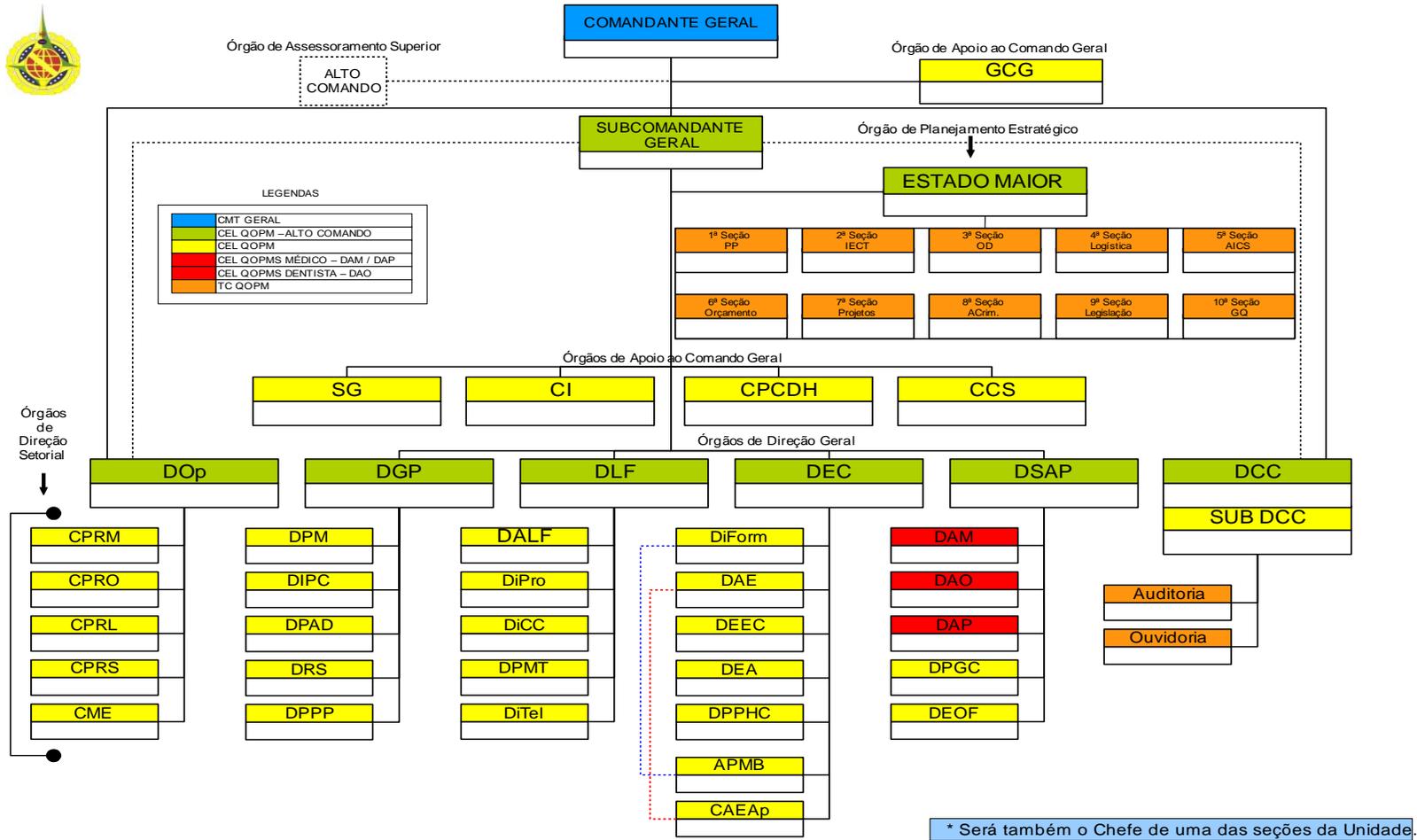
A Lei n.º 12.086 de 2009 dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e o Decreto Federal n.º 7.165/10 dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal. Esses instrumentos trazem a nova estrutura organizacional da PMDF, como um modelo baseado na organização funcional e departamental.

Na atualidade, segundo seu planejamento estratégico (2011), a Corporação empreende iniciativas para readequar suas estruturas organizacionais, modelos de gestão, recursos humanos e materiais em prol da sociedade. Algumas destas iniciativas merecem destaque, tais como:

- Os projetos de implantação do Sistema de Gestão Estratégica e Programa de Melhoria da Gestão;
- A reestruturação administrativa e de cargos e salários;
- A implementação das doutrinas, diretrizes e políticas de segurança de proximidade, através da filosofia de polícia comunitária e policiamento orientado para o problema;
- Ênfase na capacitação profissional direcionada à garantia dos direitos humanos.

Esse modelo tem como finalidade a orientação dos processos corporativos para uma gestão mais ágil e orientada a resultados (Planejamento Estratégico 2011-2012 PMDF). Segue a apresentação em detalhes do organograma da PMDF conforme figura 1 a seguir:

Figura 1 Organograma geral da PMDF.



Fonte: Seção de Planejamento de Pessoal do Estado-Maior da PMDF.

Para detalhar a estrutura funcional da PMDF, apresenta-se a figura 2:

Figura 2: Descrição do Comando-Geral e dos Órgãos em seus diferentes níveis.

Comando-Geral	
Comandante-Geral	
Subcomandante-Geral	
Órgãos de Apoio ao Comando-Geral	
Gabinete do Comandante-Geral	GCG
Secretaria-Geral	SG
Centro de Inteligência	CI
Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos	CPCDH
Centro de Comunicação Social	CCS

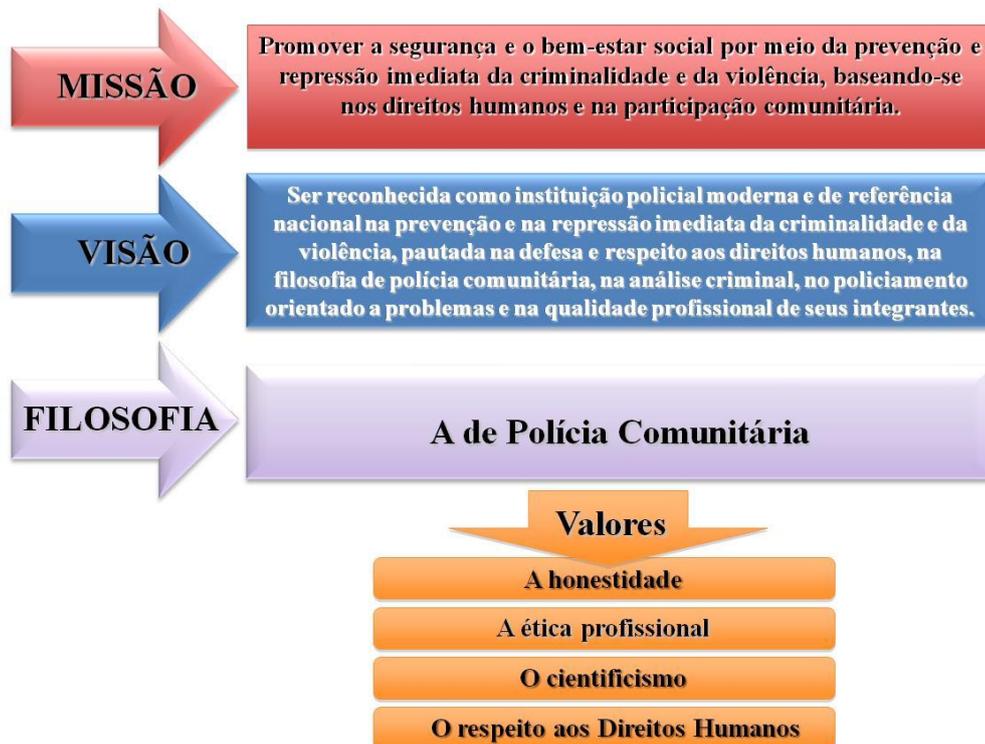
Órgão de Planejamento Estratégico	
Estado-Maior	
Chefe do Estado-Maior	CHEM
1.ª Seção – Planejamento de Pessoal	PP
2.ª Seção – Inteligência Estratégica, Ciência e Tecnologia	IECT
3.ª Seção – Operações e Doutrina	OD
4.ª Seção - Logística	Logística
5.ª Seção – Assuntos Institucionais e Comunicação Social	AICS
6.ª Seção – Orçamento	Orçamento
7.ª Seção - Projetos	Projetos
8.ª Seção – Análise Criminal	AcCrim.
9.ª Seção - Legislação	Legislação
10.ª Seção – Gestão da Qualidade	GQ
Órgão de Direção e suas Setoriais	
Departamento Operacional (DOP)	
Comando de Policiamento Regional Metropolitano	CPRM
Comando de Policiamento Regional Oeste	CPRO
Comando de Policiamento Regional Leste	CPRL
Comando de Policiamento Regional Sul	CPRS
Comando de Missões Especiais	CME

Departamento de Gestão de Pessoal (DGP)	
Diretoria de Pessoal Militar	DPM
Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis	DIPC
Diretoria de Promoção e Avaliação de Desempenho	DPAD
Diretoria de Recrutamento e Seleção	DRS
Diretoria de Pagamento de Pessoal e Previdência	DPPP
Departamento de Logística e Finanças (DLF)	
Diretoria de Apoio Logístico e Finanças	DALF
Diretoria de Projetos	DiPro.
Diretoria de Controle Contábil	DiCC
Diretoria de Patrimônio, Manutenção e Transportes	DPMT
Diretoria de Telemática	DiTel
Departamento de Educação e Cultura (DEC)	
Diretoria de Formação	DForm
Diretoria de Aperfeiçoamento e Extensão	DAE
Diretoria de Ensino Assistencial	DEA
Diretoria de Especialização e Educação Continuada	DEEC
Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural	DPPHC
Centro de Altos Estudos e Aperfeiçoamento	CAEAp
Academia de Polícia Militar de Brasília	APMB
Departamento de Saúde e Assistência Social (DSAP)	
Diretoria de Assistência Médica	DAM
Diretoria de Assistência Odontológica	DAO
Diretoria de Assistência ao Pessoal	DAP
Diretoria de Planejamento e Gestão de Contratos	DPGC
Diretoria de Execução Orçamentária e Financeira	DEOF
Departamento de Controle e Correição (DCC)	
Auditoria	Auditoria
Ouvidoria	Ouvidoria

Fonte: Seção de Planejamento de Pessoal do Estado-Maior da PMDF.

Definidas no Planejamento Estratégico da PMDF (2011) em vigor na corporação estão a missão, visão, filosofia e os valores organizacionais, conforme figura 3 a seguir:

Figura 3: Missão, visão, filosofia e valores da PMDF.



Fonte: Plano Estratégico, 2011.

A PMDF realiza o policiamento no Distrito Federal, dividindo-o em quatro regiões: leste, oeste, sul e metropolitana, todas gerenciadas pelo Departamento Operacional da PMDF. Cada unidade policial militar presente nestas áreas está subordinada aos respectivos comandos, conforme segue:

- Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM) – compreende o Plano Piloto, Guará, SIA, Estrutural, Lago Sul, Esplanada, Cruzeiro e Sudoeste;
- Comando de Policiamento Regional Oeste (CPRO) – compreende as cidades de Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia, Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires;
- Comando de Policiamento Sul (CPRS) – compreende as cidades Gama, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo, Recanto das Emas e Santa Maria;
- Comando de Policiamento Regional Leste (CPRL) – compreende as cidades de Sobradinho, Planaltina, Paranoá, São Sebastião, Complexo Penitenciário da Papuda e Lago Norte.

Cada Comando Regional dispõe ainda de um atendimento específico para as escolas e para o trânsito: o Batalhão de Policiamento Escolar e o Batalhão de Policiamento de Trânsito, além do Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas.

A PMDF dispõe ainda de um Comando Militar Especializado (CME), que compreende o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), o Batalhão de Policiamento com Cães (BPCÃES), o Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHOQUE), o Batalhão de Aviação Operacional (BAVOP), o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA), o Regimento de Polícia Montada (RPMON) e o Batalhão Judiciário. Toda essa estrutura operacional está subordinada ao Departamento Operacional (DOP), que compõe a estrutura do Comando Geral e que tem subordinação hierárquica direta ao Comando, conforme se pode vislumbrar na figura 1.

Atualmente a PMDF conta em seus quadros com 1.389 oficiais e 13.607 praças, perfazendo um total de 14.996 policiais militares.

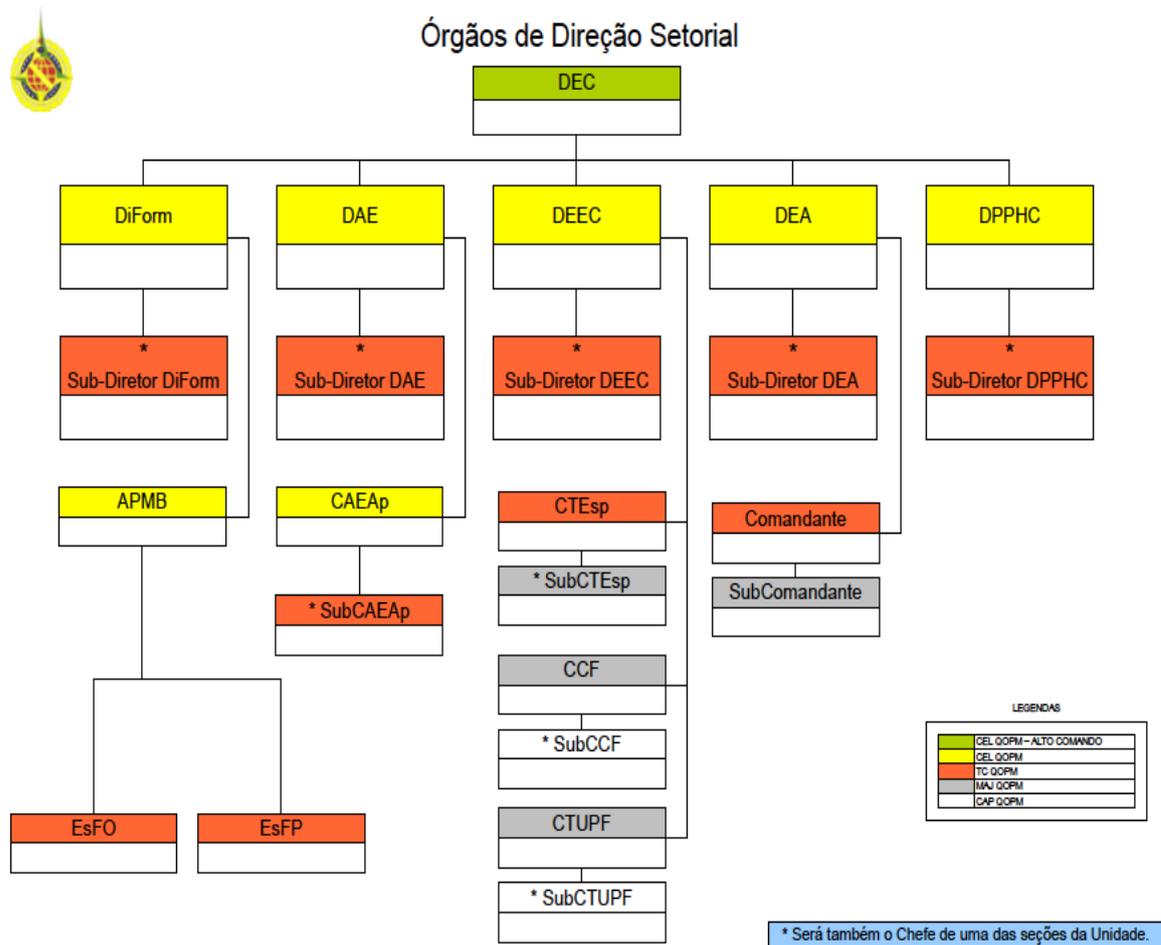
Tabela 1: Efetivo geral da PMDF

PRAÇAS		OFICIAIS	
SD 2ª Classe	114	Cadete	149
		Aspirante	8
SD	1.828	2.º TEN	129
CB	3.479	1.º TEN	195
3.º SGT	2.968	CAP	399
2.º SGT	2.259	MAJ	309
1.º SGT	2.312	TC	154
ST	647	CEL	46
SUBTOTAL	13.607	SUBTOTAL	1.389
TOTAL GERAL		14.996	

Fonte: Seção de Planejamento de Pessoal do Estado-Maior da PMDF.

No que se refere à área de educação na PMDF, tem-se o Departamento de Educação e Cultura (DEC), a qual está subordinada à Diretoria de Formação, onde se situa a Academia de Polícia Militar de Brasília. Além da Diretoria de Formação, há outras, todas ligadas à educação e formação do policial militar, conforme organograma do Departamento de Educação e Cultura a seguir:

Figura 4: Organograma do Departamento de Educação e Cultura.



Fonte: Seção de Planejamento de Pessoal do Estado-Maior da PMDF.

A Academia de Polícia Militar de Brasília foi criada pela Lei n.º 7.491, de 13 de junho de 1986 e implantada pelo Decreto n.º 11.010, de 12 de fevereiro de 1988, como estabelecimento de ensino e formação superior na PMDF. Atualmente a Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB) é composta pela Escola de Formação de Praças e Escolas de Formação de Oficiais, que para efeitos legais junto ao Ministério da Educação passa a ser chamada de Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP).

A Escola de Formação de Praças é responsável pela formação do quadro de praças, sendo estes soldados, cabos, sargentos e subtenentes. A Escola de Formação de Oficiais é responsável pela formação do quadro de oficiais, sendo estes cadetes (designação dada ao futuro aspirante-a-oficial ainda em formação), aspirante (este somente será declarado oficial após o término do estágio probatório), tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel.

A Polícia Militar possui um sistema de ensino próprio denominado ensino policial militar, previsto através de legislação específica e regulado por meio das Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução e pelas Normas Gerais para Medidas de Aprendizagem.

As Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução (DGEI) foram regulamentadas pela Portaria 426, de 28 de abril de 2004. Em seu artigo 1º explicita:

Art. 1º Estas Diretrizes têm por finalidade regular o planejamento, a coordenação, a fiscalização e o controle das atividades de formação, habilitação, atualização, extensão, especialização e aperfeiçoamento do ensino e da instrução nos níveis de oficiais e praças da Polícia Militar do Distrito Federal.

Conforme seu artigo 2º, a DGEI teve como documentos básicos para sua elaboração:

- ✓ Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- ✓ Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da área de Segurança do Cidadão-Ministério da Justiça-2000, em face da Academia de Polícia Militar e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Praças (hoje denominados Academia de Polícia Militar de Brasília, composta pelas Escolas de Formação de Oficiais e de Formação de Praças) atenderem satisfatoriamente aos requisitos propostos pelo Ministério da Justiça (MJ);
- ✓ Parecer n.º 43/95, da Comissão Especial designada pelo Decreto de 16 de fevereiro de 1995, aprovado em reunião de 30 de maio de 1995, favorável ao reconhecimento da equivalência aos cursos superiores de graduação, para efeitos acadêmicos no sistema civil do curso de formação de oficiais, ministrado pela Academia de Polícia Militar do DF com efeitos retroativos a 1990, quando foram atendidas as exigências determinadas pela letra “a” do art. 17 da Lei n.º 5.540/1968 (Proc. n.º 23001.001734/94-64), de 31 de maio de 1995;
- ✓ Decreto n.º 10.338, de 22 de dezembro de 1984, alterado pela Lei n.º 7.475, de 13 de maio de 1986;
- ✓ Portaria PMDF n.º 265, de 29 de março de 2000, que aprova as normas de segurança na instrução;
- ✓ Portaria PMDF n.º 351, de 18 de abril de 2002, que estabelece a classificação e o enquadramento de cursos.

O art. 3º da DGEI (2004) dispõe que a Polícia Militar do Distrito Federal, em face do disposto no art. 83 da Lei n.º 9.394/1996, manterá ensino específico, admitida a equivalência de ensino de acordo com as normas fixadas pelo sistema de ensino adotado na corporação.

Conforme a DGEI, o ensino militar terá como finalidade proporcionar aos policiais militares a necessária habilitação para o exercício de cargos e funções previstos no seu quadro de organização, bem como para as atividades do profissional de segurança pública na execução do serviço de polícia ostensiva e, ainda, manter nos seus integrantes a visão da sua inserção no contexto da sociedade do Distrito Federal (DGEI, 2004).

A DGEI estabelece que o ensino militar obedecerá a processo contínuo e progressivo, constantemente atualizado e aprimorado, e, seguirá uma sistematização, que se estenderá através de sucessão de fases de estudos e práticas das exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais elevados de cultura profissional e geral.

A parte policial militar recebe maior destaque nos assuntos diretamente relacionados com a atividade-fim, ou seja, policiamento ostensivo (DGEI, 2004, p. 6). Em seu art. 5.º, a DGEI estabelece que o ensino policial militar tem como objetivo proporcionar ao seu público interno a necessária qualificação para o bom desempenho de suas funções, tendo como principais metas:

- i. Educar os discentes, criando e desenvolvendo hábitos imprescindíveis ao bom desempenho das funções policiais militares;
- ii. Estimular o espírito de corpo, amor à carreira e à profissionalização dos integrantes da Corporação, transmitindo-lhes conhecimentos técnicos peculiares às atividades policiais militares;
- iii. Moldar e aprimorar o caráter e o físico do profissional, capacitando-o para o exercício de suas funções;
- iv. Familiarizar os componentes da Corporação com os princípios de liderança e chefia;
- v. Fortalecer as convicções democráticas e a crença na lei, na justiça e na ordem;
- vi. Incentivar os policiais militares a desenvolverem qualidades e aptidões indispensáveis às atividades de polícia ostensiva, tais como: controle emocional, bom senso, urbanidade e capacidade de decisão (DGEI, 2004, p. 6).

Segundo as Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução (2004), o sistema de ensino policial militar constitui-se em um processo contínuo e progressivo de educação sistemática e, sobretudo, profissional, compreendendo uma sucessão de fases de estudo e práticas. Este ensino tem como princípios os seguintes:

- i. objetividade: o ensino deve ser racionalmente direcionado para a transmissão de conhecimentos imprescindíveis ao desempenho das atividades policiais militares;
- ii. progressividade: o ensino deve atingir um ritmo progressivo e evolutivo, evitando repetições;

- iii. continuidade: o ensino deve ser um processo contínuo, onde haja interligação dos conhecimentos já adquiridos com os que serão proporcionados sequencialmente;
- iv. flexibilidade: o ensino deve ser, tanto quanto possível, maleável, de forma a se adaptar sem mudanças radicais ou bruscas, mas de forma plausível e lógica às condições mais atuais;
- v. oportunidade: o ensino deve proporcionar cursos que possibilitem oportuna utilização dos conhecimentos adquiridos e forneçam melhoria dos padrões operacionais da Polícia Militar, bem como aprimoramento das qualidades pessoais de seus componentes;
- vi. iniciativa: o ensino deve incentivar permanentemente o indivíduo a desenvolver o espírito de iniciativa para a tomada de decisões quanto às ações na esfera de suas atribuições;
- vii. produtividade: o ensino deve apresentar, no limite do possível, um elevado grau de rendimento com baixo custo operacional;
- viii. adequabilidade: o ensino deve ser adequar às inovações surgidas, buscando sempre uma metodologia moderna e condizente com os padrões do momento, de modo a tornar-se instrumento de constante evolução individual e coletiva; e
- ix. realismo: o ensino deve considerar as condições socioculturais econômicas e políticas em que está inserida a atividade policial militar, registrando, numa visão prospectiva, futuras exigências ao desempenho profissional, sem perda de senso de realidade (DGEI, 2004, p. 7-8).

Na seção II da DGEI (2004, p. 11-12), tem-se a definição dos cursos regulares obrigatórios da PMDF, que devem ser realizados anualmente pela Diretoria de Ensino, atualmente Diretoria de Formação a saber:

- I. Curso de Altos Estudos: destina-se a habilitar os oficiais superiores em altos estudos, visando sobretudo ao embasamento desses oficiais para discutir a questão da segurança pública em nível de pós-graduação *lato sensu*, através de uma visão sociológica, humanística e estratégica, capacitando-os ao exercício de cargos próprios de comando, chefia e estado-maior da corporação;
- II. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais: destina-se a formar policiais militares, habilitando-os ao exercício de cargos e funções de oficial subalterno e intermediário. É um curso equiparado ao de nível superior, reconhecido pelo Conselho Nacional de Ensino. É desenvolvido com ênfase nas atividades operacionais, manutenção da ordem pública e voltado para o preparo teórico e prático. Dele participam candidatos aprovados por concursos públicos;
- III. Curso de Habilitação de Oficiais de Administração, Especialistas e Músicos: destina-se aos subtenentes e primeiros sargentos possuidores de segundo grau e aprovados em concurso interno, visando a habilitá-los ao exercício de polícia

- ostensiva, preservação da ordem pública e, principalmente, ao desempenho de cargos e funções administrativas, atividades técnicas ou artísticas;
- IV. Curso de Habilitação de Oficiais de Saúde: destina-se a habilitar os médicos dentistas e veterinários aprovados em concurso público ao desempenho de cargos e funções de oficiais do quadro de saúde;
 - V. Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos Combatentes e Especialistas: destina-se a ampliar e atualizar os conhecimentos teóricos e práticos dos segundos sargentos, habilitando-os ao exercício de cargos e funções da graduação;
 - VI. Curso de Formação de Sargentos e Curso de Formação de Sargentos Especialistas: destina-se a formar o pessoal para o exercício de cargos e funções de terceiro ou segundo sargentos;
 - VII. Curso de Formação de Cabos e Curso de Formação de Cabos Especialistas: destina-se a formar pessoal para o exercício de cargos e funções de cabo;
 - VIII. Curso de Formação de Soldados: destina-se a formar candidatos civis aprovados em concurso público para os cargos e funções próprias;
 - IX. Curso de Especialização: destinado aos policiais militares indicados dentre aqueles que tenham condições de exercer atividades para as quais os cursos os habilitem, proporcionando aprofundamento específico de técnicas ou conhecimentos em área peculiar da atividade policial. Os cursos são realizados nas unidades de ensino ou especializadas e deles participam os candidatos selecionados e indicados de acordo com as Normas Reguladoras para Seleção de Concursos Internos, conforme Portaria n.º 351, de 18 de abril de 2002.

Com o advento da promulgação da Lei 12.086 de 2009, a DGEI passa a necessitar de uma reformulação no tocante aos cursos regulares da PMDF, assim, segundo a legislação em seu artigo 38, os cursos são divididos em:

- I. Os de ingresso no quadro de oficiais:
 - i. Curso de Formação de Oficiais (atualmente o bacharelado em ciências policiais);
 - ii. Curso de Habilitação de Oficiais de Saúde e Capelães;
 - iii. Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos.
- II. Os de ingresso no quadro de praças:
 - i. Curso de Formação de Praças (tecnólogo em segurança pública).
- III. Os cursos obrigatórios da carreira policial, tanto para oficiais quanto para praças:

- i. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, para acesso aos postos de Major e Tenente-Coronel (especialização *lato sensu*);
- ii. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos;
- iii. Curso de Altos Estudos para Oficiais, para acesso ao posto de Coronel (especialização *lato sensu*);
- iv. Curso de Aperfeiçoamento de Praças, para acesso às graduações de Segundo-Sargento e Primeiro-Sargento;
- v. Curso de Altos Estudos para Praças, para acesso à graduação de Subtenente; e
- vi. Curso de Especialização ou Habilitação, a cada período de 5 (cinco) anos, realizado de acordo com as condições estabelecidas pela Corporação, se oficial subalterno do Quadro de Oficiais Combatentes, Cabo ou Soldado.

Segundo o art. 100 da DGEI (2004), a instrução militar é a atividade desenvolvida e tem como objetivo o adestramento, a manutenção e o desenvolvimento do preparo individual do policial militar para o cumprimento de suas missões específicas e constitucionais. Nas instruções dos policiais militares deve estar sempre presente a preocupação com quatro tipos de ações básicas:

- i. policiamento preventivo, utilizado contra os delitos comuns, previstos em lei;
- ii. as ações de defesa pública que são empregadas no controle dos distúrbios e outras manifestações de perturbação da ordem;
- iii. as ações de defesa interna, para os casos de repressão às ações subversivas;
- iv. as ações de defesa territorial, quando convocadas as forças auxiliares, em caso de guerra externa (DGEI, 2004, p. 52).

A educação policial militar, segundo a DGEI (2004), recebe ênfase especial nos assuntos diretamente relacionados com a atividade fim, ou seja, o policiamento ostensivo. A instrução deve buscar não somente a fixação de conhecimentos, mas também, a educação do homem e a criação de hábitos no profissional, desenvolvendo-se-lhe qualidades e aptidões indispensáveis ao bom desempenho de suas missões. Entre as qualidades e aptidões indispensáveis ao bom desempenho da atividade policial destacam-se: disciplina, coragem, espírito de corpo, resistência física, iniciativa, controle emocional, tato, urbanidade e capacidade de decisão (DGEI, 2004).

As instruções dadas aos alunos visam muito mais que o simples aprimoramento profissional. Para o policial militar elas corporificam o contato do chefe com os seus

subordinados nos diferentes escalões, transmitindo seus pensamentos e determinações, fazendo as observações que se tornem necessárias, elogiando a quem fizer jus, assistindo e aconselhando, recebendo sugestões e identificando aspirações (DGEI, 2004).

A Polícia Militar possui ainda as Normas Gerais para a Medida de Aprendizagem (NGMA), texto aprovado pela Portaria 486, de 9 de dezembro de 2005. Esta visa uniformizar os procedimentos referentes ao processo para a medida da aprendizagem na PMDF, orientando as divisões de ensino dos estabelecimentos de ensino ou seção correspondente das unidades com encargos de ensino, para o cumprimento das normas básicas específicas nos diversos cursos e estágios a funcionarem na corporação.

Neste contexto, entendem-se como medida de aprendizagem todos os meios utilizados para avaliar o rendimento do aluno, sendo os objetivos desta : verificar a aprendizagem dos alunos dos diversos cursos e estágios a funcionarem na corporação; promover a verificação dos conteúdos programáticos de cada matéria do curso ou estágio, buscando o retorno dos conhecimentos transmitidos; aferir a mudança de comportamento dos alunos, bem como buscar a consecução dos objetivos propostos para casa unidade didática ou matéria e identificar a necessidade de correção no processo ensino-aprendizagem (NGMA, 2005, p. 5).

A educação institucional da PMDF traz como assuntos institucionais:

- ✓ ordem unida;
- ✓ cuidados com a apresentação individual;
- ✓ regulamento de uniformes;
- ✓ regulamento disciplinar;
- ✓ regulamento interno e de serviços gerais;
- ✓ continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar;
- ✓ qualidade no atendimento ao público;
- ✓ outros que se fizerem necessários para a fomentação da educação institucional.

A matriz curricular da PMDF atualmente passou por modificações no tocante ao trabalho de reformulação dos cursos pela Academia de Polícia Militar de Brasília, de maneira que muitas mudanças estão sendo implementadas no tocante à formação dos alunos policiais militares. Atualmente, fazem parte dos cursos matérias como as seguintes:

- ✓ Comunicação Social;
- ✓ Metodologia Científica;
- ✓ Direito Internacional, Direitos Humanos, Direito Penal, Direito Constitucional;
- ✓ Sociologia do Crime;
- ✓ Introdução ao Estudo do Direito e Direito em Segurança Pública;

- ✓ Criminalística e Criminologia;
- ✓ Armamento, Munição e Tiro;
- ✓ Policiamento Comunitário;
- ✓ Gestão Pública de Pessoal;
- ✓ Gerenciamento de Crises;
- ✓ Estratégias Contemporâneas em Segurança Pública;
- ✓ Socorro de Urgência;
- ✓ Tecnologia da Informação;
- ✓ Psicologia da Violência;
- ✓ Gestão Logística;
- ✓ Legislação Extravagante Aplicada à Atividade Policial;
- ✓ Elaboração e Gestão de Projetos;
- ✓ Análise Criminal;
- ✓ Policiamento Ostensivo.

As modificações na matriz curricular da PMDF seguiram o referencial da Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública (2003, 2009) para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

A Polícia Militar do Distrito Federal possui em seu planejamento na área de ensino o Plano Anual de Ensino (PAE), que tem por objetivo estabelecer e regular o funcionamento dos cursos e estágios na corporação e a previsão da participação de policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal em cursos ou estágios em outras instituições (DGEI, 2004).

Na esfera atual, a Academia de Polícia Militar, reconhecida como Instituto Superior de Ciências Policiais, autorizado junto ao Ministério da Educação para atuar como instituição de ensino superior, passará a ministrar, além dos cursos já citados, cursos de graduação, pós-graduação, educação tecnológica, extensão, sequenciais e outros em conformidade com a lei. Os cursos da PMDF serão destinados a policiais selecionados por edital e conforme estatuto da PMDF, segundo estabelece o Regimento do Instituto Superior de Ciências Policiais – APMB-2011.

No tocante ao ISCP (2011), observa-se em seu art. 49 que:

O ISCP da PMDF incentivará a pesquisa por meio da concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, de bolsas especiais, promoção de congressos e seminários, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados de pesquisa realizadas e outros meios ao seu alcance (p. 25).

No que se refere ao corpo docente consta:

O corpo docente do ISCP será constituído por todos os que exerçam atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§1º Nos termos do Plano de Carreira o corpo docente distribuir-se-á nas seguintes classes, conforme a titulação:

I- Professor Doutor;

II- Professor Mestre;

III- Professor Especialista (ISCP, 2011, p. 30).

A Polícia Militar do Distrito Federal atualmente passa por uma reestruturação do seu ensino, com o credenciamento do ISCP junto ao Ministério da Educação e a autorização para dois cursos superiores, sendo estes, o Tecnólogo em Segurança Pública (conceito institucional 4) e o Bacharelado em Ciências Policiais (conceito institucional 5). Ademais, cabe destacar que a PMDF coloca em seu Planejamento Estratégico (2011), como uma das prioridades, fomentar o processo de ensino de formação continuada, tendo em seu texto diversas iniciativas estratégicas voltadas para a educação:

- i. alinhar as disciplinas curriculares dos diversos cursos da PMDF à matriz curricular nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- ii. construir e reformar instalações das unidades do departamento de educação e cultura;
- iii. construir o centro de treinamento operacional e de tiro policial;
- iv. criar o plano de capacitação continuada, aperfeiçoamento e especialização de pessoal da PMDF;
- v. criar e normatizar o corpo permanente de instrutores e professores da PMDF;
- vi. desenvolver o perfil profissiográfico policial militar;
- vii. desenvolver sistemas de informações de apoio à atividade de educação e cultura na PMDF;
- viii. implantar estrutura de educação a distância (EAD) para capacitação técnico-profissional do efetivo policial militar;
- ix. realizar cursos obrigatórios das carreiras policiais militares;
- x. revisar a matriz básica curricular para os cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização e capacitação continuada da PMDF (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2011-2012, PMDF, p. 67-68-69).

Consta do Planejamento Estratégico da PMDF (2011) a estratégia de ampliar a capacitação dos policiais militares em polícia comunitária, tendo como iniciativas:

- i. capacitar 5.000 policiais militares em policiamento orientado para o problema;
- ii. capacitar 7.000 policiais militares no curso de promotor de polícia comunitária até 2014;
- iii. capacitar, com ensino presencial ou a distância, todos os policiais militares na filosofia de polícia comunitária até 2022;
- iv. inserir a disciplina de direitos humanos como temática transversal nos cursos profissionais desenvolvidos pela PMDF (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2011-2012, PMDF, p. 63 e 64).

Na PMDF, diante do exposto, percebe-se uma preocupação no sentido de aprimorar a formação do aluno policial militar. Para investigar as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar, discutiremos brevemente o contexto no qual concepções são entendidas neste estudo.

CAPÍTULO 2 CONCEPÇÕES: QUESTÕES CONTEXTUAIS EM EDUCAÇÃO

O termo “concepção” tem sua origem do latim *conceptio*, significando capacidade, ato ou consequência de compreender, perceber alguma coisa, apreensão de uma realidade (FERREIRA, 2010). Conhecer concepções de professores é descobrir o que os mesmos pensam num determinado tempo e igualmente, perceber suas práticas, pois existe “uma estreita ligação entre concepções dos professores e suas práticas” como aponta Darsie (1998, p. 92). Uma concepção não se configura apenas um produto, mas um processo de construção, por meio de elaborações de informações aprendidas e apreendidas no tocante aos sentidos e relacionamentos pessoais. No caso de professores, as concepções do seu fazer profissional, lhes permite elaborar novos saberes e suas futuras condutas pedagógicas (LIMA, 2007).

Neste estudo, opta-se por abordar as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial da Academia de Polícia Militar de Brasília por entender que concepções se relacionam com conhecimento, ideia, opinião, sendo “um autêntico corpo de conhecimentos com base no qual os professores descrevem e justificam a sua ação” (LIMA, 2000, p. 59). Este corpo de conhecimentos é resultado da experiência do professor com o aluno, acrescida de aprendizagens adquiridas. Estudos sobre concepções, crenças e pensamentos de professores evidenciam que estes assumem grande importância quando se pensa em compreender o saber, isto é, o conhecimento sobre algo.

Numa visão conceitual, pode-se dizer que concepções se direcionam a um todo relativamente estruturado, caracterizando-se como algo sempre atualizado pela situação vivida, pelos questionamentos, pela busca do aporte de saberes que o sujeito detém. Ariza, García e Del Pozo (1997, p. 161) se referem à terminologia concepções epistemológicas como em relação “ao conjunto de ideias e formas que têm os professores, que guardam relações mais ou menos direta com o conhecimento escolar”. Significa perceber que há uma influência do meio social e cultural nas concepções dos sujeitos, onde as mesmas não são construções permanentes, são variáveis, pela sua condição temporal e processual. As concepções podem mudar pelo contexto imediato que as provocam, considerando que podem ser reconstruídas com base nos saberes, entendendo estes como conceitos e valores evidenciados pelo modo de agir do sujeito.

Para Thompson (1992), as concepções podem ser definidas como estruturas mentais (conscientes ou inconscientes) compostas por crenças, conceitos, significados, regras,

imagens mentais e preferências. As concepções, diante do exposto, se definem como um conjunto de posicionamentos que o professor possui, acerca dos seus alunos, acerca de saberes científicos e acerca da sua prática, tendo uma natureza cognitiva. As concepções podem ser vista como um pano de fundo organizador dos conceitos e que condicionam a forma de abordagem da realidade, ligando-se às atitudes, as expectativas e ao entendimento que cada um tem do que constitui o seu papel numa dada situação.

Autores como Giordan e Vecchi (1996) usam o termo concepção no lugar de representação, tendo em vista que consideram este último um conceito “frouxo”, confuso e com diferentes conotações nas ciências. Segundo os autores, uma concepção propriamente dita se refere a uma estrutura subjacente, não constituindo apenas um “produto”, mas um processo decorrente de uma atividade de construção mental do real. Trata-se de algo que muda na medida que se constrói o conhecimento diante das informações que o indivíduo vai recebendo, das relações sociais e de suas ideias.

As concepções tem um caráter coletivo e se originam nas estruturas organizativas, nas relações institucionais e nas dinâmicas funcionais em que estão integrados os seres humanos (PONTE, 1992). Depreende-se que as concepções influenciam as práticas no sentido de mostrar caminhos a serem seguidos, mas também as práticas são geradoras de concepções que com elas sejam coerentes. Feiman-Nemser e Flode (1986) sugerem três níveis de influências nas concepções de professores, sendo estes: o que se passa em sala de aula, a organização e dinâmica da instituição de ensino e aspectos gerais da sociedade.

O termo concepção é entendido conforme enunciado por Brito e Moron (2001), como a maneira própria de cada indivíduo elaborar, interpretar, representar suas ideias e agir de acordo com as mesmas. Ao pensar em concepções ressalta-se a importância do contato do indivíduo com o ambiente sócio-histórico-cultural no processo de aprendizagem. Para Ponte (1992, citado por MANRIQUE, 2003), as concepções seriam vistas como “quadros conceituais que desempenham um papel semelhante aos dos pressupostos teóricos gerais dos cientistas” (p. 70). Percebe-se a possibilidade, com esta afirmação, de existirem várias concepções para um mesmo objeto, tendo em vista as diferentes formas de percebê-lo e, no caso deste estudo, diferentes formas de perceber o aluno policial militar.

Artigue (1990) afirma que “de minha parte a tendência seria pensar que a concepção, definida [...] como um objeto local ancorado na análise do saber, corresponde a um nível intermediário necessário à operacionalidade da análise didática” (p. 279). Depreende-se que as concepções são influenciadas pelas ideias transmitidas pelas instituições (escolares ou não),

as quais o indivíduo teve acesso, assim como pelas relações que o indivíduo foi capaz de estabelecer a partir de suas ações sobre o objeto do conhecimento.

Percebe-se que concepções são tidas como “coisas” e muitas das pesquisas sobre estas “coisas” são julgadas estáticas (GARNICA, 2008). Entretanto, não há concepção estática, as concepções estão em constante mudança. A visão acerca dos fatos está ligada à percepção, às experiências em sociedade, como se vive diante das regras coletivas, isto nos leva ao nosso processo de formação. Investigar concepções significa estar num meio fluido, dinâmico, inconstante, segundo o autor. Considera-se concepções como crenças, percepções, juízos e experiências prévias a partir das quais nos julgamos aptos a agir. Concepções significam suportes para a ação (GARNICA, 2008).

Entende-se neste estudo as concepções com um processo dinâmico, onde realizar uma pesquisa diante deste princípio nos leva a reconhecer que uma forma de investigação não pode ser tida como definitiva. De acordo com Peirce (1998), para sabermos a verdade, basta criarmos um estado de crença que nos mantenha longe da dúvida. As concepções acabam por gerar hábitos que garantem estabilidade até que algo seja modificado onde os sujeitos sejam levados a desenvolver outro hábito. Seguindo o pragmatismo de Peirce (1998) e considerando os efeitos decorrentes de nossas ações, tendo estas como resultados práticos, concebe-se o objeto de nossa concepção.

O termo “concepção” vem sendo utilizado em estudos em torno da educação, como em Santos (2005), Silva (2012), Medeiros (2011), Souza (2010), Pivetta (2006), Perovano (2006), Pereira (2007), Baptista (2008), Garnica (2008), Lima (2007), Carvalho e Almeida (2011), Valentim e Santana (2010), Ramos e Struchiner (2009). Também é possível encontrar, mais raramente, estudos em “concepções” que abordam concepções de policiais militares, como em Cerqueira-Santos, Koller, Pilz, Dias e Wagner (2006) e Tavares, Souza, Menandro e Trindade (2004). Ainda temos um estudo sobre a concepção de ensino de professores na Academia de Polícia Civil de Goiás conforme Pires (2008). No que se refere às concepções de professores no tocante à avaliação do processo de ensino-aprendizagem policial militar, temos Balieiro (2003), sendo escassos demais estudos sobre o assunto. No tocante à concepção de professores sobre o aluno policial militar ainda não foi possível identificar estudos.

Conforme registrado no capítulo anterior, a Matriz Curricular Nacional (MCN, 2003) e em sua versão ampliada de 2009 (MCN, 2009) apresenta concepções de orientações pedagógicas, sendo ainda uma novidade no âmbito da educação voltada à formação do profissional da área de segurança.

A palavra “**matriz**” fornece como entendimento as ideias de “criação” e “geração”, que permeiam uma concepção mais dinâmica e abrangente de currículo, o que significa sugerir instrumentos que possibilitem orientar as práticas formativas e as situações de trabalho em Segurança Pública, proporcionando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre os *eixos articuladores* e as *áreas temáticas* (MCN, 2009, p. 6).

Os eixos articuladores estruturam o agrupamento de conteúdos transversais que permeiam as Ações Formativas. Sua definição foi realizada a partir da relevância e pertinência nas discussões sobre Segurança Pública e a partir de sua relação com as problemáticas sociais, atuais e urgentes, de abrangência nacional (MCN, 2009).

As áreas temáticas, de acordo com a MCN (2009), observam os conteúdos imprescindíveis às Ações Formativas, que necessitam estar alinhados ao conjunto de competências cognitivas, operativas e atitudinais.

À orientação da construção de currículos, a partir de eixos articuladores e áreas temáticas, associam-se orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais, adquiridas progressivamente, e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas da área de Segurança Pública.

Seu referencial teórico é sustentado pela concepção de que a formação é:

[...]um processo complexo e contínuo de desenvolvimento de competências. Ele busca estimular os profissionais da área de Segurança Pública a buscarem atualização profissional, relacionada à área de atuação e ao desempenho das funções, necessária para acompanhar as exigências da sociedade contemporânea, tornando-se profissionais competentes e comprometidos com aquilo que está no campo de ação da suas práticas profissionais (SCHÖN, 2000).

Dentre os autores citados na referência bibliográfica da MCN (2003, 2009) e que fundamentam sua construção, destaca-se Perrenoud (1999, 2002), Perrenoud et al. (2001) e Schön (2000), o que pressupõe uma abordagem crítica do pensamento educacional. Esta concepção consolida-se quando analisa-se os princípios que fundamentam a formação profissional explicitados na MCN (2009, p. 12). Para efeito didático, eles estão classificados em três grandes grupos:

- Ético (compatibilidade entre direitos humanos e eficiência policial e compreensão e valorização das diferenças) – os princípios contidos neste grupo enfatizam a relação existente entre as Ações Formativas e a transversalidade dos Direitos Humanos, contribuindo para orientar as ações dos profissionais da área de Segurança Pública num Estado Democrático de Direito;

- Educacional (flexibilidade, diversificação e transformação; abrangência e capilaridade; qualidade e atualização permanente e articulação, continuidade e regularidade) – os princípios contidos neste grupo apresentam as linhas gerais sobre as quais estarão fundamentadas as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública;
- Didático-pedagógico (valorização do conhecimento anterior; universalidade e interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes) – os princípios deste grupo orientam as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

Associa-se a estes princípios o entendimento de formação como um processo de aquisição e reconstrução de saberes necessários à intervenção social, como oportunidade para repensar o próprio posicionamento ético e político e de analisar e aprimorar a prática, constituindo espaço para partilha e debate de abordagens diferentes, e ocasião privilegiada para gerar discussão sobre questões complexas das situações enfrentadas no trabalho (MCN, 2009).

Temos um abordagem educacional por meio da MCN (2009) para o profissional de segurança pública cuja função consiste em orientar a formulação, a implementação e a avaliação das atividades da formação e do ensino em Segurança Pública. Esta faceta define a orientação geral dos processos formativos e os conteúdos a serem abordados para a estruturação das diversas práticas pedagógicas.

As competências devem orientar a escolha dos componentes curriculares que comporão os currículos das Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Dessa maneira, os temas emergentes contidos nos eixos articuladores e os conteúdos contidos nas áreas temáticas devem ser desdobrados, de acordo com a MCN (2009, p. 27) em:

- Conteúdos conceituais (leis, teorias e princípios);
- Conteúdos atitudinais (valores, crenças, atitudes e normas);
- Conteúdos procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais traduzidas em métodos, técnicas e procedimentos).

Esses conteúdos necessitam beneficiar o desenvolvimento das competências profissionais, compreendidas na área de Segurança Pública, ou seja, o conjunto formado por saberes, competências específicas, esquemas de ação, posicionamentos assumidos, habilidades, hábitos e atitudes indispensáveis ao exercício das funções a serem desempenhadas. O conjunto de competências que forma a competência profissional é de

natureza cognitiva, afetiva e prática, bem como de ordem didática, incluindo diferentes saberes que possibilitam a ação em diferentes situações (AZEVEDO SOUZA, 1998).

Verifica-se que há uma preocupação em discutir a educação dos profissionais de segurança pública e a concepção do ensino. A atual política que pensa a formação dos profissionais da área de segurança tem sido baseada na concepção de ensino como um processo complexo e contínuo de crescimento e aperfeiçoamento. Esta preparação visa um aluno que busque o próprio desenvolvimento profissional e concebe o ensino como um processo político, transpassado por competências e habilidades específicas e especializadas, visando à promoção da aprendizagem, a reconstrução do conhecimento e a apropriação crítica da cultura elaborada, pautada em padrões de qualidade e em princípios da ética.

Esta concepção de ensino da MCN (2009) está de acordo com a Teoria das Múltiplas Inteligências (1994) quando estabelece que o profissional em formação é um ser que pensa, sente e age, portador de múltiplas inteligências e com uma bagagem de experiências acumuladas, que poderá ser aproveitada mediante a interação com o grupo nos mais variados momentos. Em relação a esta abordagem, o documento enfatiza que a Teoria das Múltiplas Inteligências, proposta por Howard Gardner (1994), afirma que a estrutura de mente humana possui qualidades potenciais para o desenvolvimento de múltiplas formas de inteligência. Estas inteligências reúnem as habilidades necessárias para desempenhos específicos. Gardner (1994) identificou sete áreas de “competências” ou inteligências: linguística, cinestesia, intrapessoal, interpessoal, musical, espacial e lógico-matemático.

Embora tenhamos apresentado a abordagem da MCN no tocante a Teoria das Múltiplas Inteligências, não iremos nos aprofundar no assunto por não ser esta a proposta deste estudo.

A MCN (2009) cita Libâneo (1994) acerca das dimensões do conhecimento em sua relação com os conteúdos. As Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão (2000) reconhece que o processo de assimilação de conhecimentos possibilita o uso dos mesmos em novas situações, fator este de interesse para o aluno que está sendo formado para atender à sociedade no âmbito da segurança pública.

As discussões acerca de concepções nos leva também à Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (1987) a qual o cérebro é a base biológica e suas peculiaridades definem limites e possibilidades para o desenvolvimento humano. Essas concepções fundamentam a ideia de que as funções psicológicas são construídas ao longo da história social do homem, em sua relação com o mundo. Buscando uma ligação na teoria de Vigotsky (1987) para as causas que influenciam as concepções dos indivíduos sobre um objeto, tem-se como possível resposta os

determinantes sócio-histórico-cultural, fruto da inserção do indivíduo em um grupo, onde as relações são elaboradas a partir de fatores externos ao indivíduo (instituições de ensino, por exemplo) e relações que o indivíduo elabora internamente a partir de suas ações sobre o objeto.

Neste contexto, retoma-se o objeto desta pesquisa, onde a concepção do aluno na APMB depende do processo de ensino e de um conjunto de atividades entre professor e aluno. Libâneo (1994) afirma que:

[...] a unidade objetivo-conteúdo-método constitui a linha fundamental de compreensão do processo didático: os objetivos, explicitando propósitos pedagógicos intencionais e planejados de instrução e educação dos alunos, para a participação na vida social, conteúdos, constituindo a base informativa concreta para alcançar os objetivos e determinar os métodos [...] formando a totalidade dos passos, formas didáticas e meios organizativos do ensino que viabilizam a assimilação dos conteúdos (p. 154).

Percebe-se que os objetivos educacionais expressam propósitos definidos explicitamente e são relativos ao desenvolvimento de qualidades humanas, que capacitem o homem para uma condição de transformação social. O trabalho do professor consiste numa atividade mediadora entre o indivíduo e o social, ou seja, entre o aluno e as matérias de estudo. Remete-se a Libâneo (1994) para quem o núcleo do trabalho docente está na conciliação entre a atividade do aluno visando à aquisição de conhecimentos e o objeto de conhecimento transmitido pela mediação do professor. Libâneo (2008) ainda ressalta que a educação, enquanto atividade intencionalizada, trata-se de uma prática social considerando a influência do meio social acerca do desenvolvimento dos indivíduos na sua relação com o meio, “tendo em vista potencializar essa atividade humana para torná-la mais rica, mais eficaz diante das tarefas da práxis social postas num dado sistema de relações sociais” (p. 82).

O conhecimento pedagógico define-se como o saber teórico e conceitual, além do conhecimento dos esquemas práticos do ensino, estratégias pedagógicas, rotinas de funcionamento das intervenções didáticas e os esquemas experienciais dos professores. Refere-se aos conhecimentos institucionais ou escolares que se constituem pelos saberes específicos pertencentes à cultura (BOLZAN, 2006).

A prática profissional do professor para Schön (2000) é uma ação que exige observação e descrição, implicando múltiplas representações que levam o professor à compreensão das relações existentes no saber escolar. Percebe-se que as concepções de professores sobre sua prática podem ser consideradas como orientações na formação de seus alunos, os quais servem como mediações de cultura, valores e conhecimentos que se

transformam na relação em sala, “pode-se dizer que as diferentes articulações [...] entre a prática docente e os saberes constituem mediações e mecanismos que submetem essa prática a saberes que ela não produz nem controla” (TARDIF, 2006, p. 41). Exercer a docência envolve questões como o relacionamento interpessoal, o compromisso com o outro e a reflexão. Pensar concepções de professores significa uma reflexão sobre os saberes relacionados à prática do professor.

No caso da educação na Academia de Polícia Militar de Brasília, o presente estudo refere-se ao ensino em nível superior, entendendo docência superior como atitudes desenvolvidas pelos professores, orientadas para a preparação de futuros profissionais (ISAIA, 2003). O saber do professor engloba: o conhecimento de si mesmo, de suas capacidades, atitudes e valores, o conhecimento do contexto do ensino, relações que estabelece o professor com a administração da instituição escolar, conhecimento do desenvolvimento do currículo e conhecimento relativo à aprendizagem, aos alunos, ao ensino e às crenças sobre o ensino. Significa dizer que cada professor apresenta suas concepções de acordo com os conceitos que elabora, com percursos e experiências vivenciadas. O que nos permite investigar concepções de professores não é o discurso pronto, mas o modo como estas concepções se manifestam em sua prática efetiva (GARNICA, 2008). A prática do professor no cotidiano com o aluno lhe fornece elementos os quais se articulam em sua fala a respeito do cotidiano.

Para Mizukami (2002), estudos sobre o pensamento do professor apontam que as crenças e as metas dos professores são elementos fundamentais e determinam o que eles fazem e por que fazem em sala de aula, que aprender a ensinar requer tempo e recursos para que os professores modifiquem suas práticas, que as mudanças que os professores precisam realizar de forma a contemplar novas exigências sociais vão além de aprender novas técnicas, implicando revisões conceituais dos processos educacional e instrucional da própria prática. Pode-se considerar que as crenças, os valores e as hipóteses que os professores possuem no tocante ao ensinar e aprender, sobre o conteúdo curricular e sobre seus alunos estão na base de sua prática de sala de aula. A reflexão oferece aos professores a oportunidade de se tornarem conscientes de suas concepções e de mudanças subjacentes à sua prática.

Neste âmbito, Zabalza (2004, p. 131) coloca que “os professores ensinam tanto pelo que sabem como pelo que são”. O saber vindo da experiência não diverge daquele teórico, mas se relaciona com ele de forma idiossincrática. A dimensão pessoal não desaparece no exercício profissional. As várias experiências de vida do professor, seus papéis sociais, relacionados aos saberes teóricos é que vão constituir suas concepções.

As concepções de professores envolve o modo como o professor percebe a si mesmo ao relacionar seu próprio fazer pedagógico, os alunos, os colegas, a instituição e o sistema de ensino no qual está inserido. Estas concepções brotam da vivência, apresentando componentes explícitos (diretamente percebidos) e implícitos (indiretos, ocultos), bem como saberes advindos do senso comum e do conhecimento sistematicamente elaborado. Seu sentido é atravessado por expectativas, sentimentos e apreciações que acompanham a linha temporal da trajetória docente, tanto em termos retrospectivos quanto prospectivos (MOROSINI, 2003).

As concepções seguem as tendências ditadas pelas vivências anteriores, refletidas nas situações vividas, Isaia e Bolzan (2006) afirmam que ao mesmo tempo em que o professor forma ele transforma suas próprias concepções. Pode-se afirmar que concepções de professores construídas são importantes, pois de certa maneira exprimem a condição dos mesmos como sujeitos formadores. Essas concepções comportam ainda “dinâmicas em que se articulam processos reflexivos e práticas efetivas, em permanente movimento construtivo ao longo da carreira docente” (ISAIA, 2003, p. 264). O professor, além de mediador na construção de um conhecimento, é parte de uma instituição e representante de uma disciplina de ensino.

Para Charlot (2000), as relações que um aluno mantém com o professor são relações com seu saber, com seu profissionalismo, com seu estatuto institucional e com a sua pessoa. As concepções surgem, neste contexto, a partir de relações internas e produzidas por meio de relações interpessoais em determinado tempo e espaço. A maneira como o professor percebe seus alunos e as relações que estabelece com os mesmos expressam concepções que se constrói ao longo do tempo na prática pedagógica. Essas concepções, conforme Perrenoud (2002) vão se consolidando ao longo da carreira docente, uma vez que este adquire uma postura em uma prática reflexiva que oferece bases para uma análise metódica, regular e causadora de efeitos.

O processo de ensino-aprendizagem se apresenta atravessado por influências de múltiplos aspectos- políticos, econômicos, sociais, culturais, psicológicos, éticos, institucionais, técnicos, afetivos, estéticos, entre outros. Tardif (2006) diz que o ensino tem como objeto seres humanos que são ao mesmo tempo seres individuais e sociais, sujeitos que possuem características peculiares, são heterogêneos, têm diferentes histórias, ritmos, interesses e necessidades. Camargo (1997) acrescenta a este fenômeno, o ensino, sua dimensão política, onde as concepções se traduzem nos fundamentos conceituais, filosóficos e

políticos, que norteiam as escolhas, os princípios e valores da prática pedagógica defendida e executada por cada instituição de ensino.

Percebe-se que a diferença de concepções de professores está no entendimento que se tem do aluno, da escola, da representação que se tem das possibilidades de ensino e da representação do próprio educador. Neste sentido, Zabalza (1994) ressalta que se trata de uma interpretação reflexiva derivada socialmente e que serve de base para as ações que o professor constrói. As concepções seriam uma combinação de crenças e comportamentos continuamente modificados pela interação social.

Isaia (2003), em pesquisa sobre concepções de docência que professores de licenciatura constroem, conclui que estes, apesar de estarem conscientes da docência que exercem, não estão conscientes da mesma maneira de seu papel de formadores e da necessidade de possuírem preparação pedagógica específica para exercer a atividade docente. No caso do ensino para o policial militar, o professor depara-se com a necessidade de saberes que exigem habilidades e competências próprias ao exercício da profissão policial. Assim, a relação que se estabelece com o saber e com o saber-fazer de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília é algo que reflete uma relação com a própria instituição, no caso, a PMDF. Portanto, concepções de professores da APMB acerca do aluno policial militar são entendidas como um saber de acordo com percepções e emoções que os mesmos vivenciam na prática em sala.

CAPÍTULO 3 MÉTODO

Neste momento, será apresentado o método do estudo em seu campo de pesquisa, objetivos, seus participantes, o instrumento utilizado para viabilizar a coleta de dados. Também serão conhecidos os procedimentos adotados para a análise dos dados e resultados.

Esta pesquisa tem caráter exploratório, bem como orientação qualitativa, por ser esta uma abordagem possível a uma investigação sobre concepções. O estudo exploratório compõe-se de um meio metodológico de fundamental importância a fim de apresentar a realidade tal como ela é, buscando, a partir do contexto social em que o fenômeno estudado se encontra, compreender o seu significado, percebendo a realidade a partir dos conteúdos da pesquisa em questão (TRIVIÑOS, 2010).

Os estudos exploratórios possibilitam a familiarização com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informações para levar a cabo investigações mais completas sobre um contexto particular da vida real, investigar problemas do comportamento humano que o pesquisador considere cruciais aos profissionais de determinadas áreas, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para investigações posteriores ou sugerir informações (SAMPIERI, 1998).

A pesquisa em concepções procura resgatar os significados atribuídos pelo sujeito ao objeto que está sendo estudado, sendo um ensaio de uma descrição direta da experiência humana. Segundo Triviños (2010), a teoria é indispensável para dar significado aos fatos investigados que, de outra maneira, não teriam sentido algum, uma dada teoria explica os aspectos da realidade em estudo e permite a interpretação dos fatos observados. A ideia fundamental é, de acordo com o autor, que a consciência sempre está dirigida a um objeto, onde não existe objeto sem sujeito.

Pesquisar professores da APMB no tocante às concepções é reconhecer a sua importância no processo da construção do conhecimento. Diante do exposto, tem-se que a pesquisa apresenta como principal problema: quais são as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar da Academia de Polícia Militar de Brasília?

3.1 Campo de Pesquisa

Como já apresentado, no tocante à área de educação na PMDF, tem-se o Departamento de Educação e Cultura (DEC), e subordinado a ele está a Diretoria de Formação, onde se situa a Academia de Polícia Militar de Brasília, atualmente reconhecida como Instituto Superior de Ciências Policiais. A Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB) se divide na Escola de Formação de Praças e Escolas de Formação de Oficiais.

A Escola de Formação de Praças é responsável pela formação do quadro de praças, sendo estes soldados, cabos, sargentos e subtenentes. A Escola de Formação de Oficiais é responsável pela formação do quadro de oficiais, sendo estes cadetes (designação dada ao futuro aspirante-a-oficial ainda em formação), aspirante (este somente será declarado oficial após o término do estágio probatório), tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel.

A pesquisa foi realizada com professores que atuaram junto a Escola de Formação de Praças e Escola de Formação de Oficiais.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo geral

Conhecer e analisar as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar da Academia de Polícia Militar de Brasília.

3.2.2 Objetivos específicos

- Identificar concepções de professores acerca do aluno policial militar;
- Compreender a imagem do aluno policial militar diante de professores na APMB;
- Conhecer como se processa a relação professor-aluno;
- Subsidiar discussões sobre o aluno policial militar a partir do sistema de ensino da Academia de Polícia Militar de Brasília.

3.3 Participantes

Participaram desta pesquisa voluntariamente dezessete sujeitos, sendo oito professores civis das instituições de ensino superior Universidade de Brasília e Universidade Católica de Brasília, dentre os vinte professores constantes em documentação na PMDF e nove

professores policiais militares, dentre os vinte e nove relacionados em documentação oficial. Todos ministraram aulas aos policiais militares dentro da PMDF nos cursos de formação de oficiais e formação de praças em nível de graduação e nos cursos de aperfeiçoamento de oficiais e nos cursos de altos estudos de oficiais em nível de pós-graduação *lato sensu*.

3.4 Instrumento

Um roteiro de entrevista semiestruturado foi o instrumento deste estudo e se mostrou adequado aos objetivos da pesquisa. Conforme ideias de Alves-Mazzotti (1998), de um modo geral, o roteiro das entrevistas consiste num fraseamento sem uma ordem rigidamente estabelecida para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana. A pesquisa qualitativa, para Bauer e Gaskell (2004), lida com interpretações da realidade social, utilizando como protótipo a entrevista. O roteiro das entrevistas deste estudo tiveram tópicos que seguiram de forma flexível, podendo ser acrescentados outros se necessário para a compreensão da fala dos sujeitos.

3.4.1 Roteiro

O roteiro de entrevista foi utilizado de forma a possibilitar os relatos dos professores participantes acerca do aluno policial militar da APMB. Foram exploradas as percepções sobre a imagem do aluno da APMB, as relações entre aluno e professor, o ensino na PMDF, a formação do aluno, bem como foram levantados os dados sociodemográficos. A questão inicial solicitava ao professor que falasse sobre o aluno da APMB. As demais perguntas seguiam de acordo com a fala de cada participante. Os tópicos do roteiro não seguiam uma ordem rígida e foram os seguintes:

- 1) O aluno policial militar dentro da APMB.
- 2) Relação com os alunos em sala de aula.
- 3) Percepção depois que o professor começou a atuar junto à APMB acerca do ensino.
- 4) Percepção a respeito do aluno policial militar junto às regras da APMB.

Foi utilizado o mesmo roteiro para entrevistar os professores civis e os professores policiais militares, respeitando as devidas adaptações. Foram realizadas primeiramente as entrevistas com os professores civis e em seguida, as entrevistas com os professores policiais militares.

3.5 Coleta de dados

A pesquisa foi realizada seguindo algumas etapas, considerando a finalidade do instrumento metodológico selecionado, no caso, a entrevista. Para a realização do presente estudo houve uma comunicação no tocante à PMDF com vistas à obtenção de autorização para a coleta de dados no campo de pesquisa. Essa comunicação, em que foram relatados os objetivos e a finalidade da investigação, foi levada ao Centro de Comunicação Social da PMDF e Comando-Geral da PMDF.

3.5.1 Acesso aos participantes

O critério de seleção dos participantes foi que os mesmos tivessem ministrado aulas para a Escola de Formação de Praças e Escola de Formação de Oficiais. Assim, os professores eram convidados a participarem da pesquisa independente de gênero, idade, tempo de serviço ou grau de qualificação. Não houve nenhuma indicação por parte da PMDF para que algum professor fosse entrevistado. Os nomes e contatos de professores foram disponibilizados à pesquisadora pela PMDF.

Tendo em vista facilitar o acesso aos participantes da pesquisa de acordo com os contatos disponibilizados, foi feito um contato preliminar, por telefone ou e-mail, em que foi esclarecido o objetivo de realização da pesquisa com os sujeitos, sendo previamente agendada a data, local e horário da entrevista de acordo com a disponibilidade do participante. A receptividade e interesse em colaborar com o desenvolvimento deste estudo ficou evidenciado diante da solicitação dos entrevistados de terem acesso aos resultados.

3.5.2 Realização das entrevistas

Esta etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, cujos participantes foram acessados de acordo com a conveniência de cada um. Inicialmente elaborou-se um termo de consentimento livre e esclarecido, que foi preenchido pelos participantes (consta na íntegra no apêndice A).

O número de entrevistas, no caso, dezessete no total, sendo oito com professores civis e nove com professores policiais militares, não foi pré-definido, sendo utilizado o critério de saturação em consonância com Bauer e Aarts (2008) e Guerra (2006). Consideram-se as reflexões de Alves-Mazzotti (1998) sobre que tamanho de grupo é considerado ideal e que

nível de consenso é preciso para que possamos definir o número de participantes da pesquisa. A autora esclarece que o tamanho do grupo vai depender de cada pesquisa:

A partir de um certo momento, observa-se que as informações já obtidas estão suficientemente confirmadas e que o surgimento de novos dados vai ficando cada vez mais raro, até que se atinge um “ponto de redundância” a partir do qual não mais se justifica a inclusão de novos elementos (p. 163).

Observou-se para a finalização da coleta de dados o “ponto de redundância” (ALVES-MAZZOTTI, 1998, p. 163), momento no qual os dados começam a se repetir em cada coleta.

Finalizada a coleta, passou-se para a transcrição das entrevistas observando ainda que, segundo Gaskell (2007), para analisar o *corpus* de textos extraídos das entrevistas e ir além da seleção superficial de um número de citações ilustrativas "há um limite máximo ao número de entrevistas que é necessário fazer e possível analisar" (p. 71). Para cada pesquisador, segundo Gaskell (2007), este limite é algo entre 15 e 25 entrevistas individuais. A presente coleta de dados observou também esta limitação quanto a quantidade de entrevistas.

Todas as entrevistas foram registradas pela pesquisadora por meio de gravação de voz, com autorização formal dos participantes e com duração de cerca de 50 minutos, sendo realizadas entre dezembro de 2011 a abril de 2012. As entrevistas foram realizadas nas salas dos professores e em salas de reuniões, buscando ambientes que garantissem privacidade e evitassem possíveis interferências de outras pessoas.

3.5.3 Perfil dos Participantes

Dezessete professores com experiência na Academia de Polícia Militar de Brasília foram entrevistados para compor o quadro de referência a partir do qual buscamos compreender algumas das concepções destes. Os professores sujeitos desta pesquisa apresentaram formação acadêmica diversificada, incluindo Ciências Exatas e Humanas.

3.5.3.1 Professores Civis

As entrevistas foram realizadas com oito professores civis, sendo três do sexo masculino e cinco do sexo feminino, na faixa etária entre quarenta e três e sessenta e cinco anos. Quanto ao estado civil, três mulheres eram casadas, uma viúva e uma divorciada, no caso dos homens, dois eram casados e um divorciado. Quanto à escolaridade, três professores têm mestrado, dois professores têm doutorado e três possuem pós-doutorado.

O tempo de serviço como professor dos entrevistados civis era acima de dezenove anos. O tempo como professor da APMB variou entre dois e quatro anos.

Quanto à origem, quatro participantes pertenciam à Universidade Católica de Brasília e quatro à Universidade de Brasília. Todos ingressaram como professor da APMB por meio de convênio com a PMDF. Nas Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução da PMDF (2004), o seu art. 70 trata da possibilidade de contrato e convênio face à necessidade de docentes e meios especializados onde poderão ser firmados com entidades públicas, particulares ou, ainda, com professores de disciplinas de natureza civil:

§ 1.º Poderá também ser firmado contrato/convênio com empresa ou pessoal especializado, para a confecção de projetos de interesse da área do ensino.

§ 2.º Deverá ser apresentada proposta fundamentada à Diretoria de Ensino, para apreciação e decisão final do Comando Geral (DGEI, seção XI, art. 70, 2004).

Diante do exposto, o ingresso de professores civis na APMB ocorre por meio de convênio, havendo a necessidade de renovação de acordo com legislação relacionada a cada caso.

3.5.3.2 *Professores Policiais Militares*

As entrevistas foram realizadas com nove professores policiais militares, sendo sete do sexo masculino e duas do sexo feminino, na faixa etária entre trinta e cinquenta anos. Quanto ao estado civil, todas as mulheres eram casadas, no caso dos homens, cinco eram casados, um divorciado e um solteiro. Quanto à escolaridade, dois professores têm mestrado e sete possuem especialização.

O tempo de serviço como professor dos entrevistados policiais militares era entre três e dez anos, considerando o diferencial que, sendo exclusivamente policiais militares, interessou apenas o tempo de professor da APMB. No tocante ao tempo de serviço como policial militar, os participantes possuem acima de dez anos.

Quanto à origem, todos os participantes eram policiais militares da PMDF, sendo um soldado, um sargento, três capitães, um major, dois tenentes-coronéis e um coronel.

Todos ingressaram como professor da APMB por meio de escala de serviço ou como voluntários, sendo que sete ministraram aulas porque foram escalados e dois porque foram voluntários. Os professores policiais militares acumulam as funções de professor e funções inerentes ao policial militar dentro da PMDF.

Estes foram os dados considerados mais relevantes para delinear o perfil dos professores que participaram como sujeitos nesta pesquisa.

3.6 Análise de dados

As entrevistas foram analisadas tendo como referência a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), sendo um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Buscou-se a análise temática que consiste em descobrir os “núcleos do sentido” que vão compor a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo escolhido (BARDIN, 2011, p. 135).

A categorização, que no caso desta pesquisa será feita por tema, é um processo que faz parte da análise de conteúdo e que permite melhor manipulação do material que está sendo analisado. Bardin (2011, p. 147) diz que a categorização é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”. Para a análise de conteúdo, segundo observa a autora, na definição das categorias, podem existir boas e más categorias. Um conjunto de boas categorias devem seguir os critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade. Para esta pesquisa estes critérios foram observados.

Utilizou-se neste estudo a noção de *corpus* (BAUER; AARTS, 2008) visando a escolha de textos que pudessem compor a análise das entrevistas e observando as principais regras para compor um *corpus*, sejam estas a representatividade, pertinência, homogeneidade e exaustividade (BARDIN, 2011). O *corpus* deste estudo foi construído pela transcrição das entrevistas de forma detalhada, preservando a originalidade da fala do sujeito no tocante inclusive à pontuação, interrupções e exclamações.

Na análise de conteúdo, foi feita primeiramente uma leitura flutuante das entrevistas, a qual consiste em estabelecer contatos com as impressões, representações e emoções contidas nas entrevistas. Posteriormente, a pesquisa passou por uma leitura transversal, que consiste em submeter o material a um estudo detalhado, orientado pelos objetivos de pesquisa e utilizando os critérios, já citados, para a criação de categorias (BARDIN, 2011). Procedimentos como a codificação, a classificação e a categorização são essenciais nessa fase do estudo.

Os participantes das entrevistas foram identificados atribuindo um número a cada um juntamente com a sigla PC, para professor civil e PM, para professor policial militar. Isto contribuiu para acessar as entrevistas novamente caso fosse necessário sem identificar os sujeitos. Os professores civis foram identificados seguindo os números e letras: PC1, PC2, PC3, PC4, PC5, PC6, PC7 e PC8, num total de oito entrevistas. Na sequência, os professores policiais militares foram identificados pelos números e letras PPM1, PPM2, PPM3, PPM4, PPM5, PPM6, PPM7, PPM8 e PPM9, num total de nove entrevistas.

A análise de conteúdo neste estudo significa um conjunto de criação de categorias a partir das falas dos entrevistados, visando, por procedimentos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores qualitativos que permitam o conhecimento relativo às concepções de professores acerca do aluno policial militar da APMB. Após o processo de categorização e agrupamento, foram encontradas e definidas as seguintes categorias:

Tabela 2. Definições das categorias a partir das entrevistas

Categoria	Definição
Imagem do aluno policial militar	Imagem do aluno para os professores
Relacionamento interpessoal	Relacionamento entre professores e alunos
Consciência do sistema disciplinar	Consciência da necessidade de cumprir normas, padronizações e ordens de superiores hierárquicos
Ensino na PMDF	Percepção sobre o sistema de ensino
Vínculo com a prática policial militar	Relações da dinâmica teórico-prática para que o aluno seja um policial militar qualificado

CAPÍTULO 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme apresentado na introdução e no método, por meio da pesquisa de campo, buscou-se compreender concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar da APMB. A caracterização da Polícia Militar apresentada no primeiro capítulo, bem como sua história, fornece as atribuições gerais do policial militar e o tipo de formação profissional que recebe. Foram consideradas como concepções aquelas explicações recorrentes em todo o grupo entrevistado. As categorias presentes na análise dos dados no capítulo de método serão agora apresentadas e discutidas.

4.1 Imagem do aluno policial militar

A imagem do aluno policial militar para os professores está constantemente associada a alguém disciplinado, considerando a vivência que se estabelece em sala e o tipo de comportamento norteado por princípios de disciplina. Para os professores, os alunos evidenciam na rotina em sala a disciplina e dedicação às aulas.

PC2- [...] eles de fato são disciplinados durante as aulas e são dedicados ao extremo às matérias... Ah... esta é a imagem que tenho, isto fica muito claro desde o primeiro momento que entro em sala.

Os professores policiais militares enfatizam que os alunos estão num sistema onde a imagem deve obrigatoriamente estar conectada à disciplina.

PPM6- [...] quando eles entram aqui e seja em qualquer curso, tem que ter um comportamento adequado, a sua imagem vai estar arraigada ao tipo de comportamento que se tem... assim, além do mais, a primeira coisa de qualquer curso daqui é a disciplina, a imagem deles é de disciplina, não dá para ser diferente sabe.

Percebe-se que para os professores policiais militares o aluno policial militar é disciplinado, tendo a mesma imagem que os professores civis e ambos reconhecem que a disciplina do aluno está ligada à legislação à qual está submetido.

Sobre o aspecto disciplinar Poncioni (2005) observa que, dentro da organização, principalmente no período de treinamento, transmite-se a ideia do trabalho policial com ênfase na importância de sua adesão às regras e procedimentos da organização, para o controle do crime nos limites da lei, o que garante a transmissão da disciplina aos alunos

policiais, caracterizando a dinâmica da instituição de ensino (FEIMAN-NEMSER; FLODE, 1986).

Segundo Aquino (2011) o interesse dos pesquisadores em abordarem o tema disciplina surgiu na década de 1990 no Brasil, sendo atribuído a Guimarães (1982) e D'Antola (1989) os primeiros estudos acerca da temática. Referente a perspectiva normativa do ambiente acadêmico, Aquino e Ribeiro (2009) sinalizam para a necessidade de situá-lo no registro dos processos de governamentalização em operação na atualidade, entendida de um lado, em que se regulamenta as condições de vida das populações e, de outro, disciplina-se a existência de seus componentes individuais, a partir de uma racionalidade ético-política presente nas instituições sociais (FOUCAULT, 2004).

Tal governamentalidade é responsável por uma jornada de ações cada vez mais concêntricas e estendidas, cuja finalidade passa a ser a amoldamento consensual, por exemplo, dentro do ambiente educacional dos alunos, abarcando a multiplicidade e a singularidade que lhes são características (AQUINO, 2011).

Os professores percebem o aluno enquanto policial militar, ou seja, enquanto profissional, pois este é apresentado pela Academia de Polícia Militar de Brasília como alguém que é policial militar desde que ingressa na Polícia Militar, mesmo que ainda esteja em seu primeiro curso de formação.

PMM8- [...] eles são alunos e policiais militares ao mesmo tempo, inclusive já vestem fardas desde os primeiros dias de curso, no caso dos cursos de formação também, eles compram o uniforme logo que são apresentados, não existe aluno aqui sem uniforme de policial.

Isto faz com que os docentes não distingam a imagem do aluno da imagem do policial militar.

PC7- [...] para mim eu dou aulas à policiais militares, eles são alunos, mas já trabalham como policiais militares, vão para as ruas, tenho a imagem de policiais militares que estão estudando e se especializando.

PMM9- [...] olha, desde que ele entram aqui são policiais e fazemos de tudo para que possam atuar como tais o mais rápido possível, faz parte da adaptação, por isto olho para eles como alunos, mas também como policiais.

Segundo os professores, os alunos policiais militares sabem que ser policial não é apenas uma profissão, mas implica mudanças na sua imagem, incluindo os comportamentos, mudanças na fala, mudanças nas roupas e no círculo de amizades.

PPM3- [...] eu sempre falo para aqueles que acabam de entrar que eu não dou um mês para a agenda do celular deles mudar, não adiante, desde que eles entram aqui, as pessoas também percebem seu amigo, filho, sei lá o quê de forma diferente, aí vem a cobrança da imagem do PM.

Esta percepção do aluno ocorre durante todo o período de formação policial militar, como também ao longo da sua carreira nos demais cursos da PMDF. Há, de fato, uma incorporação da imagem do aluno por parte dos professores oriunda do sistema de aprendizagem da APMB e de costumes da profissão, seja por meio de códigos comuns construídos ou pela própria história da PMDF, todos estes aspectos se conectam à imagem que os professores têm do aluno em sala.

É necessário que o discente observe a si mesmo e o seu grupo de trabalho em circunstâncias práticas diversificadas, experimentando a reflexão e a análise entre a própria percepção e a dos professores a seu respeito, o que, de acordo com Perrenoud (2001) ampara o docente na análise de valores, de atitudes e de papéis sociais, além de permitir a explicação e revisão, oferecendo ao aluno a possibilidade de tomar consciência de suas necessidades e motivações de suas ações e, a partir daí, idealizar um projeto pessoal de formação, transitando de uma simples aquisição de saber-fazer para uma formação que leve a uma identidade profissional.

Os professores descrevem o aluno policial militar como alguém que tem interesse em aprender. Este “aprender” se refere principalmente a aulas práticas ligadas à atividade policial, ou seja, como os conhecimentos aprendidos poderão ser utilizados em sua atividade fim, seja esta o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, cap. III, art. 144, § 5º).

PC1- [...] eles são interessados e perguntam e questionam, fazem comparações com suas experiências... mas querem saber muito da aplicabilidade prática dos conteúdos, a teoria por si só não lhes interessa.

Tanto os professores civis quanto os professores policiais militares confirmam que o aluno demonstra atenção ao conhecimento proposto nas aulas. Este aspecto pode ser percebido pela dedicação dispensada a cada momento que o docente introduz um novo assunto. Para os docentes, o interesse em aprender alcança um ponto importante ressaltado pelos professores, onde novamente este aluno busca a aplicabilidade prática do assunto que está sendo exposto durante as aulas.

Rangel e Teve (1999) apontam que a relação teoria-prática é relevante ao alcance da multidimensionalidade do processo ensino e aprendizagem, considerando-se que as referências teóricas são necessárias à consciência do significado das ações. É também nesse sentido que se pode pensar em mudanças (pela reflexão) e na sua consequência, na produção de comportamentos, no interesse de alcançar (e explicitar nas ações) a visão

multidimensionalidade do processo de ensino e aprendizagem. Este ponto vai de encontro ao estabelecido na MCN (2009), em que os conteúdos não devem ser considerados um fim em si mesmo, mas ferramentas que possibilitem a reflexão intencional sobre a prática do profissional da área de Segurança Pública, bem como acerca das maneiras possíveis de intervenção na realidade.

De uma forma geral, os professores reconhecem que há um interesse em aprender tendo em vista que os alunos reconhecem a seriedade da profissão policial militar.

PC5- [...] olha uma coisa, o trabalho deles envolve segurança dos outros e deles próprios, não dá para fingir que aprendeu, inclusive porque tem uma cobrança da escola em cima disto. E tem outra coisa, eles vão ganhar a vida com sua profissão e não querem perdê-la... é que há perigo, não dá para esquecer.

PPM1- [...] eles sabem que precisam aprender, pois a profissão é séria, exige realmente o domínio das técnicas de tiro, defesa pessoal, legislação, mas a prática deles vai ser essencial. Dentro do nosso sistema, o aluno precisa aprender e mostrar que aprendeu, precisa ser bom, pois sua profissão envolve a vida das pessoas.

Na prática, percebe-se que os professores se referem a imagem de um aluno que é policial militar. Segundo Dejours (1992) não é só um modo de ganhar a própria vida, é um status social ao qual se associam, às vezes, uma roupa específica, um vocabulário particular. A imagem neste caso aborda uma amplitude de aspectos que compõem este aluno aos olhos de seus professores.

Também é irrefutável outra referência marcante no tocante aos alunos: sua pontualidade. Os professores afirmam que o aluno não atrasa. Os alunos cumprem os horários de todas as suas atividades.

PC2- [...] eu nunca comecei uma aula atrasada, porque eles estavam ali, disponíveis, e prontos, diferente das outras escolas, aqui horário e pontualidade são cumpridas, a apresentação da turma era perfeita.

PPM3- [...] com certeza nossos alunos cumprem os horários, pois existe um planejamento em cima de tudo, é algo que faz parte da cultura daqui, é algo bem natural.

Embora todos os professores destaquem a imagem de um aluno pontual, esta característica impressiona mais os professores civis, que comparam a disponibilidade para aprender pela pontualidade com relação aos alunos civis das universidades. Os professores civis ficam impressionados como as aulas não atrasam, como os horários são cumpridos e como a turma se prepara para receber o professor em sala. O professor recebe do chefe de

turma a apresentação formal dos alunos, informando ao professor quem faltou e por qual motivo não está em sala.

PC5- [...] neste ponto acho eles super cumpridores de horários, na universidade a coisa é muito mais... sei lá... talvez os alunos saibam que o ambiente é mais flexível. Para mim foi meio chocante entrar em sala e todos estavam lá, mas tem uma coisa... (risos), eles cobram o horário do intervalo também bem pontualmente.

Pode-se confirmar que tanto os professores civis quanto os professores policiais militares reconhecem um aluno pontual, contudo, esta característica surge no discurso dos professores policiais militares como algo que não lhes chama tanta atenção, para os professores civis isto foi motivo de admiração tendo como referência os alunos das universidades que não apresentam a todo tempo pontualidade nas aulas.

Os professores relatam que o aluno é educado durante as aulas e reforçam a maneira pela qual são abordados pelos alunos com extrema cortesia, sendo uma qualidade digna e admirável.

PC4- [...] me impressionava a educação que o aluno tinha com o professor, e não era só com a gente não, era com todo mundo no ambiente de sala, isto é marcante... sabe... até no cuidado para falar.

Os professores policiais militares apontam ainda que a educação é inerente ao aluno policial militar.

PPM1- [...] o aluno daqui é educado, ele deve ter comportamentos de muita educação sim, com a família, com amigos e com a gente... isto é cobrado dele.

Os professores civis comparam novamente o aluno policial militar com o aluno civil e afirmam que foram “melhor tratados” pelos alunos policiais militares que pelos alunos civis, ou seja, alunos das universidades. O professor civil tem como referência marcante para perceber o aluno policial militar o aluno civil, como é possível verificar.

Desta forma, os professores atribuem ao aluno o respeito ao professor com uma característica forte. Os alunos não falam ao mesmo tempo que o professor nas aulas, bem como pedem permissão para ações comuns, como ir ao banheiro, buscar algum material para a aula ou mesmo quando há a necessidade resolver algum problema particular no âmbito da escola.

PC7- [...] com certeza eu me sinto muito respeitado pelo aluno da PM, certamente pelo regime, pelas normas, mas sabem respeitar o professor.

PPM3- [...] eu acho que o aluno militar respeita o professor, ele é respeitador... eu tiro isto de quando eu preciso de muito cuidado em alguma aula prática, como em tiro, eu não preciso chamar a atenção, é algo raro.

Isto se dá, na visão dos professores, porque se tratar de um corpo policial que abarca um grupo de indivíduos treinados e mantidos pelo Estado para realizar, com exclusividade, as atividades de policiamento. Isso é o que se pode entender por profissionalização dos corpos policiais e marca um movimento relativamente recente nas polícias do mundo inteiro (BAYLEY, 2001).

Embora os professores civis tenham a imagem de que o respeito do aluno policial militar é maior do que o respeito dos demais alunos que não sejam militares, percebe-se que esta diferenciação ocorre de forma menos marcante para o professor policial militar, que reconhece o aluno policial militar como indivíduos treinados que não devem exceder os limites que são estabelecidos para suas ações.

É interessante que os professores reconhecem que o nível intelectual dos alunos policiais militares é elevado e a instituição precisa se preparar na área de educação para lidar com esta realidade. Os professores afirmam que, além dos estudos na PM, o aluno busca conhecimento fora da PM, em cursos de Universidades, tendo alunos com diversas formações, como dentistas, professores, engenheiros, dentre outros.

PC8- [...] o nível intelectual é elevado, muita energia, muito bom humor e muita criticidade, eles sabem se colocar diante da corporação, as discussões em sala são interessantes, ainda mais porque o ponto de vista deles é novo para mim, eu aprendo muito com eles também, eles são informados em relação aos crimes que estão acontecendo e os locais perigosos da cidade, sobre isto eu pergunto.

PC1- [...] a imagem que fica é de um monte de meninos com bom nível intelectual, que até tem outra formação além da PM, que querem aprender, pela vida deles, a rotina é voltada para a PM... percebo que estes alunos são críticos, conversam comigo sobre muitas coisas.

PPM4- [...] nosso policial tem um nível intelectual alto, eles estão sempre estudando pela própria estrutura da PM, eles sempre fazem cursos aqui, a carreira é assim.

De maneira geral, os professores reconhecem o aluno policial militar como alguém disciplinado, respeitador, pontual, com elevado nível intelectual, tendo interesse em aprender e sempre procurando relacionar o conteúdo das matérias a situações práticas da profissão. Além da imagem do aluno policial militar, os professores apresentaram concepções de suas relações com estes alunos. Tal aspecto será abordado no seguinte item.

4.2 Relacionamento interpessoal

Os professores relatam que o relacionamento que possuem com os alunos é positivo, tendo momentos de descontração, respeito, amizade, união e espírito de colaboração. No caso dos professores policiais militares, este tipo de comportamento dos alunos na relação com o professor já é esperado, pois por serem todos policiais militares conhecem as normas do ensino na PMDF e como a relação professor-aluno deve ser.

PPM2- [...] desde cedo estimula-se a camaradagem entre todos, precisamos de uma relação saudável... nossa profissão já é tão tensa às vezes que temos que ter com o aluno uma relação amistosa desde a escola, isto é sem dúvida.

Os professores reconhecem que um bom relacionamento professor-aluno, conforme assinala Macedo (2001), apresenta-se como um importante quesito no arsenal utilizado pelo professor em sua prática pedagógica, dessa forma, cabe ao docente agir com competência, ou seja, tomar decisões, escolher da melhor forma, julgar, avaliar as melhores referências ou valores, saber correr riscos, fazer o melhor uso dos conhecimentos ou informações como importantes elementos do processo; grande poder de argumentação, enfrentar situações-problema, elaborar propostas, entender fenômenos; participar, enfim, como sinaliza o autor, o professor é um sujeito ativo, e como tal deve mobilizar recursos e ativar esquemas (revendo ou atualizando hábitos) em um contexto de complexidade. Neste sentido, uma relação professor-aluno positiva é fundamental para o bom desempenho da aprendizagem.

Professores civis e policiais militares demonstram uma grande exigência para que o aluno aprenda, há um comprometimento por parte dos docentes para que este aluno realmente absorva o conhecimento proposto em cada aula.

Contudo, o professor policial militar exige explicitamente que o aluno aprenda e tenha atenção à aula, pois a qualificação do aluno é importante para que ele seja um policial preparado para exercer a profissão, não havendo, por parte do professor policial militar, dificuldade em mostrar a função de um determinado conhecimento. No caso dos professores civis, os mesmos relatam que tiveram dificuldades em transmitir a importância de uma determinada matéria, por serem estas matérias da grade civil, conforme afirmam.

PC5- [...] eu cobro do aluno daqui o que cobro do aluno lá fora (na Universidade), mas como aqui a cobrança é maior, damos mais atenção se o aluno aprendeu mesmo. Em algumas turmas tenho que ficar justificando porque é importante aprender como o comportamento do ser humano ocorre, porque é importante conhecer distúrbios mentais para o PM, no caso, me refiro à psicologia...neste aspecto exijo que eles no mínimo pensem sobre o assunto... mas também não é algo tenso, tudo ocorre de forma natural.

PC4- [...] eles realmente aprendem muita coisa, e preciso mostrar a função de cada conhecimento, da importância das discussões para a profissão deles, senão eles ficam mais resistentes a participarem.

PPM3- [...] eu sinto muito, mas eles precisam aprender, o policial não pode ter muitas dúvidas em relação a sua conduta, por isto na hora das aulas, eu cobro muito deles, pergunto para todos, os coloco em situações de conflito... há uma relação de cobrança sim e eles sabem a importância de dominar uma matéria.

Para Rogers (1985) quando o professor apresenta a capacidade de compreender internamente as reações do aluno, tem uma consciência sensível da maneira pela qual o processo de educação e aprendizagem se apresenta ao discente, então, elevam-se as possibilidades de uma aprendizagem significativa. Os alunos, mesmo que sejam cobrados pelos professores, sentem-se valorizados quando simplesmente são compreendidos, mas não se trata da compreensão do ponto de vista do professor e, sim, da compreensão conforme o ponto de vista do próprio discente (DUARTE, 2004).

Os professores policiais militares ressaltam que, em todo começo de curso, os alunos têm cara de “assustados” e que somente ficam mais tranquilos com o passar das aulas. Este aspecto não foi observado e nem comentado pelos professores civis. Observa-se que os professores policiais militares ressaltam o que ocorre em sala.

PPM6- [...] o que acontece, eu percebo que a interação é importante, eles estão às vezes assustados, semblante de assustados, com olhos arregalados, não sabem se eu vou ser bruto, mas com o passar do tempo a troca de conhecimentos acontece, passamos a conversar e ter uma relação entre professor e aluno tranquila.

Neste ponto, os professores civis destacam que acham que por serem civis, os alunos se sentem mais à vontade nos diálogos em classe, pois, para os mesmos, quando os professores são policiais militares e conhecedores do regulamento e das normas, a probabilidade de punições aumenta em virtude de determinados comportamentos em sala de aula que possam infringir as regras da Academia de Polícia Militar de Brasília.

PC4- [...] eles são atentos às aulas, mas por saberem que eu sou civil, eles relaxam mais, o clima fica mais leve talvez, às vezes até perguntam coisas mais íntimas para mim, dizem que eu posso punir um aluno aqui, mas para mim este não é meu papel, quero que eles se sintam bem, acho que é assim que deve ser.

Os professores policiais militares afirmam que no primeiro contato que eles têm com as turmas nos cursos da PMDF percebem uma desconfiança, onde o aluno quer saber como vai ser a matéria, a cobrança e o nível de liberdade que vão ter. Os alunos apresentam um

semblante de assustados por não saberem o tratamento que vão receber do professor policial militar.

Isto é dito porque, segundo os professores, algumas atividades podem acontecer durante as aulas, como corridas, flexões e outros exercícios físicos que testam o equilíbrio do aluno. Estas atividades, segundo os professores policiais militares, podem servir de punição por algum comportamento adotado pelo aluno policial militar que seja considerado inadequado para o professor policial militar.

PPM9- [...] é normal das pessoas desconfiarem do outro até conhecerem... o aluno testa o professor para saber até onde pode ir, aí que o tipo de relação vai se definindo, o “rala”⁴ do nosso aluno é inerente a relação daqui, sempre foi e se tiver uma função clara na aprendizagem não vejo problema, eles precisam de resistência.

Os exercícios que fazem parte da rotina do aluno policial militar são atividades participativas que não devem causar estranhamento segundo os professores policiais militares, pois os alunos ao ingressarem nos cursos, sabem que terão que participar de diversos exercícios. Os professores civis não usam o termo “rala” para se referirem à sua relação com o aluno policial militar, sendo que suas aulas tendem a ser parecer com as ministradas nas universidades, adequadas às peculiaridades do ensino policial militar.

Fica evidenciado quanto à participação em sala de aula, que os professores, mais destacadamente os professores policiais militares, reconhecem que no início dos cursos os alunos são mais reservados, logo passam a participar efetivamente das aulas.

PC1- [...] quando eu começo o curso, o aluno fica mais observador, calado... logo começar a falar mais.

PPM7- [...] deixa eu te explicar, eu quero passar o melhor de mim no relacionamento em sala, um clima de conforto, de confiança e isto é tão bom, você tem 50 pessoas que te conhecem e que você pode fazer a diferença na formação deles.

Os professores destacam que a participação em sala fortalece a relação entre professor e aluno nas atividades dos cursos. O aluno tem a possibilidade de desenvolver, além da parte técnica, a percepção de união e camaradagem.

Percebe-se que a disciplina é introjetada no relacionamento em sala de aula, pois a relação professor-aluno é mediada por horários estabelecidos e cumpridos rigorosamente, bem como os alunos possuem um cuidado especial com o modo pelo qual se apresentam aos professores.

⁴ No jargão policial militar, rala é uma das denominações dada às atividades físicas que podem ser excessivas.

Os professores policiais militares observam a hierarquia em sala como algo normal e que existe em todos os ambientes. É percebido que a relação professor-aluno é mediada por medidas socioeducativas, ou seja, se eles erram, são advertidos e punidos se for o caso. O contato dos professores policiais militares com os alunos é, de fato, mediado por medidas socioeducativas, onde consta no Regimento do Instituto Superior de Ciências Policiais (2011):

Art. 97. Entende-se por regime disciplinar o conjunto de normas de conduta que devem ser observadas pelo pessoal docente, discente e técnico-administrativo no exercício de suas funções e atividades, para assegurar a convivência e o respeito mútuo, importando sua transgressão na aplicação de medidas socioeducativas (p.43).

Na relação professor-aluno, o professor civil também percebe a hierarquia presente. Contudo, os mesmos observam que para eles é algo diferente.

PC4- [...] os alunos conversam com a gente e é notório a hierarquia presente, pois para eles também somos superiores hierárquicos... é algo que me chama atenção sempre, como o grupo é homogêneo e como na Universidade é diferente, não é algo normal para mim, me assustei no começo sim.

É relevante destacar que o relacionamento que os professores policiais militares têm com o aluno policial militar é marcado pela profissão dos mesmos e pelas diferenças na hierarquia funcional. O professor policial militar percebe este aluno também como o policial militar que vai trabalhar ao lado dele, seja como superior ou subordinado dentro da PMDF. O professor policial militar tem o desafio de desenvolver habilidades em sala juntamente com alunos que vão fazer parte da vivência dele posteriormente, é uma relação que pode não acabar em sala. Já o relacionamento com o professor civil é ligado ao ensino exclusivamente, pois alunos e professores neste caso têm profissões diferentes e sua convivência é limitada à sala de aula.

Um ponto a ser ressaltado é que, embora o professor civil possa informar à coordenação de cursos algum comportamento inadequado dos alunos, isto não ocorre de forma tão intensa e direta como na relação com os professores policiais militares, daí o fato dos alunos serem mais reservados nas aulas ministradas por policiais militares. Estes conseguem identificar com facilidade, em virtude de pertencer ao mesmo meio que o aluno, alguma ação do aluno que seja reprovável e passível de punição.

Os professores também relatam que o papel do professor é atuar como coordenador de cada aula junto aos alunos policiais militares na busca do conhecimento que é importante para a profissão policial militar. Os professores reconhecem a importância da relação professor-aluno, mas afirmam que na PMDF esta relação é diferenciada. A hierarquia é algo comum na rotina dos alunos e o respeito parece inerente a vivência em sala.

PPM2- [...] a hierarquia existe por meio dos comandantes nas relações também, se tem algo que eu não consigo resolver em sala, passo para o comandante da turma.

Os professores, de maneira geral, pensam na relação com os alunos tendo como referência o regulamento que lhe foi ensinado, onde as normas, por serem claras, estabelecem o que é um comportamento adequado ou não dentro do que se espera de um aluno policial militar. Os professores policiais militares estão sujeitos ao mesmo regulamento que o aluno policial militar e seu pensamento é marcado por expectativas de pessoas que também pensam da mesma forma, pode-se apontar que acabam por compartilhar de regras que funcionam como uma engrenagem, o que torna a PMDF um grupo que compartilha dos mesmos discursos. Alves-Mazzotti (1994) acrescenta que:

[...] as conotações sociais do pensamento não se devem tanto a sua distribuição entre muitos indivíduos e sim ao fato de que o pensamento de cada um deles é, de várias maneiras, marcado pelo fato de que outros também pensam da mesma forma (p. 70).

As atividades que ocorrem no relacionamento interpessoal e que exigiam a resistência dos alunos foram vistas pelos professores policiais militares como inerentes à formação do policial militar e sua necessidade foi reconhecida, sendo a participação obrigatória.

PPM7- [...] somos militares, nossa instituição precisa disto, e nós sabemos disto, os alunos participam das instruções que exigem mais da parte física e psicológica, elas desenvolvem acima de tudo, a união do grupo e um policial precisa aprender a ser parceiro ao outro, pois nas ruas, a vida de um depende da vida do outro.

Os professores civis destacam que nem sempre é necessário expor o aluno a uma situação estressante.

PC2- [...] sinceramente, às vezes eu não vejo sentido no tipo de relacionamento que se estabelece com o aluno onde o mesmo tem que ser testado pelo professor para ver se dá conta de algo, estas atividades devem ter um propósito muito claro, caso contrário fica desgastante e acaba por desgastar igualmente uma relação que poderia ser muito mais produtiva.

Diante disso, cabe destacar que a atitude de veracidade do professor, segundo Duarte (2004), implica a transmissão dos sentimentos. Os sentimentos, as ideias e os gestos, quando disponíveis à consciência e transmitidos aos discentes, garantem autenticidade para a sala de aula, especialmente se o pensamento recair sobre a reciprocidade que a atitude suscita para o professor e para o aluno. Ainda segundo Duarte (2004), "um professor veraz promove a veracidade em seus alunos" (p. 128). Rogers (1985), nessa mesma linha, sugere que a congruência entre professor e aluno seja a atitude mais importante no contexto acadêmico, pois, "caso o professor não se perceba empático, não admita determinados comportamentos

do aluno, em um determinado momento será mais construtivo ser real do que ser empático ou erigir uma fachada de interesse” (p. 133). Portanto, é nessa ocasião que o professor estabelece as regras que devem ser acompanhadas na situação de aprendizagem e o faz com muita segurança, pois elas nasceram dos sentimentos do facilitador (DUARTE, 2004).

Os professores destacam a relação de obediência entre professor e aluno em sala.

PC2- [...] eles sempre foram obedientes comigo, eles me mostraram que a polícia militar não se resume a hierarquia e disciplina, eles são alunos que reconhecem a competência do professor.

Os professores civis destacam, ponto não abordado pelos professores policiais militares, que se sentem mais obedecidos nas relações da Academia de Polícia Militar de Brasília do que nas outras instituições, de maneira que eles se sentem mais valorizados quando ministram aulas a policiais militares. Pela fala dos participantes, percebe-se que ministrar aulas na APMB lhes permitiu obter uma visão ampla da função do policial militar, da sua formação e da importância social do policial militar.

PC3- [...] eu fiquei apaixonado pela polícia, tem uma estrutura muito boa, tem as coisas que tem em toda organização, as falhas, mas eu aprendi a gostar da polícia.

É motivo de admiração pelo professor civil como os alunos são obedientes à rotina das aulas, para o professor policial militar estes pontos são ressaltados em seu relacionamento com o aluno de forma normal, tendo em vista que reconhecem como dever do aluno ter uma determinada postura.

PPM7- [...] não podemos esperar outro comportamento de um aluno policial militar.

Os professores civis revelam que ministrando aulas na APMB, eles passaram a ter outra visão da PM, passando a conhecer sua estrutura interna, sua dinâmica de funcionamento, de forma que alguns confessaram ter aprendido a gostar da PMDF. Para D'Ambrosio (1986) o professor competente e comprometido, que assume uma postura política de transformação, precisa ter clareza de que para ensinar é necessário proporcionar uma intensa relação de diálogo com os alunos. Na APMB, esta postura de diálogo passada ao aluno, está ligada a conceitos de respeito e estes princípios agem diretamente na relação professor-aluno.

Os professores civis destacam que possuem uma relação mais próxima com os alunos civis e que o fato dos alunos policiais militares assistirem às aulas fardados faz com que eles não sejam reconhecidos pelos professores civis fora do ambiente de sala.

PC5- [...] somos bem tratados pelos alunos policiais, mas desenvolvemos uma relação de mais intimidade com os alunos lá fora (fora da PMDF), isto é fato, talvez pelo regime, o meu maior contato com eles é na sala mesmo, de vez em quando encontro um aluno lá fora, mas o problema é que na maioria das vezes não reconheço os alunos fora de sala, porque assistem aulas fardados, muda muito quando estão em trajes civis.

Estes aspectos não são tratados pelos professores policiais militares. Para os professores policiais militares os limites da relação professor-aluno são claros e estabelecidos, fazendo parte dos cursos assistirem às aulas fardados, o que não é motivo de comentários específicos, pois faz parte da vida do policial militar o uso do uniforme. Enquanto os professores civis deixam claro a sua dificuldade de reconhecer o aluno sem farda, os professores policiais militares não dão relevância ao assunto, destacando que o contato que tem com os alunos é de profissionalismo. Os professores civis fazem uma ligação entre o distanciamento que tem em relação ao aluno policial militar se comparado ao civil, devido às limitações da vida escolar na APMB.

Os professores policiais militares reconhecem o contato profissional que têm com o aluno policial militar e ainda comparam a diferença entre os alunos dos diferentes cursos dentro da APMB:

PPM2- [...] os alunos são diferentes na APMB. Os alunos dos cursos de formação são assustados num primeiro momento, pois vieram do mundo civil e levam tempo para se adaptarem à vida policial militar.

PPM4- [...] os alunos dos cursos de especialização e aperfeiçoamento já são policiais militares há muito tempo, o impacto é menor, mas aluno sempre é aluno né?

Percebe-se que, embora o professor policial militar diferencie os alunos que passam pelo primeiro curso de formação e aqueles, que já tendo a formação inicial, passam por especializações e aperfeiçoamentos, todos têm algo em comum: a condição de aluno policial militar. Esta diferenciação não é feita pelo professor civil. Embora nos primeiros cursos de formação o impacto seja mais forte, pois os alunos são originários da sociedade civil, conforme destacado pelos professores policiais militares, nos demais cursos este impacto é menor, mas todos são submetidos novamente ao mesmo sistema de ensino.

Neste sentido, Prado e Leite (2010) apontam a importância que deve ser dada aos requisitos do papel do professor na relação entre professor-aluno. Continuam as autoras que ao vislumbrarem o mundo em plena transformação, com ascensão social e econômica, torna-se um desafio ao docente, sendo imperativo um aspecto de transformação e construção. Adiciona-se a estes requisitos a habilidade de enfrentar crises e mudanças repentinas na vivência em sala com alunos policiais militares, acreditam as autoras que o professor atual

precisará inovar, olhando para seu potencial, fortalecendo seus pontos fracos, usando com maestria suas habilidades, principalmente ao se inserir em um ambiente desconhecido para a maioria dos profissionais da educação, como no caso do ensino superior policial militar.

Os professores relatam que os alunos são informados do tipo de relacionamento que terão quando escolhem a profissão “policial militar”, ou seja, quando ingressam nos cursos:

PC3- [...] é importante seguirem estudando sempre, irem se especializando, não dá para parar no tempo, pois a técnica policial também muda e se atualiza... tudo bem que a Corporação ainda não está preparada para especializar todos o tempo todo, mas sinceramente, já estão caminhando neste sentido, hoje se tem oportunidade para todos terem curso superior.

PPM9- [...] quando eu vim para a PM eu vim porque eu quis e eu sabia de tudo isto, sabemos de cara como funciona tudo, os alunos não são obrigados a estarem aqui, eles podem sair na hora que quiserem agora se ficam, devem seguir as diretrizes dos cursos, existem vários concursos lá fora, se estão aqui devem se dedicar e aprender a ser policial militar.

Percebe-se que as concepções dos professores no tocante ao relacionamento com os alunos da APMB são produzidas e efetivadas num processo de ensino que se justifica na defesa de um pensamento ligado as crenças, valores e imagens da Corporação.

A relação entre professores e alunos policiais militares envolve um conjunto específico de conhecimentos teóricos referentes à vida na PMDF, desenvolvidos e aplicados na APMB. Neste ponto, os professores foram levados a refletir sobre o tipo de relacionamento que têm com os alunos da pesquisa, conforme verificado até o presente momento.

A relação em sala é um aspecto fundamental da organização didática, mas não é o único fator determinante da organização do ensino e na percepção dos alunos, razão pela qual ela precisa ser estudada em conjunto com outros fatores, principalmente a forma de aula (LIBÂNEO, 1994).

A ausência de reflexão de professores sobre seus alunos pode ocasionar atos fundados em posturas adotadas como válidas e verdadeiras meramente por refletirem uma posição aceita, mas precisa-se pensar em atos que possam existir apenas por serem coniventes com um regime de ensino que conduz o aluno a consciência constante do sistema disciplinar, conforme será visto na categoria a seguir.

4.3 Consciência do sistema disciplinar

Foi evidenciado que os professores percebem os alunos policiais militares como aqueles que têm consciência do sistema disciplinar, onde a formação é pautada na hierarquia e disciplina e estas são ligadas à punição. Principalmente nas aulas, existem regras a serem

observadas para garantir o andamento do ensino. A punição está relacionada ao medo que os alunos têm da mesma, pois esta pode ser aplicada de diversas formas.

PC4- [...] eu vejo o medo que eles têm da punição, do fato observado negativo, eles precisam pensar em cada passo que vão dar, seria uma espécie de controle de comportamento mesmo e de autocontrole.

PPM5- [...] eles sabem exatamente quais são as consequências de um erro cometido, ele podem perder o fim de semana e a folga é rara, daí o cuidado para não serem punidos, o sistema disciplinar é rígido e exige que o aluno siga as regras.

Freire (1967) aborda o assunto da seguinte forma:

[...] a consciência é uma característica exclusivamente humana, de forma que os homens são “inacabados” num sentido fundamentalmente diferentes dos animais. Homens e animais são seres inacabados na medida em que estão sujeitos às categorias de tempo e espaço. Porém, a capacidade que os homens têm de refletir criticamente sobre si mesmo e sobre o mundo torna-os profundamente diferente dos animais. Assim, enquanto os homens são condicionados pelas categorias de tempo e espaço, vive dividido entre determinismo e liberdade, os animais são absolutamente determinados por sua espécie (p. 23).

O aluno policial militar, segundo os professores, conhece seu tempo e seu espaço dentro dos cursos na APMB, pois o sistema ao qual estão inseridos é claro no tocante aos comportamentos aceitáveis e esperados. Para a APMB não é importante apenas que o aluno tenha consciência das suas ações, mas que obedeça ao modo pré-determinado e descrito nos regulamentos e legislações da PMDF.

Pelo que foi apreendido nas entrevistas, o aluno policial militar tem consciência do lugar que ocupa na hierarquia e que, aquele que possui maior grau hierárquico deve ser chamado de “senhor”. No caso dos professores civis, todos são chamados de “senhor”, no caso dos professores policiais militares, a hierarquia funcional é seguida em sala. É um primeiro aspecto de introdução da cultura militar nos cursos de formação e nos contatos entre professores e alunos. Os participantes evidenciam como o aluno policial militar é visto como aquele que é condicionado pelo próprio sistema de ensino ao qual está inserido.

PC8- [...] o que observo é uma disciplina consciente, eles sabem seus limites, eles sabem até onde podem ir e temem ir além daquilo que é permitido.

PMM3- [...] ah sim... o aluno tem disciplina consciente, ele sabem que a dedicação é importante, seguir as normas daqui também é fundamental, um aluno daqui sempre vai ser disciplinado.

Segundo Foucault (1987), a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não tem como fim a expiação e a repressão, mas sim o funcionamento de cinco operações bem

distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto num campo de comparação, espaço de diferenciação e o princípio de uma regra a seguir. Entende-se que a prática de punir funciona como “natural”, “necessária” e logo, “legítima” no regime de poder disciplinar.

No caso das cinco operações citadas por Foucault (1987), podemos relacioná-las a realidade da punição na APMB, onde o “relacionar os atos”, “desempenhos” e “comportamentos singulares” estão ligados à concepção precisa das ações que podem ser adotadas dentro do ambiente escolar. Este serve como campo de comparação, sendo também um espaço de diferenciação, com regras a seguir. Entende-se por “campo de comparação” aquele espaço onde as condutas individuais são constantemente comparadas, entende-se por “espaço de diferenciação” aquele no qual as ações de cada um se diferenciam por serem os indivíduos de fato distintos entre si.

Quanto às regras, estas são regulamentadas ou ao menos existem nos costumes da APMB, suas transgressões levam a prática da punição. Esta acaba por funcionar de uma forma “natural”, não causando estranhamento ao aluno, podendo-se falar que as mesmas são “necessárias” tendo em vista que o sistema de ensino da APMB depende da “arte de punir” para funcionar e por último, a punição pode ser considerada “legítima” por fazer parte do poder disciplinar, sendo reconhecida pelo grupo como componente dele.

Os professores policiais militares, como pertencentes ao meio policial militar, podem aplicar diretamente a punição disciplinar em relação ao aluno quando julgarem necessário, respeitando a cadeia hierárquica. Caso observem um comportamento reprovável de um aluno e quando este aluno pertence ao posto/graduação mais elevado, o professor terá que informar ao comandante da turma para que este decida as medidas a serem tomadas. Já os professores civis não punem diretamente o aluno policial militar, eles devem informar ao comandante da turma alguma observação negativa ou caso queiram fazer alguma reclamação. Nestes casos, o comandante decide qual medida disciplinar será adotada.

Geralmente, os professores policiais militares relatam que podem solicitar ao aluno que anote em um formulário que se chama “fato observado negativamente (FO-)” seu erro. Este formulário deverá ser entregue ao comandante da turma para conhecimento e aplicação de medidas disciplinares julgadas cabíveis. Desta forma, o aluno é levado a descrever sua conduta inadequada, segundo o olhar do outro.

PPM2- [...] para que tome consciência e não repita o mesmo erro.

Por outro lado, também é possível que o aluno seja observado positivamente pelos professores policiais militares, podendo preencher o “fato observado positivamente (FO+)”.

Neste caso, o aluno pode receber uma concessão, como uma folga não prevista ou mesmo um elogio. Os professores civis também podem solicitar o preenchimento do FO- ou FO+, mas por questões costumeiras não o fazem.

PC7- [...] eu prefiro conversar com eles se acho que estão errando em algum ponto, não peço que escrevam nada, geralmente não acho necessidade de falar com o comandante, eles são adultos, olho desta forma.

PPM5- [...] a confecção de documentos que registrem a conduta do aluno no curso serve para avaliá-lo, para corrigi-lo e para a conscientização do grupo como um todo.

O modo pelo qual os professores policiais militares percebem o aluno policial militar no que se refere ao sistema disciplinar está relacionado ao modo pelo qual foram formados e suas experiências na APMB. O aluno policial militar é visto como aquele que deve buscar a perfeição em todas as suas atividades, sendo que esta busca é mediada pelas punições do sistema educacional.

PPM1- [...] o aluno daqui sempre foi visto como aquele que tem que dar o exemplo, que tem que ser bom, que tem que ter controle do que faz.

O fato dos alunos policiais militares terem consciência do sistema disciplinar mostra como as escolas de formação são espaços das tradições da corporação, tendo em vista que tal comportamento tende a se repetir com o passar das gerações de alunos policiais militares.

Os comportamentos que são reprováveis por parte dos professores quase sempre se resumiam ao descumprimento de prazo de uma ordem superior qualquer ou alguma falta de asseio com equipamentos e uniformes ou mesmo alguma conduta considerada inadequada, o que no sistema disciplinar é comumente chamado de “alterações”. Segundo Silva (2011), alterações podem ser definidas em linhas gerais como coisas ou condutas fora de ordem ou de lugar que, ao serem observadas e informadas ao escalão superior, iniciam um processo de incriminação. Nesse sentido, “alterações são consideradas condutas desviantes dentro do sistema representacional nativo e, quando não são justificadas, arquivadas ou anuladas pelo corpo de alunos, resultam em punições de aluno ou, se consideradas mais graves, em punições de regulamento disciplinar” (p. 178).

Para os professores civis, o processo de conscientização do sistema disciplinar deve seguir um planejamento que permita ao aluno policial militar conhecer os motivos do que está sendo transmitido, como a importância de saber lidar com as atribuições da profissão de maneira profissional.

PC1- [...] eu vejo que a hierarquia se estabelece pelo medo em alguns momentos, medo do regulamento, das punições, fazendo parte da pressão psicológica, o aluno age de uma forma para não ser punido.

Os professores apontam que o aluno tenta controlar suas ações para se verem livres de punições. O aluno policial militar passa por momentos de pressão psicológica a fim de que seu comportamento seja avaliado para verificar se o mesmo é capaz de agir com equilíbrio emocional mesmo diante de pressões externas.

Os alunos policiais militares, pela percepção dos professores, têm consciência do sistema ao qual estão submetidos e das consequências das violações das regras. É ressaltado que quando algum aluno policial militar é punido, o chamado “chefe de turma” pode tornar-se também responsável solidariamente pelo erro, por se entender que não houve um controle eficiente do comportamento da turma.

PC3- [...] você pode responder pelos erros dos seus subordinados na realidade e este exercício visa aplicar esta lógica.

PPM2- [...] é mais ou menos assim... cada turma tem seu chefe de turma, que representa a turma naquele momento, se alguém da turma erra, o chefe pode pagar junto, por não ter controlado bem a turma como um todo.

Os professores civis, neste aspecto, chamam mais atenção do que os professores policiais militares quanto à concepção de um aluno com consciência do sistema disciplinar, onde as ordens são obedecidas pelo medo das consequências dos erros que venham a cometer.

PC8- [...] há muito cuidado em seguirem as normas a fim de evitar punições e perderem o direito a folga durante o tempo livre que recebem como concessão.

O termo “medo” do sistema disciplinar não aparece com tanto destaque no tocante aos professores policiais militares. Pode-se dizer que a percepção dos professores policiais militares sobre o aluno policial militar é de alguém que está dentro do sistema, não lhe causando estranheza as normas militares, pois se trata de algo que faz parte da vivência destes professores, realidade esta diferente no tocante aos professores civis que começam a conhecer o sistema disciplinar no contato com os alunos.

Os professores reconhecem que é necessário aos alunos saberem as leis, regulamentos e normas aplicados à PMDF, posto que o aluno policial militar vivencia o cotidiano da instituição policial militar e sua relação com seus professores com base num processo pedagógico diferenciado.

A autoridade e autonomia são dois polos do processo pedagógico. A autoridade do professor e a autonomia dos alunos são realidades aparentemente contraditórias mas, de fato, complementares. O professor representa a sociedade, exercendo um papel de mediação entre o indivíduo e a sociedade. O aluno traz consigo a sua individualidade e liberdade. Entretanto, a liberdade individual está condicionada pelas exigências grupais e pelas exigências da

situação pedagógica, implicando a responsabilidade. Nesse sentido, “a liberdade é o fundamento da autoridade e a responsabilidade é a síntese da autoridade e da liberdade” (LIBÂNEO, 1994, p. 251).

Dentro da realidade da APMB, os professores têm a concepção que a autonomia do aluno é limitada, tendo que participar de todas as aulas, podendo apenas ter faltas justificadas em casos a serem avaliados pelo coordenador de cada curso e tendo que apresentar um bom desempenho escolar. A autoridade do professor é reconhecida pelos alunos policiais militares, onde os limites da liberdade e individualidade ocorrem por meio do sistema disciplinar da PM junto à autoridade do professor.

Os professores percebem o aluno policial militar como aquele que é constantemente vigiado, causando incomodo, principalmente aos professores civis, o fato dos comandantes das turmas acompanharem algumas aulas para avaliarem o comportamento dos alunos em sala. Os professores policiais militares não mencionam de forma tão relevante este aspecto, ressaltando que os alunos passam por um processo de adaptação à vida militar conhecendo os limites de comportamento que são estabelecidos, mas que mudanças precisam ocorrer.

PPM3- [...] o controle do comandante também faz parte da vida do aluno, ele precisa se adaptar a esta realidade... agora acho que quando a aula é minha, ela é minha e eu preciso de espaço para estar com meus alunos, não vejo necessidade de estar vigiando ninguém, nem é minha função, é função do comandante da turma, se ele quer olhar a turma, tanto faz, os alunos já sabem que naquele momento estão sendo vigiados.

Os professores civis pensam ser improdutivo, como forma de levar o aluno a ter consciência do sistema disciplinar a retirada da folga deixando-o desenvolver trabalhos que não estão diretamente relacionados aos conhecimentos da profissão policial militar. Os professores policiais militares destacam que esta situação está mudando para o aluno policial militar de forma gradativa, ou seja, a conscientização do aluno precisa ser centrada no processo de aprendizagem.

PC7- [...] a hierarquia se justifica, mas quando resumimos a polícia nisto, aí é um erro, todo ser humano tem que ter disciplina, mas não precisava de ter alguém olhando a janela para ver se alguém está dormindo na aula, dentre outras coisas. Passar o fim de semana fazendo trabalho subserviente não é produtivo, não precisamos antecipar preventivamente este sofrimento.

Por fim, pode-se concluir que o aluno policial militar tem consciência do sistema disciplinar de acordo com a concepção dos professores. Esta consciência está ligada à ideia de punição, sendo esta ligação que permite o controle de comportamentos durante os cursos. Este controle limita a autonomia do aluno em termos de desempenhos, tempo e esforço dentro do ensino na APMB. Trataremos melhor deste aspecto na categoria seguinte.

4.4 Ensino na APMB

Nesta categoria, os professores ressaltam o tipo de ensino que o aluno policial militar recebe. Para os professores civis, há uma distinção entre as matérias que são civis e as matérias que tratam de conhecimentos inerentes ao militarismo e à profissão de policial militar. Os professores policiais militares não abordam este assunto diretamente.

PC4- [...] eu recebi a grade de matérias e percebi que os alunos têm aulas de matérias civis, como matemática, sociologia, português e direito... e também têm aulas de matérias específicas da formação do policial, como tiro, defesa pessoal, ordem unida, legislação da polícia, eram muitas... mas assim, percebo claramente que há uma variedade grande de matérias.

PC3- [...] nós recebemos as matérias entendendo o que é do corpo militar e do corpo civil, para organizar o conteúdo que eu ia passar e não sobrepor conteúdos, logo, reconhecemos que precisamos fazer uma relação dos conteúdos com a profissão de policial, mas os alunos têm matérias específicas do meio militar, muito específicas e pelo que vi, são coisas que eles precisam saber muito bem.

No ensino policial militar, os professores civis percebem em relação aos alunos que sua formação possui como marca a separação entre o ensino civil e o ensino militar. Estas são concepções por meio das quais os professores civis observam que o aluno policial militar tem incorporada à sua formação a separação de dois mundos, sejam estes, civil e militar.

PC8- [...] os conteúdos e conhecimentos ministrados devem ser realizados de forma adequada, com contextualização e com aplicabilidade no curto prazo, pois os alunos começam a ir para a rua rápido, e aqueles alunos que já eram policiais também tem atividades nas ruas, é o que percebo.

Foi exposto que os conteúdos a serem ministrados eram discutidos junto à coordenação dos cursos para que melhor se adequassem a realidade do aluno policial militar. Os professores, por sua vez, demonstravam interesse em conhecer a realidade do aluno e atender a demanda da APMB.

PC3- [...] o coordenador do curso me passou que o policial militar tem que ser instruído em atividades práticas diretas, porque ele vai lidar com o público, aí eu topei a ideia de ministrar a disciplina, para mim à experiência foi muito positiva.

PPM4- [...] sempre penso em dar a aula o mais próximo possível da realidade policial, ele precisa estar preparado para a realidade social.

Os professores civis sugerem que a APMB poderia incluir em seus currículos mais matérias voltadas para o desenvolvimento humano, onde o aluno possa conhecer determinados comportamentos humanos e possíveis justificativas para eles. Também destacam que é necessário contextualizar as matérias civis para o ensino do policial militar,

ou seja, precisam mostrar que um dado conhecimento é útil para a atividade prática do policial militar.

PC1- [...] eu incluiria a disciplina, baseado na minha experiência, de desenvolvimento humano, para saber quais as características esperadas de uma pessoa, os portadores de transtornos mentais de comportamento, isto é importante no dia a dia do policial, saber como é um adolescente, quais são as características de uma pessoa drogada.

PC4- [...] acho importante contextualizar cada matéria que não trate diretamente da área deles. Se eu dou psicologia mas não mostro como é importante o policial ter uma noção disto, não tem valia nenhuma.

Os professores civis referem-se ao desenvolvimento humano em seu aspecto mental e orgânico. O desenvolvimento mental seria uma construção contínua, caracterizando o aparecimento gradativo de estruturas mentais. Estas são formas de organização da atividade mental que vão se aperfeiçoando e solidificando até o momento em que todas elas, “estando plenamente desenvolvidas, caracterizarão um estado de equilíbrio superior quanto aos aspectos de inteligência, vida afetiva e relações sociais” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002, p. 22).

Para os professores civis, estudar o desenvolvimento humano propicia ao aluno policial militar conhecer as características comuns de uma faixa etária, permitindo-os reconhecer as individualidades, fator que os tornaria mais aptos para a observação e interpretação dos comportamentos humanos.

Os professores reconhecem que a PMDF possui um ensino de qualidade composto por matérias diversificadas. Com a demanda cada vez mais ágil pela necessidade de qualidade em segurança pública, os professores mostram uma preocupação com a formação do aluno policial militar.

PC7- [...] é claro que percebemos a preocupação em melhorar o ensino do policial militar e em preparar da melhor forma possível este profissional. A PM com certeza busca qualidade na educação dos seus alunos nos cursos.

PPM2- [...] hoje as matérias precisam ser variadas, o policial precisa saber um pouco de tudo, as pessoas de hoje são bem informadas e o policial precisa atender uma demanda diferente... por um profissional que teve um ensino bom. Claro que pode melhorar.

Os professores enfatizam que é preciso inserir matérias ligadas às questões éticas e de diversidade cultural para que o aluno seja formado enquanto cidadão com conhecimento das dimensões éticas, culturais e morais da sociedade, pois a formação do aluno seria voltada excessivamente para as leis. Os professores expõem que o ensino policial militar deve possuir

matérias que humanizem a polícia e que algumas delas poderiam ser realizadas com o ensino à distância.

PC6- [...] o que eu noto é um ensino muito legalista ainda, e acho que a PM não perderia em nada se variasse um pouco no sentido de trabalhar matérias de cunho ético, que tratem de diferenças culturais.

PPM2- [...] deveria inserir mais disciplinas para humanizar a polícia, para passar para o policial desde o início noções de direitos humanos, de formas de trabalhar tendo mais contato com as pessoas, isto me parece interessante, a diversidade cultural também precisa ser trabalhada.

Os professores civis afirmam que o ensino do policial militar merece uma atenção especial e que contemple os direitos humanos. Para os professores civis, a atividade na qual os alunos atuarão de uma forma ou de outra envolverá a violência, por isto a necessidade de uma formação que contemple inclusive a violência. Silva (2012) se posiciona neste ponto abordando o caso da Polícia Militar do Rio Grande do Norte:

É na contramão do que preconiza os novos preceitos da Senasp que a PMRN prioriza, sobremaneira, as disciplinas técnicas e as de cunho político, desdenhando ou subutilizando aquelas que privilegiam a formação ética, cidadã e profissional (p. 63).

Percebe-se nos apontamentos de Silva (2012) que a formação do aluno policial militar começa a ser discutida em âmbito nacional. Na PMDF, busca-se conforme visto no cap. I, um equilíbrio entre as disciplinas técnicas e de cunho político juntamente com a formação do aluno policial militar em ética, cidadania e profissionalização.

Os professores policiais militares também reconhecem, embora com menos destaque, que matérias ligadas às questões éticas e de diversidade cultural devem ser valorizadas, reconhecendo o papel central das dimensões éticas e culturais na formação do indivíduo, enquanto ser moral e cidadão. Libâneo (1994) esclarece que para que o professor atinja os objetivos de uma disciplina, alguns pontos devem ser observados. O professor deve explicar a matéria, trazer dos alunos conhecimentos que já dominam, saber detectar o nível de capacidade dos alunos, não o aluno ideal, mas alunos concretos que ele tem a sua frente.

Há ainda uma predominância de uma formação do aluno policial militar voltada para as leis em termos de conteúdo. Pode-se pensar numa predominância do “modelo policial profissional tradicional” (PONCIONI, 2004) no conteúdo do processo de formação profissional do futuro policial encontrando-se consubstanciado em uma concepção do trabalho policial que enfatiza o comportamento legalista dos policiais em um arranjo burocrático-militar que influencia a cultura, a filosofia de trabalho, a política administrativa, o treinamento, as operações, táticas e estratégias policiais.

Pode-se inferir que a concepção presente nos currículos acerca do trabalho policial baseia-se essencialmente no controle do crime e na aplicação da lei, com ênfase na importância de sua adesão a regras e procedimentos da organização, negligenciando o enfoque da interação com o cidadão através da negociação de conflitos para o desenvolvimento das tarefas relacionadas à manutenção da ordem (PONCIONI, 2005).

Neste contexto, os professores policiais militares justificam que a formação do policial militar envolve muita legislação em virtude da importância de dominar o tema na profissão.

PPM1- [...] saber controlar o crime é fundamental dentro da lei.

Os professores policiais militares abordam que a formação do aluno está passando por mudanças.

PPM7- [...] contudo, também faz parte na atual formação deste aluno, matérias ligadas à negociação, psicologia, direitos humanos, dentre outras que buscam ter como enfoque o cidadão e não o crime descontextualizado.

Os professores policiais militares destacam um ponto não ressaltado pelos professores civis, tratando-se da necessidade de uma revisão no conteúdo das matérias dos cursos, embora reconheçam que uma reformulação dos currículos tenha sido feita recentemente, mas ainda assim enfatizam alterações necessárias no tipo de conteúdo a ser ministrado por cada matéria.

PPM3- [...] olha, para ser bem sincero... ainda temos um problema no conteúdo das disciplinas, eles também precisam de atualização para atender a policiais que hoje são qualificados desde que entram na PM... não dá para partir mais do princípio que eles aprendem tudo na Academia.

Os professores reconhecem que os alunos policiais militares tem uma formação ampla, no sentido que têm muitas matérias. Porém, para os professores policiais militares o conteúdo das matérias precisa de atualização:

PPM5- [...] até hoje algumas matérias não foram atualizadas como deveriam em seu conteúdo, não basta apenas mudar a grade curricular, as coisas não podem ter o mesmo formato de 20 anos atrás, não é possível... a realidade é outra, uma reformulação disto tudo é preciso, sei que está sendo feito, mas enquanto isto temos alunos sendo formados.

Os professores ainda destacam que algumas disciplinas tem o conteúdo passado rapidamente, o que prejudica o aprendizado do aluno.

PC5- [...] o ritmo de ensino nos cursos é acelerado, com muita matéria e atividades, em que o aluno pode ser levado à fadiga e ter sua capacidade de aprendizagem alterada pela quantidade de informações que recebe em um período curto e importante em termos de profissionalização da profissão policial militar.

PPM3- [...] percebe-se, pensando no ensino do aluno policial militar, que o conteúdo das disciplinas é transmitido aos alunos de forma rápida, o aluno

tem dificuldade de entender tantos conceitos novos, a realidade fica conflituosa, o cansaço se estabelece em todos os níveis, físico e psicológico.

Dito isto, a forma de apresentar e tratar um conteúdo é colocada por Libâneo (1994) como sendo a responsável em ajudar o aprendiz a coletar informações, desvendar sua relação, manipulá-las de forma correta e conveniente, realizar sua discussão, e promover debates com o professor, colegas e demais pessoas. Ao agir assim, o docente consegue produzir um conhecimento que seja significativo para o aluno, que se incorpore ao seu mundo intelectual e vivencial, no caso o policial militar, ajudando-o a compreender sua realidade social, humana, e com tais referências este docente é capaz de modificá-la.

Deve-se organizar, conforme os professores, o conteúdo da disciplina de forma a relacioná-lo com a realidade profissional dos alunos, sempre trabalhando em conjunto com o corpo discente.

Em tempos passados, aqueles professores que eram escalados para ministrar uma disciplina, nem sempre eram especializados na matéria, embora os professores policiais militares destaquem que esta realidade mudou em virtude de novos planejamentos mais criteriosos na área de educação na PMDF.

PPM1- [...] já ocorreu de um policial ser escalado para dar uma matéria e não ser especializado naquele tipo de conhecimento... olha era o fim para mim, imagina a situação!

As discussões acerca das disciplinas ministradas na APMB e das concepções dos docentes, sejam eles civis ou militares, encontram respaldo na Matriz Curricular Nacional (2009), sobremaneira no ponto em que se refere aos eixos articuladores, que estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos em virtude de sua pertinência nas discussões acerca da segurança pública e por contemplarem problemáticas sociais de abrangência nacional. Esses eixos precisam permear as diferentes disciplinas, seus objetivos, conteúdos, bem como as orientações didático-pedagógicas, conforme foi discutido pelos professores civis e policiais militares.

Outro ponto discutido e que é também contemplado pela MCN (2009) trata da orientação para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, dos eixos, referindo-se às finalidades gerais das ações formativas, com vistas a estimular o questionamento constante e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político.

Os quatro eixos que compõem a Matriz (2009) foram selecionados para orientar os currículos das ações formativas pela amplitude e possibilidades que apresentam para estruturação dos diversos processos pedagógicos, que levam em consideração o

posicionamento crítico e ético, identificando as características estruturais e conjunturais da realidade social, valorizando a diversidade, com o emprego de técnicas e procedimentos dentro dos preceitos legais e com a utilização de diferentes tipos de linguagens e tecnologia, dentre outros aspectos (MCN, 2009). São eles:

- Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública;
- Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública;
- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública;
- Diversidade, Conflitos e Segurança Pública (p. 15).

Percebe-se a necessidade no ensino da APMB de formar um corpo docente. O Planejamento Estratégico da PMDF (2011) coloca como estratégia para fomentar o processo de ensino de formação e capacitação continuada e como iniciativa estratégica a criação e normatização do corpo permanente de instrutores e professores da PMDF (p. 68). Segundo os dados da PMDF, o Departamento de Educação e Cultura, publicou em 24 de maio de 2012 a Portaria 004, onde consta a nomeação do corpo docente permanente da Academia de Polícia Militar de Brasília/Instituto Superior de Ciências Policiais, composto por 29 policiais militares entre oficiais e praças.

No tocante à carga horária, os professores observam um aluno que está sujeito a cursos com cargas horárias inadequadas e reconhecem a necessidade de uma revisão.

PC3- [...] a Academia poderia rever a carga horária, talvez incluir educação à distância, a carga horária é muito pesada, não sei, pois estou falando como alguém de fora da polícia, mas os cursos podem ocorrer de forma mais tranquila.

PPM4- [...] a carga horária dos cursos no ensino precisam de serem pensadas, algumas são excessivas e algumas são curtas demais... pelo menos é o que percebo até pela convivência com policiais.

PPM8- [...] a PMDF é carente ainda de formação, os cursos são corridos, os alunos fazem a matéria, têm prova e outras missões, mas nada é como em épocas passadas, pois percebo que cada dia o ensino muda. O aluno policial militar está vivendo um momento de mudanças em seu ensino, tendo em vista a reformulação da matriz curricular.

Os professores reconhecem que uma reformulação das matérias e da carga horária dos cursos na PMDF pode ser feita em prol do aluno e do ensino. Neste ponto, o Planejamento Estratégico da PMDF (2011) destaca como iniciativas estratégicas na área de ensino, a formação e capacitação continuada:

- alinhar as disciplinas curriculares dos diversos cursos da PMDF à matriz curricular nacional da Senasp (p. 67);

- desenvolver sistemas de informação de apoio à atividade de educação e cultura da PMDF (p. 69);
- revisar a matriz curricular para os cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização e capacitação continuada da PMDF (p. 69).

Silva (2012) discute os aspectos educacionais das polícias militares brasileiras, em especial quanto aos soldados da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, mostrando que a situação do aluno policial militar tem sido pensada em outros Estados. Atualmente, os cursos de formação de soldados das Polícias Militares no Brasil estão passando por uma série de reformulações, visto que, com o advento da Matriz Curricular Nacional (2003, 2009) construída pela SENASP, as polícias estaduais estão em fase de adequação aos novos princípios instituídos, “apesar de já haver transcorrido quase dez anos de sua implantação em todo território nacional” (SILVA, 2012, p. 53). A PMDF está inserida neste processo de reformulações dos cursos de acordo com a MCN (2003, 2009) instituída pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

As matérias e a carga horária dos cursos na PMDF, no tocante aos alunos policiais militares, são uma forma de prepará-los para agir em estrita concordância com valores e relações humanas em coerência com as mudanças necessárias ao trabalho policial militar. O processo de formação do aluno policial militar, destacado pelos professores, visa consolidar conhecimentos profissionais e desenvolver habilidades, atitudes e conceitos com vista à execução do trabalho policial.

Para Muniz (2001) há um consenso, dentro e fora das organizações policiais, de que as ações de formação e instrução estão inadequados e defasados não só em relação às exigências postas na ordem do dia pela sociedade, mas também em relação às próprias necessidades internas das agências.

Todas estas colocações encontram respaldo nas observações realizadas por Poncioni (2007) acerca da formação policial. Segundo a autora, algumas questões preliminares emergem como desafios colocados para a melhoria da formação policial e que foram objeto das concepções dos docentes da APMB neste estudo.

O primeiro apontamento levantado por Poncioni (2007) leva em consideração o incremento dos recursos humanos e materiais, como a contratação e qualificação do corpo docente, incremento de títulos de literatura especializada, seguidos de condições materiais para o funcionamento dos cursos, dentre outros. E como segunda questão, a organização da formação profissional, que cobre amplamente as observações realizadas pelos docentes, já que dizem respeito à articulação do conhecimento teórico com as experiências práticas

habituais, a implementação e consolidação da interdisciplinaridade, bem como a realização de uma abrangente e sistemática discussão sobre os modelos policiais profissionais e suas implicações nas práticas policiais.

Disso resulta que os professores destacam que o ensino do aluno policial militar deve buscar qualidade.

PC2- [...] hoje sei que se o trabalho de formação for eficiente eles sairão daqui preparados para a demanda da sociedade e eu me acho responsável por isto também, é claro, eles me mostraram a importância da profissão.

Tanto os professores civis quanto os professores policiais militares reconhecem que o aluno policial militar tem seu ensino com base na hierarquia e disciplina. Os professores reconhecem que a hierarquia existe de outras formas no meio civil:

PC2- [...] a hierarquia existe, a disciplina também e servem como guias da formação em muitos ambientes, mas aqui a coisa é mais marcante.

PPM4- [...] a hierarquia não está condicionada ao meio militar, no meio civil a hierarquia apenas não tem um nome tão explícito, mas em todo ambiente existe uma forma de hierarquia, é assim que as organizações funcionam, é uma forma de se estabelecer uma ordem e garantir o desenvolvimento das atividades, os alunos acabam por se adaptarem a hierarquia e disciplina na PM.

Tem-se um modelo de direcionamento do desempenho dos alunos ligados à hierarquia, onde a implantação de uma estrutura busca sempre organizar o modelo das práticas educacionais em sala.

Por meio da convivência com os alunos policiais militares, percebe-se que os professores civis afirmam terem aprendido como estes devem se desempenhar nos cursos, seguindo os ritos militares, garantindo boas notas, vencendo obstáculos e passando por um processo de adaptação constante à vida dentro do regime de ensino militar.

PC1- [...] o aluno policial militar vivencia desigualdades nas escolas que são aceitáveis para legitimar o funcionamento não igualitário, no caso da PMDF, pelas notas nos cursos.

Existe uma adaptação à vida militar, na qual o aluno começa a se “despojar” do seu papel de civil, deixando aos poucos para trás muitos hábitos e crenças. O aluno policial militar é introduzido em situações que o impelem a reafirmar a sua profissão de policial militar. São os chamados ritos de passagem, em que o indivíduo é levado a repudiar sua antiga concepção de si mesmo e a assumir uma nova identidade. As pressões do grupo atuam efetivamente para fazer o indivíduo aceitar a nova imagem que lhe é proporcionada (BERGER, 1986).

Os professores policiais militares afirmam que começaram a discutir o respeito à individualidade e as diferenças nos cursos, sendo que muitas mudanças ainda estão ocorrendo exatamente no período entre 2011 e 2012. O aluno policial militar sabe como deve agir na sua formação, se espera sempre o melhor comportamento do mesmo.

PPM7- [...] realmente, ele não pode agir de forma contrária aos preceitos da corporação.

Os professores levam em conta que o aluno policial militar tem sua formação marcada por uma concepção hierárquica ligada a rigidez no ensino. Os professores policiais militares ressaltam que trata-se de formar policiais já “formados” anteriormente, ou seja, há uma preocupação de desconstruir paradigmas e construir novos em coerência com o ensino da APMB.

Utiliza-se a referência de Lima (2002) para quem a formação do policial tem sido tradicionalmente centrada na ideia de treinamento, em que busca a padronização de procedimentos, na base de repetições mecânicas, reproduzindo uma ideologia marcadamente repressiva e punitiva, retirando dos policiais a capacidade reflexiva em situações complexas, como as questões da infância e da adolescência, das drogas, da discriminação social, racial, de gênero e idosos.

Os professores ressaltam que existe, de fato, uma fase de adaptação na passagem do mundo civil para o mundo militar, sendo o respeito importante no tratamento dispensado ao aluno policial militar. O professor que desrespeita a curiosidade do educando, no caso o aluno policial militar, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais simples sinal de expressão, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, “transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência” (FREIRE, 1996, p. 66).

O ensino da APMB possui muitas atividades práticas e teóricas. Para os professores, há um excesso de atividades, nem sempre bem coordenadas, deixando o aluno cansado em alguns momentos.

PC6- [...] às vezes vejo eles lutando contra o cansaço para assistirem às aulas. Considerando que para a aprendizagem, é improdutivo... muita gente assistia aula em pé porque estava no plantão até de madrugada da noite anterior, isto é inadequado para o sistema pedagógico, o aluno que tem plantão de noite jamais poderia ter aula de manhã, muitos alunos ficavam em pé. Além do mais, muitos perdiam aulas por motivos diversos, eu só via que o comandante os chamavam de dentro da sala.

PPM9- [...] o aluno policial militar é visto em sala cansado por ter trabalhado pela madrugada ou por exercer a função de policial juntamente com os estudos.

A percepção a respeito do aluno trabalhar na rua durante o ensino é diferenciada entre os dois grupos de professores. Para os professores policiais militares, o serviço de rua é inerente à formação do policial militar, embora ressaltem que não é produtivo tirar o aluno de sala para cumprir outras missões que não estejam diretamente relacionadas ao conhecimento que está sendo proposto.

Em se tratando do serviço de rua, é justificável a saída do aluno de sala, considerando que este aluno está sendo preparado para situações que ocorrerão na vida profissional, onde pode acontecer de estar em casa com sua família e ser convocado ao trabalho por ocasião de serviços que necessitarão de reforço policial militar. Os professores policiais militares entendem como justificada a retirada do aluno de sala para realizar outras tarefas desde que as mesmas estejam relacionadas diretamente à formação do policial militar.

Os professores perceberam que, pelo sistema de ensino, os alunos policiais militares precisavam dar conta de estudar e muitas vezes trabalhar em policiamento, de forma que uma atividade não excluía a outra. Há uma ideia clara de que, caso haja necessidade, o serviço policial ou o serviço interno das escolas de formação serão coordenados em relação ao ensino.

PPM2- [...] eles ainda precisam aprender a fazer o trabalho de policial militar, o conhecimento acadêmico é deixado de lado em razão do serviço de rua muitas vezes quando acontece uma urgência, porque na vida deles, às vezes vão estar em casa e serão acionados para uma situação de emergência, eles aprendem cedo isto.

É importante na adaptação à profissão policial militar que o aluno policial militar tenha algumas restrições que são referentes à rotina policial, não sendo admitido vícios que venham a prejudicar ou colocar em risco a honra da PMDF, como comportamentos contrários às leis e regulamentos, ou seja, o aluno policial militar deve ter uma conduta considerada exemplar pela PM e pela sociedade.

PC7- [...] muito da cobrança do ensino está relacionada a vida do policial, afinal ele deve ser exemplo para a sociedade... por esta lógica muitos procedimentos no ensino dele se justificam.

Ocorre que, segundo a concepção dos participantes, os alunos policiais militares em alguns momentos perdem aulas e atividades acadêmicas importantes em função de atividades não relacionadas à escola.

PC8- [...] já me ligaram falando que os alunos não teriam aulas em função de datas festivas, ou um evento da PM, aí eu tive que me adaptar.

PPM2- [...] me incomodou o dia em que fui dar aula e metade da turma estava fora, cada um numa missão diferente... melhor seria suspender a aula... fora o entra e sai de alunos quando tem algum evento especial na polícia.

Percebe-se que durante sua formação, o aluno policial militar desempenha várias funções que o levam a se ausentar da sala de aula e em virtude disto, os professores afirmam que isto é prejudicial ao ensino num momento em que a interação em sala, seja nas aulas práticas ou teóricas, é fundamental.

Os professores ressaltam a importância que deve ser dada à saúde do aluno policial militar, entendendo saúde em seu aspecto físico e psicológico. O aluno policial militar, segundo os participantes, pode sofrer danos emocionais caso não tenha a oportunidade de receber um apoio psicológico sempre que necessitar.

Os professores reconhecem que a saúde do policial militar deve ser motivo de atenção durante a formação, dando destaque a este tema.

PC3- [...] o cansaço pelo excesso de atividade é nocivo à saúde, os alunos são submetidos a uma carga imensa e futuramente, podem desenvolver doenças mentais ou psicossomáticas.

PPM4- [...] eu diria que é viável ter um controle do nível de stress ao qual o aluno é submetido.

Em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que pode os ignorar. Esse sofrimento, de natureza mental, começa quando o homem, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme às suas necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos, “isso é, quando a relação homem-trabalho é bloqueada” (DEJOURS, 1992, p. 133).

A PMDF se posiciona sobre este assunto em seu Planejamento Estratégico (2011), mencionando a necessidade de capacitação dos policiais militares em gestão organizacional, tendo como iniciativa estratégica capacitar profissionais que atuam em atividades na área de saúde e assistência ao pessoal (p. 63).

No tocante a melhoria, qualidade de vida e condições de trabalho do efetivo da PMDF temos as seguintes iniciativas estratégicas de acordo com o Planejamento Estratégico PMDF (2011):

Iniciativa estratégica: desenvolver estudos sobre doenças ocupacionais relacionadas à atividade policial (p. 66);

Iniciativa estratégica: desenvolver projetos e ações orientadas a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida dos policiais militares, seus dependentes e pensionistas (programa de saúde da família policial militar), (p. 67).

Sobre este aspecto, os professores policiais militares tecem comentários diversos.

PPM4- [...] hoje as coisas mudaram em relação à saúde de aluno, eles têm amparo psicológico e apoio caso precisem e é sempre bom porque a rotina de aluno não é fácil.

PPM1- [...] é preciso acompanhar os impactos da profissão na parte emocional, pois um policial precisa estar preparado e bem psicologicamente e fisicamente para trabalhar, como o aluno policial militar é muito cobrado, a parte psicológica é relevante para seu desempenho, nem todos se adaptam à vida militar.

O Regimento do Instituto Superior de Ciências Policiais (2011) se posiciona quanto ao apoio psicológico:

Art. 31- § 2.º O acompanhamento psicológico deverá representar em torno de 3% da carga horária total dos cursos de formação. Nos demais cursos, a carga horária será em torno de 2% do total (p.19).

Estes aspectos também foram apontados por Poncioni (2007) quando tratou da organização da formação policial. Observa a autora que os discentes da polícia devem contar com uma equipe técnica especializada para atuar no ensino, treinamento e supervisão profissional de policiais, contando com psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, entre outros.

Temos em Dejours (1992) que existe uma “ideologia defensiva” (p. 42) que é funcional em nível de grupo, de sua coesão, de sua coragem, onde as estratégias defensivas além de serem necessárias à proteção da saúde mental contra os efeitos danosos do sofrimento, também podem funcionar como armadilha que insensibiliza contra aquilo que faz sofrer. Além disto, permitem, às vezes, tornar tolerável o sofrimento ético, e não mais apenas o psíquico, entendendo-se por tal não o sofrimento que resulta de um mal padecido pelo sujeito, e sim o que ele pode experimentar ao cometer, por causa de seu trabalho, atos que condena moralmente.

Os professores policiais militares destacam os danos causados por exercícios físicos em excesso durante o ensino:

PPM9- [...] a resistência ao cansaço é importante, mas às vezes o excesso de atividade física detona, eu sou de uma época que não podia usar um tênis bom para correr, aí os joelhos estouravam, muitos policiais já saem dos cursos com problemas de saúde.

Os professores policiais militares afirmam que muitos alunos se machucaram ao longo dos cursos na APMB por motivos desnecessários, como a exigência de um determinado tipo de tênis tendo como critério a cor branca e não sua adequabilidade à prática de atividade física.

Os professores reconhecem que ainda existe pouca atenção em relação à saúde do aluno policial militar. O apoio necessário já está sendo discutido e implantado pela PMDF conforme relatam os professores policiais militares.

O excesso de cobrança de conduta e o desempenho escolar são destacados pelos professores civis como fator que pode causar doenças psicossomáticas:

PC5- [...] ao longo dos anos, estas cobranças podem acarretar diversos tipos de doenças, como depressão e alcoolismo, a cobrança deve existir, mas pode ser administrada de forma diferente, talvez com mais tempo de descanso em véspera de provas, tudo faz parte de um planejamento de pode ser melhorado.

Os professores policiais militares ressaltam que os alunos precisam de amparo psicológico e que a formação com base em repetições mecânicas não é adequada. Os alunos policiais militares precisam aprender a ter respostas rápidas em situações de estresse e perceber em sua prática questões referentes a problemas sociais, problemas mentais e crises sociais.

PPM1- [...] eu acredito que o psicológico deles tem que ser trabalhado, dentro da PMDF a gente é carente de trato, a gente tem que ser mais flexível, certas coisas tem que ser arrocado, mas não dentro de sala de aula, eles também precisam ter uma noção do que está acontecendo na sociedade.

Os professores lembram que o acompanhamento psicológico permite ao aluno policial militar desenvolver defesas mentais para que a rotina do seu trabalho não lhe traga danos psicológicos, pois vai vivenciar, em virtude da profissão, diversos conflitos sociais. Os professores policiais militares enfatizam que é fundamental ter um aluno policial militar que não perca a sensibilidade diante das pessoas e da vida, para os mesmos, ser capaz de agir com racionalidade e de acordo com a lei, não significa ser insensível com a sociedade.

Os professores afirmam que a parte psicológica dos alunos policiais militares deve ser trabalhada, e que é necessário garantir um acompanhamento deste processo. Na seção V do Regimento do Instituto Superior de Ciências Policiais (2011), temos o destaque para o acompanhamento psicológico dos alunos em que:

Art. 31- O acompanhamento psicológico tem por finalidade propiciar uma melhor adaptação do indivíduo à função policial-militar, bem como:
I- Desenvolver e avaliar a comunicação, sociabilidade, relacionamento, interpessoal, autoconfiança, liderança, controle emocional, resistência à

frustração, capacidade de aceitar normas e regras, visando uma melhor adequação à função (p. 18);
§ 5.º Providenciar para que o acompanhamento psicológico seja realizado em salas ou auditórios compatíveis com o trabalho, resguardando a confidencialidade, evitando externas e alheias ao grupo (p. 20).

A orientação educacional e psicológica na formação visam, dentre tantas coisas, fazer com que o aluno perceba a importância do seu novo papel social como policial militar e que os demais papéis da sua vida podem interferir na sua vida pessoal como representante do Estado.

O Regimento do Instituto Superior de Ciências Policiais (2011) traz na seção IV, que trata do serviço de orientação educacional e psicológica que:

Art. 27- A orientação educacional e psicológica tem por finalidade direcionar e orientar os discentes a opções conscientes, baseadas no conhecimento racional de fatos e situações, direcionando-os gradativamente para a maturidade individual e social em que deverão assumir papéis individualmente satisfatórios e socialmente desejáveis, a partir da compreensão dos objetos educacionais deste sistema de ensino (da PMDF), sua estrutura e organização (p. 16).

Para os docentes, há que se ter um planejamento escolar que possa desenvolver a resistência física e/ou psicológica do aluno, mas acima de tudo, é importante saber implementar mecanismos de redução de riscos à saúde do aluno.

Percebe-se que momento em que o aluno policial militar está em curso, é exigido dele dedicação exclusiva e um desempenho excelente.

PC4- [...] porque ser policial militar deve cansar, eles tem hora para entrar de serviço, mas não para sair e nem sabem como vai ser o serviço de cada dia, vejo que tentam ensinar isto nos cursos e isto alcança o desempenho do aluno.

PPM5- [...] por exemplo, o policial precisa saber as peculiaridades de cada serviço seu, não posso ir fazer o policiamento de uma manifestação popular sem saber quem são os manifestantes, o que querem, se são violentos [...] isto tudo já se deve aprender na escola de formação, por isto as notas devem ser altas, não é admitido ao aluno policial militar tirar notas baixas.

O aluno policial militar precisa ser capaz de aprender que na sua profissão vai ter horário para começar seu turno de serviço, mas não para ir embora, pois pode atender uma ocorrência e ficar horas da delegacia de polícia, ou mesmo horas em uma manifestação nas ruas, sendo este ponto ressaltado pelos professores policiais militares.

A concepção do desempenho do aluno policial militar está ligada às demais concepções que existem na escola em geral sobre aquilo que se espera deste aluno. Qualquer mudança na percepção do aluno policial militar a longo prazo requer profundas mudanças no

sistema de ensino da Academia de Polícia Militar de Brasília ao qual ele está relacionado. Por outro lado, um estudo sobre as concepções que os professores têm do aluno policial militar supõe uma atenção ao sistema do campo educativo ao qual este aluno é dependente no tocante à pesquisa.

A percepção mais comum em relação aos alunos policiais militares é que sua formação toma como avaliação unicamente o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos (LIBÂNEO, 1994). Percebe-se pela fala dos professores que as provas têm uma função de controle dos alunos, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram.

PC2- [...] a dedicação precisa ser integral por ser uma profissão arriscada, estamos falando de cuidar da segurança das pessoas, é preciso se concentrar nas aulas, nos treinamentos e tirar boas notas nas provas.

PPM3- [...] os alunos precisam se dedicar, precisam tirar boas notas, é uma dedicação total mesmo, tirar notas baixas pode significar que o aluno não está aprendendo e para ser policial não dá para não saber atirar bem, é preciso saber falar bem, ter paciência com as pessoas, acompanhar os fatos históricos.

Os professores destacam que o aluno policial militar está dentro de uma formação rígida e meritocrática, ou seja, o mérito de cada aluno é de acordo com as notas e a disciplina que apresentam durante os cursos.

O sistema competitivo dentro do ensino na PMDF, onde as notas garantem méritos aos alunos, é visto como algo negativo para os professores civis, enquanto os professores policiais militares não abordam o tema com destaque. Os docentes civis acham que seria mais proveitoso os ensinamentos se o sistema da PMDF fosse menos competitivo, tendo em vista que os alunos se preocupam muito com as notas, o que torna a aprendizagem fonte de ansiedade.

No caso dos cursos de formação dos policiais militares, seja como praças ou oficiais, tem-se uma avaliação que a nota baixa é ruim, pois o destino dos alunos é traçado logo nos primeiros meses dos cursos, quando as provas estabelecem as diferenças individuais.

Os professores policiais militares e civis percebem que as notas são importantes na carreira do policial militar. A classificação do aluno policial militar nos cursos de formação é que define sua antiguidade na PMDF. Significa dizer que a nota final do curso de formação define a ordem de promoções até o posto/graduação no qual o critério de antiguidade for considerado mais importante. A nota mais alta no primeiro curso de formação na PMDF define a vida profissional do aluno, tais como local onde vai trabalhar e prioridade nas promoções internas.

O aluno policial militar precisa sempre ter excelentes notas, não sendo aceito pelo sistema educacional da APMB um baixo desempenho neste aspecto:

PC1- [...] a nota aqui define a vida do aluno, como se a nota resumisse o que ele vai ser na polícia.

PPM7- [...] os alunos precisam mostrar por meio das provas que estão aprendendo já que estão em sala para estudar, as notas dos alunos aqui costumam ser altas, causa surpresa quando alguém tira nota baixa, pois não estamos acostumados com baixo rendimento.

Os professores policiais militares assumem que as notas por meio de provas são importantes para verificar o rendimento dos alunos, mas que a avaliação escolar deve ser parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, e não deve ocorrer de forma isolada e/ou repentina.

Antes de entrar em sala e iniciar a aula, o professor precisa preparar-se através de um planejamento sistemático de um conjunto de aulas. Libâneo (1994) coloca que a preparação sistemática das aulas assegura a dosagem da matéria e do tempo, o esclarecimento dos objetivos a atingir e das atividades que serão realizadas.

Os professores civis destacam que as notas definem o local onde o aluno vai sentar em sala. Os mesmos tiveram dificuldade de acabar com o sistema de filas na sala para ministrar uma determinada aula.

PC6- [...] a minha maior dificuldade em sala foi acabar com a fila na minha aula... no curso de formação, onde os mais inteligentes sentam na frente e os menos inteligentes sentam atrás... não precisa disto, as notas são diferenciadas, mas estas diferenças não precisam estar o tempo inteiro em sala.

PC2- [...] achei curioso a sala estar organizada de forma que a primeira fila tem as melhores notas e as ultimas filas as notas mais baixas, eles ficam competitivos em excesso, para mim isto foi chocante e muito diferente, é a diferença ocupando o espaço da sala de aula.

Esta forma de organização das salas em fileiras e na ocupação do espaço pelos alunos de acordo com as notas é algo que está dentro do sistema de ensino da APMB, sendo uma maneira já costumeira de distribuição dos alunos nos cursos.

Os professores civis relatam o estranhamento em relação à disposição das cadeiras na sala de aula, pois os primeiros locais são ocupados pelos alunos que possuem as maiores notas, segundo a tradição na PMDF, e os últimos locais são ocupados pelos alunos que possuem as menores notas.

Segundo os professores civis, a disposição das cadeiras desta forma causava uma grande competitividade entre os alunos, de forma que os locais não deveriam ser marcados.

As diferenças entre as notas, para os professores civis, devem existir, mas parece improdutivo materializá-los todos os dias por meio da marcação fixa de locais. Os professores policiais militares não abordaram este tema como algo que lhes chamasse atenção.

Refletir sobre o papel do aluno no ensino da APMB pode oportunizar condições de avaliação em que o discente possa tomar consciência de seus esquemas de pensamento, percepção, avaliação, decisão e ação e reconsiderar suas próprias ideias numa visão de aprendizagem. Esta é vista como um processo permanente de reconstrução, beneficiando esquemas de percepção que possibilitem opções inteligentes para o enfrentamento de incidentes críticos, a partir da preparação de cenários que o auxiliem a formar um novo conjunto de hábitos.

Sendo assim, é imperioso desenvolver uma avaliação da aprendizagem que propicie a tomada de consciência em relação ao conjunto de esquemas de ação, para que estes possam ser transformados (AZEVEDO SOUZA, 1988), e que haja a oportunidade de visualização da qualidade do ensino e da aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes.

Diante das concepções dos professores acerca do ensino policial militar, cabe refletir sobre as considerações elaboradas por Muniz (2001) como forma de se aprimorar o ensino policial. Segundo a autora, faz-se necessária a elaboração de diagnósticos da atual situação do ensino e instrução das polícias, a partir de uma categorização que inclui desde as práticas policiais, os saberes formais e informais elaborados, as propostas de reformulação já intentadas, as perspectivas dos profissionais de polícia segundo patente e função, até as estruturas atuais, modelos pedagógicos adotados, disciplinas e conteúdos efetivamente ofertados, entre outros. Com isto, exprime Muniz (2001), "pode-se, de uma forma sistemática, identificar junto às distintas clientelas interna e externa os perfis desejados dos profissionais de polícia, segundo sua posição dentro da estrutura organizacional das corporações" (p. 190).

Pelo que foi apreendido nas entrevistas com os professores, o ensino do aluno policial militar é visto como forma de qualificá-lo e estabelecer vínculos com a profissão policial militar, assunto este que será abordado na categoria que segue.

4.5 Vínculo com a Prática Policial Militar

De forma geral, os professores percebem que a formação do aluno policial militar inclui treinamentos ligados à prática policial. Amaral (2003) assinala que, com efeito, a atividade daquele que lida com a segurança pública é deveras importante, mas exige-se sempre o bom senso e o equilíbrio nas ações, até porque estas se refletem como um todo na

sociedade. Daí por que o “preparo emocional (inclusive sua manutenção constante) e o preparo técnico (jurídico sobretudo, porque a operacionalidade para a polícia pressupõe, acima de tudo, embasamento jurídico-legal) são lados da mesma moeda” (p. 56).

É comum, quando se questiona o desempenho dos policiais, relacionar o mau desempenho com despreparo, e atribuir o despreparo à má formação. Embora, em muitos casos a relação seja procedente, como nos casos de mau uso da arma de fogo, é preciso indagar se realmente o mau desempenho em geral é resultado de despreparo ou se não decorre de fatores de outra ordem (LIMA, 2002). O mau desempenho de um policial militar pode ser atribuído a uma má formação, mas outros fatores podem interferir, como problemas pessoais e estresse.

PC4- [...] o treinamento de policiais deve ser constante, deve haver uma formação contínua... sem dúvida o treinamento promove o equilíbrio nas decisões na atividade propriamente de segurança.

PM8- [...] cuidamos do bom desempenho do aluno porque este direciona sua prática policial, daí a necessidade da repetição em algumas aulas... mas tudo depende de controle emocional.

Os professores possuem a concepção de um aluno que deve ter capacidade técnica para atuar como policial militar. Os professores destacam a importância do treino técnico que permita ao aluno aprender a lidar com multidões, imobilizando as pessoas sem lesioná-las, daí a preocupação de professores com a qualificação a fim de que o policial militar não atue de forma abusiva, tendo consciência do que faz e usando a arma de fogo somente quando realmente se fizer necessário.

PC1- [...] acho muito positivo as aulas de defesa pessoal que eles têm, eu já vi um treinamento um dia, é muito interessante. Sei que eles aprendem várias técnicas e isto é importante para que não precisem usar a arma quando podem usar outro tipo de força.

PM2- [...] a repetição no treino é necessária para saber dominar a técnica necessária para cada situação.

Observa-se que os professores enfatizam um aluno que deve ser dotado de conhecimentos que lhe permita atuar na rua de diversas formas, sendo a prevenção ao crime a principal delas.

PC4- [...] por isto o treinamento tem fundamento e importância.

PMM3- [...] não há a possibilidade de ter um treinamento ruim, todos precisam de aprender as leis, técnicas de tiro, para o policial não é permitido errar e a escola deixa isto claro...

Os professores policiais militares destacam que, por fazerem parte da PMDF, conhecem os alunos ou irmão, em algum momento, trabalhar com eles. O papel do professor é, então, importante, não como figura central, mas como coordenador do processo educativo, que usando de sua autoridade democrática cria, em conjunto com alunos, um espaço pedagógico interessante, estimulante e desafiador, para que nele ocorra a construção de um conhecimento científico significativo (REBELO, 2001).

O aluno policial militar deve ser treinado para saber agir em situações reais com competência, aplicando a técnica policial para salvar vidas, destacando a especialização dos alunos em treinamentos de tiros que visem cessar a ação de um possível agressor e não matá-lo.

Os professores policiais militares enfatizam que o aluno vai por em prática seus conhecimentos quando sair para trabalhar e atuar já formados, sendo importante o treinamento técnico constante, entendendo como treinamento técnico aulas de tiro, defesa pessoal, negociação e policiamento comunitário, estes foram os mais citados pelos professores.

Os professores civis se preocupam com uma capacitação do aluno voltada para o uso da força em casos extremos, onde ela realmente se faça necessária, há uma preocupação para que o aluno policial aprenda a não ser violento.

PC2- [...] a violência não pode ser banalizada, ela deve ser usada em casos extremos.

A PMDF coloca em seu Planejamento Estratégico (2011) como estratégia de planejamento a ampliação da capacitação dos policiais militares para a atuação em grandes eventos, já vislumbrando a necessidade de treino técnico para melhor atender o público:

Capacitar 6.000 policiais militares em qualidade no atendimento, relações sociais e humanas, mediação de conflitos, socorros de urgência, direitos humanos aplicados à atividade policial, ética profissional, legislação e técnica policial (p. 64).

Os professores observam o treinamento do aluno policial militar como um processo de atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos referentes às práticas policiais. Estudo realizado por Adlam (1998), com um grupo de 29 policiais do Reino Unido, demonstra que durante todo o período de suas carreiras, calculado como média de 20 anos, eles foram submetidos a apenas 12 meses de treinamento em serviço. Este pode ser considerado um ponto de deficiência no preparo do policial.

Os professores reconhecem que os conhecimentos e as técnicas da Academia de Polícia devem ser incorporados ao trabalho dos policiais militares. Segundo Costa (2003) para tal, devem ser transformados em técnicas policiais, manuais de treinamento e códigos de conduta. Isso permite que as condutas individuais sejam avaliadas não só com relação à sua legalidade, mas também do ponto de vista profissional. Condutas que contrariem as técnicas, os manuais e os códigos podem e devem ser punidas administrativamente; para tanto, devem ser avaliadas e supervisionadas a partir desses critérios. Além disto, essas técnicas, manuais e códigos devem estar sujeitos, de alguma forma, à avaliação da sociedade. A avaliação da conduta policial passa pelo olhar do uso correto de técnicas de acordo com as leis e de forma que não seja abusiva.

O aluno policial militar deve ter a capacidade de se adaptar às realidades, daí se justifica uma formação repleta de treinamentos.

PC5- [...] eu vejo que o aluno deve aprender que treinar é importante e isto é para sempre na vida dele.

PPM7- [...] os treinamentos técnicos são importantes e tentam se aproximar ao máximo de situações reais, há uma preocupação para que os policiais militares em formação saiam dos cursos preparados para exercer a profissão.

Ao se formar e ao longo da sua profissão, este aluno passa a ter um conhecimento que é empregado no cotidiano para fazer cumprir as regras legais. Trata-se de um conhecimento e de uma experiência adquiridos no exercício da função policial militar e que acumulado ao longo da carreira, propicia ao policial viver situações muito específicas nas quais os conhecimentos formais e informais se complementam.

Policial qualificado é aquele que detém um conhecimento profundo das regras legais e dos procedimentos operacionais (MONJARDET, 2003). O aluno policial militar é denominado como alguém submetido a um treino técnico.

PC3- [...] o aluno policial militar deve ter a capacidade especializada no tocante a desempenhar a segurança pública, sendo assim, seu treino tem características próprias, tornando-o logo um profissional distinto dos outros profissionais.

Sobre a competência, Monjardet (2003) afirma que a competência profissional- e seria mais pertinente falar aqui de qualificação- é fundada primeiramente em conhecimentos formais, cujo domínio permite minimizar a influência das qualidades pessoais e minorar a desigualdade das experiências. O aluno policial militar é preparado para usar a técnica policial como conhecimento formal adquirido, a partir do controle de suas ações.

Pinc (2011), em seus estudos sobre treinamento policial, enfatiza que as polícias militares modernas acompanham a evolução e as tendências do mundo atual. A modernização esta diretamente relacionada às mudanças na estrutura das polícias militares, que implica na substituição de sistemas, métodos, equipamentos, técnicas, entre outros componentes antigos por outros que sejam coerentes com o contexto político democrático.

O aluno policial militar é treinado, no caso das instruções de tiro, para paralisar com disparos de forma proporcional a ação de pessoas, não devendo, a priori, ter como objetivo a morte e sim a segurança.

PC7- [...] se as pessoas acham que a PM treina o aluno policial para matar estão enganadas, eles são treinados para salvar as pessoas de situações de risco.

PPM 2- [...] hoje muitos de nossos policiais foram treinados com o Método Giraldi de Tiro para a preservação da vida e não para matar. Assim, quando um policial atira após este treinamento, ele busca acabar com a ação do agressor e não matá-lo... e isto é muito atual.

PPM5- [...] o tiro fatal ocorre quando não há outra alternativa, esta fase de policial matador não existe, não é permitido...somente em situações extremas como para realmente salvar a vida de alguém que está sendo ameaçado... não adianta esperar o agressor matar alguém para agir, se tivermos que escolher entre a vida dele e da vítima, escolheremos a vida da vítima, até porque ele ainda coloca em risco a vida de muitas pessoas, geralmente tem um histórico complicado. O Método Giraldi de Tiro busca preservar a vida e não acabá-la... isto é bom.

Os professores reconhecem um esforço para que o aluno policial militar aplique as técnicas ensinadas para salvar uma vida. O tiro aparece como tema recorrente nas falas destes professores e há uma preocupação em buscar a menor letalidade na ação policial. O aluno policial militar é visto como um profissional treinado para preservar a segurança de todos e não para matar na rua de forma descontrolada.

Pinc (2011) afirma que desde 1999, a Polícia Militar de São Paulo introduziu o Método de Tiro para a Preservação da Vida, mais conhecido como “Método Giraldi”, que foi difundido em grande parte dos Estados Brasileiros. A PMDF introduziu o “Método Giraldi” a partir de 2005 e desde então vários cursos de tiro para a preservação da vida tem sido ministrados. Este método visa condicionar o policial por meio de treinamento prático de tiro, a fim de que possa estar preparada para oferecer uma resposta racional, em uma circunstância que envolve tensão e medo, e que sua conduta seja capaz de proteger sua vida e de terceiros, preservar a integridade da instituição policial, mantendo a coerência com as normas e a ordem social.

O treinador, segundo os professores policiais militares, demonstra “o que fazer”.

PPM2- [...] nas simulações, o aluno policial militar pratica o conhecimento em situações de estresse, portanto, o treinamento contempla “como fazer”. Mas o aluno policial militar também precisa pensar “por que fazer?”.

Neste âmbito, cada treinamento deve promover a oportunidade para a avaliação crítica do procedimento, para que o aluno policial militar possa entender a necessidade de determinadas mudanças.

Quando se pensa em polícia moderna, há que se considerar mudanças na organização policial visando atender a uma sociedade que expressa a necessidade da presença policial. A atuação da polícia é percebida de acordo com o contexto que está inserida. No caso do Brasil, estamos em um sistema democrático na qual a legitimidade da ação policial estará associada a sua interpretação do que deseja o Estado para a sociedade, não o que a sociedade deseja para si mesma. A polícia não é neutra nem imparcial por definição, ela é a favor da lei e da ordem e contra aqueles que a querem infringir ou perturbar (COSTA, 2004).

Os professores, em especial os professores civis, destacam a coerência, ética e honestidade como os principais valores que o aluno da PM deve ter.

PC5- [...] antes de tudo o policial precisa ser coerente com seus princípios, com os princípios da PM, ele precisa saber agir conforme lhe foi ensinado, não adianta fazer diferente, a vida pessoal também é importante, precisa-se de coerência também entre sua profissão e sua conduta na vida pessoal, por se tratar de uma profissão tão séria e difícil.

Percebe-se que os professores se preocupam com os valores e comportamentos do aluno policial militar, enfatizando a importância entre tudo que é ensinado na escola e aquilo que ele vai levar para sua prática.

PPM6- [...] o policial é exemplo para a sociedade de alguém que age corretamente, em coerência com as leis... ah... sempre se espera que o policial faça a coisa correta, mesmo que não seja sempre assim, as pessoas pensam que deve ser assim.

A coerência se refere em trabalhar de acordo com os princípios ensinados na Academia e ter uma conduta na vida pessoal que igualmente não contrarie estes princípios. A ética é considerada fundamental para os professores civis:

PC1- [...] a ética deve ser ensinada na escola e deve ser cumprida, mas eu vejo que eles aprendem isto, eles se preocupam com estas coisas, nós professores também somos exemplos. De maneira geral percebo que eles tem uma formação boa em ética, principalmente ligada à profissão, às práticas, achei muito interessante este lado e considero que isto não pode se perder jamais.

Para os professores, o aluno policial militar precisa ter ética, reconhecendo que o tema é discutido na formação dos mesmos. Freire (1996) nos coloca que há uma crítica permanente

aos desvios fáceis com que somos tentados, às vezes ou quase sempre, a deixar as dificuldades que os caminhos verdadeiros podem nos colocar. Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos, “não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela” (p. 37).

A honestidade é ressaltada pelos participantes como um requisito importante para o aluno policial militar.

PC4- [...] sem dúvida a honestidade é ensinada ao aluno na PM, ele precisa ser honesto, não dá para não ser, ele é um exemplo social, uma referência...

PPM2- [...] por isto choca tanto quando a gente vê na televisão um escândalo com policiais, é inaceitável. Os alunos daqui precisam sair com isto claro, a honestidade para o policial é fundamental e isto deve ser percebido o quanto antes... na PM acho que eles aprendem isto.

Qualquer erro do policial militar, enfatizam os professores, que tenha a sua honestidade violada é inaceitável, pois como representante do Estado no cumprimento da Lei, a conduta que se espera de qualquer policial é a de uma postura honesta. Percebe-se que formar um aluno é muito mais que treinar e depositar conhecimentos simplesmente e, ainda que, para formação, necessitamos de ética e coerência que precisam estar vivas e presentes na prática educativa, pois esta faz parte da responsabilidade de professores como agentes pedagógicos (FREIRE, 1996).

Os professores ressaltam que ser honesto para o aluno policial militar é algo que deve ocorrer em tempo integral, pois segundo os mesmos, os policiais militares devem ser exemplos de honestidade para a sociedade.

Os professores afirmam que o aluno deve ter a capacidade de aplicar o policiamento comunitário como forma de proximidade em relação à sociedade. Há um destaque para a necessidade do aluno ser competente tecnicamente e de mudar a forma de agir junto à comunidade por meio do policiamento comunitário.

PC6- [...] o aluno policial militar deve saber interagir com o cidadão em conflitos que devam envolver a capacidade de negociar a fim de manter a ordem pública.

Tanto os professores civis quanto os professores policiais militares têm a concepção de um aluno que seja capaz de se relacionar com a sociedade de forma mais próxima, trabalhando em parceria pela segurança.

Os professores civis destacam a necessidade de proximidade entre a comunidade e a polícia, no mesmo sentido os professores policiais militares representam um aluno que seja

capaz de aplicar o policiamento comunitário para que ocorra uma aproximação com a sociedade.

Os professores percebem o aluno policial militar ocupando o papel de cidadão, pensando na qualidade do serviço em segurança que os mesmos vão receber com um policial militar qualificado.

PC5- [...] o policial militar precisa saber fazer as pessoas colaborarem com a polícia sem agredir tanto, construindo um repertório de conhecimentos que levem o policial militar a fazerem as pessoas a colaborarem... a polícia precisa mostrar que o papel do policial militar é também prevenção, o cidadão precisa sentir a polícia perto.

PPM1- [...] o contato com as pessoas é fundamental hoje, a polícia precisa estar próxima do cidadão, o aluno aprende isto na escola, eu vejo, mas ainda estamos a caminho de um ideal de parceria, mas olha... este processo de discutir o assunto nas escolas é muito importante, trazer isto para sala de aula, para o aluno policial, ele precisa saber trabalhar perto da sociedade, e é assim mesmo, não tem outro jeito.

A PMDF se posiciona a respeito da relação polícia e sociedade quando coloca a importância de priorizar a capacitação de policiais militares no curso de promotor de policiamento comunitário. Sobre a proximidade com a sociedade, consta no Planejamento Estratégico da PMDF (2011) como estratégia na perspectiva do aprendizado ampliar a capacitação dos policiais militares em polícia comunitária. Assim, pronuncia-se como iniciativas estratégicas a capacitação dos policiais militares em polícia comunitária ao “capacitar 7.000 policiais militares no curso de promotor de polícia comunitária até 2014” (p. 63).

O policiamento comunitário trata de uma estratégia de fortalecer a eficácia policial na prevenção e no controle do crime por meio de uma relação de parceria entre a polícia e a sociedade (SKOLNICK; BAYLEY, 2006).

Os professores afirmam que atualmente a polícia reconhece que o aluno já deve sair da escola sabendo que vai precisar da comunidade para trabalhar, que a segurança pública depende de todos.

PC3- [...] segurança é para todos, o trabalho é em conjunto, o aluno é direcionado neste sentido.

PPM8- [...] durante a formação atual é incentivado que o aluno como policial militar se aproxime da sociedade, o aluno policial precisa aprender a olhar a sociedade como parceira, dispensando a mesma um tratamento educado.

A respeito do policiamento comunitário, Skolnick e Bayley (2006) definem sete benefícios para a polícia, sendo estes: benefícios políticos, apoio popular, construindo o consenso, moral policial, satisfação, estatura profissional e desenvolvimento da carreira.

Por benefícios políticos entende-se a coprodução com a participação comunitária que pode levar para uma diminuição dos índices de criminalidade e a um índice mais alto de prisões, na qual a polícia ficará com os créditos. O apoio popular diz respeito ao policiamento comunitário oferecendo uma oportunidade de se construir um apoio político popular para as forças policiais.

“Construindo o consenso” é uma expressão que significa um meio de desenvolver o consenso, entre a polícia e o público, sobre o uso apropriado da lei e da força. Provavelmente a relação de confiança entre sociedade e polícia eleva a moral dos policiais envolvidos, pois multiplica os contatos positivos que eles têm com pessoas da comunidade, que os apoiam, que aceitam amigavelmente a presença e a atividade da polícia. Os policiais provavelmente terão mais satisfação em trabalhar, o que exige que as fileiras subordinadas da polícia tenham mais iniciativa e assumam mais responsabilidade.

Quando Skolnick e Bayley (2006) colocam a estatura profissional como benefício do policiamento comunitário, os mesmos se referem a reputação profissional dos policiais, que tende a ficar positiva, levando ao desenvolvimento da carreira.

No caso da realidade do aluno policial militar, o policiamento comunitário visa a aproximação entre polícia e sociedade, estabelecendo uma relação de confiança para garantir a segurança. Porém, esta situação não implica na criação de quadros para o desenvolvimento da carreira, tendo em vista que estes quadros já existem e independem do tipo de policiamento que a polícia militar realiza.

O policiamento comunitário divide com a população a responsabilidade pela segurança. Além da capacitação, o Planejamento Estratégico da PMDF (2011) abarca a polícia comunitária em outros aspectos, dentre os quais merecem destaque:

- desenvolver, em conjunto com a comunidade, projetos de cultura da paz;
- implementar o modelo de gestão integrada de segurança comunitária, com a participação dos conselhos de segurança pública (CONSEG) e núcleos comunitários de segurança (NUSEG);
- realizar gestões para a adoção do modelo de polícia comunitária como filosofia governamental da segurança pública (p. 88).

A PMDF em seu Planejamento Estratégico (2011) expõe uma série de iniciativas estratégicas para que a polícia comunitária seja a filosofia governamental da segurança

pública, o que inclui a especialização de policiais militares que na condição de alunos, aprenderão por meio de cursos a filosofia de polícia comunitária.

PC2- [...] em muitas ocorrências os populares é que ajudam a polícia dando informações, por isto o policial precisa conhecer bem a região de trabalho, os tipos de moradores, a demanda em segurança do local, os tipos de crimes mais comuns.

PPM9- [...] nossos alunos sabem hoje o tanto que é importante conhecer as pessoas da área em que se trabalha, conversar, colher informações e já na academia nossos alunos têm este pensamento porque os tempos mudaram, as necessidades são outras, a polícia precisa da comunidade, das informações.

Estabelecendo uma relação entre a imagem que a polícia militar tem junto à população e eventos negativos que influenciam essa percepção, vários policiais afirmam que, hoje em dia, a relação da população está, aos poucos, melhorando. Essa melhora é atribuída a algumas iniciativas relativamente recente, como a Polícia Comunitária e a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) (GRAEFF, 2006), o que pode ser comprovado pela pesquisa de Faiad, Delabrida e Nascimento (2011).

PC2- [...] na verdade a polícia só tem a ganhar com uma nova geração que venha de fato a aplicar o policiamento comunitário como deve ser e não pode confundir com promiscuidade, estar próximo da comunidade é precioso, mas sem esquecer que são policiais militares.

PPM1- [...] acho que hoje tem uma preocupação em fazer com que o aluno entenda isto, é tudo muito novo ainda na prática, a teoria existe há muito tempo, mas sua implementação é difícil, ainda há muita resistência... mas cursos estão sendo oferecidos na área o tempo todo, os alunos têm estudado o policiamento comunitário... acho que é requisito para um bom policial hoje em dia, isto é indiscutível.

Os professores percebem que o aluno policial militar está vivenciando mudanças na estrutura do ensino na APMB, o que inclui alterações no processo de formação, na técnica de treino, nas normas aplicadas aos alunos e no acompanhamento psicológico dos mesmos. A dinâmica de mudanças na PMDF é recente e inclui a visão de parceria entre polícia e sociedade, corroborando com os apontamentos de Poncioni (2005). Os professores afirmam da necessidade de formar o aluno policial militar de forma atualizada e atendendo a uma demanda da sociedade que preza pela preservação da vida, aspecto também observado por Costa (2004).

Os professores apontam uma concepção de aluno que deve ser formado como participante no processo de construção do conhecimento, o que significa ser capaz de refletir sobre suas ações e fundamentar seus atos.

Percebe-se nas concepções dos participantes uma valorização no tocante à necessidade de contextualizar cada conteúdo à realidade policial. Assim, os conhecimentos produzidos pelo ensino ao aluno policial militar poderão ser aplicados na prática inerente à profissão policial militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta um caminho percorrido que teve por objetivo conhecer e analisar as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar da Academia de Polícia Militar de Brasília. A partir do presente estudo foi possível conhecer concepções de professores acerca deste aluno. Percebe-se que o aluno policial militar é visto pelos professores a partir da experiência e da formação de cada um, ou seja, cada professor tem no seu olhar as marcas da sua história na educação e na APMB.

As concepções destes professores surgiram num processo de interação e comunicação em sala, por isso são consideradas relacionadas à realidade, sendo construídas e reconstruídas a partir das práticas cotidianas. Estas são consideradas neste estudo reflexos de expressões dos sujeitos da pesquisa. O interesse em ouvir os professores se justifica tendo em vista que são considerados atores importantes no processo de ensino e aprendizagem na formação de policiais militares.

A pesquisa revela que os professores, sejam os civis ou militares, têm ciência dos limites impostos ao aluno policial militar diante de uma formação baseada na hierarquia e disciplina.

Nota-se o papel fundamental do tipo de relacionamento professor-aluno na construção de concepções de professores, já que por meio dos diálogos cotidianos em sala de aula, as informações são repassadas e invariavelmente ligadas entre si dentro no meio que são produzidas.

Os professores civis e professores policiais militares possuem concepções semelhantes em relação ao aluno policial militar. Ambos apontam um aluno que, se listada aqui as qualidades, dar-nos-ia a impressão de um ideal tradicional de perfeição.

Ocorre que o estudo enfatiza, com base nas informações de professores da APMB, que o comportamento do aluno policial militar tem direções estabelecidas pelas normas da PMDF e pelas legislações existentes na Corporação, sendo avaliado constantemente. Há uma expectativa na própria APMB acerca do perfil que deve ter o aluno e o ensino é direcionado no sentido de reforçar este pensamento. Neste sentido, as concepções de professores destacam que o aluno policial militar tem consciência do sistema disciplinar, regulando suas ações para que não sejam punidos, ou seja, o aluno tem uma forte tendência a obedecer regras de um sistema específico de ensino.

O aluno policial militar, de maneira geral, é apontado como um profissional que deve saber que, na sua vida pessoal, vai precisar abdicar de muitas coisas em função do serviço,

inclusive quando for convocado ao trabalho em situações não previstas, daí se justificaria a necessidade do aluno trabalhar no policiamento de rua desde sua formação inicial, aprendendo como é o cotidiano policial e se adaptando a ele.

Cabe ressaltar que foi um grande desafio para a pesquisadora manter-se isenta de juízos de valor acerca do assunto pelo conhecimento prévio que se tem da Academia de Polícia Militar de Brasília e pelo fato da pesquisadora pertencer à PMDF. Isto pode ter representado, em alguns momentos, uma limitação na pesquisa.

A preocupação da pesquisadora em conhecer as concepções de professores civis e professores policiais militares acerca do aluno policial militar é oriunda da curiosidade em verificar a imagem que se tem do aluno e relações didático-pedagógicas que se estabelecem num ensino que é permeado de normas que moldam o aluno.

As concepções, ao final deste estudo, podem atuar, por um lado, como filtro que estrutura o sentido que damos às coisas e, por outro lado, como bloqueadoras em relação às novas realidades no ensino da APMB. Os conflitos que podem surgir desta situação se referem às práticas divergentes entre professores e instituição de ensino a qual é submetida a ação docente.

Pensar, discutir e considerar as concepções de professores na APMB, no contexto atual de um incipiente debate sobre a formação do policial militar, é abrir caminhos para que os próprios professores e a PMDF reflitam sobre possíveis mudanças no ensino em benefício do aluno policial militar e ainda, possam compreender a formação do policial militar e sua complexidade.

Esta pesquisa apresenta algumas limitações. Neste sentido, talvez o que se possa assinalar de modo mais enfático é que não se encontrou um amplo referencial teórico sobre concepções de docentes que atuam no ensino policial militar, o que não possibilitou a realização de análises comparadas com outros estudos. Outra limitação insere-se na necessidade de se verificar as concepções dos próprios policiais militares sobre sua formação, para ampliar o debate sobre o assunto abordando um número maior de sujeitos e investigando se o aluno tem concepções diferentes de seus professores. Com estas observações, poder-se-iam aprofundar as discussões sobre concepções, bem como encontrar similitudes ou diferenças e ampliar os estudos, ainda escassos, sobre a docência e educação no ensino superior policial militar.

É válido então pensar numa futura pesquisa sobre o aluno policial militar, sobre os professores da APMB e sobre o processo de formação, não visando a criação de um conceito definido, mas reconhecendo que a crença generalizada é relevante neste universo, até porque

as pessoas podem compartilhar das mesmas crenças e opiniões sem uma identificação da categoria social explícita. Estudos futuros também poderiam pesquisar as concepções da PMDF sobre seu aluno enquanto instituição de ensino superior, abordando seus comandantes como gestores responsáveis pela organização policial militar.

Uma intenção da pesquisadora está na realização de estudos nas polícias militares que tratem de representações sociais de policiais militares no âmbito da educação e quem sabe, ampliando reflexões rumo a outros eixos, tais como violência policial, identidade policial e relações de gênero no cotidiano do policial militar. Para tanto, uma nova pesquisa terá que pensar numa quantidade de sujeitos que satisfaçam os objetivos e abarquem o referencial teórico e método a ser utilizado.

REFERÊNCIAS

ADLAM, R. Developing Ethics Education for Police Leader and Managers: action research and critical reflection for curriculum and personal development. **Educational Action Research**. Vol. 6, n° 1, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações da identidade docente: uma contribuição para a formulação de políticas. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.** [online]. vol.15, n. 57, pp. 579-594, 2007.

_____. O método nas ciências sociais. In ALVES MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo, Pioneira, 1998.

_____. **Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicados à educação**. In Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan. / mar. 1994.

AMARAL, L. O. O. **Direito e Segurança Pública: a juricidade operacional da polícia**. Brasília: Consulex, 2003.

AQUINO, J. G. Da (contra)normatividade do cotidiano escolar: problematizando discursos sobre a indisciplina discente. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)**, v. 41, p. 456-484, 2011.

AQUINO, J. G.; RIBEIRO, C. R. Processos de governamentalização e a atualidade educacional: a liberdade como eixo problematizador. **Educação & Realidade**. Porto Alegre. V. 34, n. 2, p. 51-71, 2009.

ARIZA, R. P.; GARCÍA, A. R.; DEL POZO, R. M. Conocimiento profesional y epistemología de los profesores. In: Teoría, métodos e instrumentos. **Enseñanza de las Ciencias**. n. 15, p. 155-171, 1997.

ARTIGUE, M. Épistémologie et didactique. **Recherches en didactique dès mathématiques**. v. 10, n. 2, p. 241-286, 1990.

AZEVEDO SOUZA, V. B. Tornar-se autor do próprio projeto. In: GRILLO, Marlene; MEDEIROS, Marilú. **A construção do conhecimento e sua mediação metodológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 203-222, 1998.

BALIEIRO, A. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde**. Dissertação de mestrado. Universidade do Mato Grosso, Mato Grosso, 2003.

BAPTISTA, M. G. A. **A concepção do professor sobre sua função social: das práticas idealistas à possibilidade de uma ação crítica**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. 1ª Ed. de 2011. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAYLEY, D. **Padrões de Policiamento**. R. A. Belmonte, Trad. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. R. A. Belmonte, Trad. São Paulo: Edusp, 2001.

BERGER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

BOCK, A.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOLZAN, D. P. **Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado, 1988.

BRITO, M.; MORON; C. Atitudes e concepções dos professores de educação infantil em relação à matemática. In: BRITO, M (org.). **Psicologia da educação matemática: teoria e pesquisa**. Florianópolis: Insular, 2001.

CAMARGO, F. **Revelações pedagógicas. Ensaio, projetos e situações didáticas**. Série Caderno Reflexões. São Paulo: Espaço Pedagógico, 2000.

CARABETTA, V. J. Rever, pensar e (re)significar: a importância da reflexão sobre a prática na profissão docente. **Rev. bras. educ. med. [online]**. v.34, n.4, pp. 580-586, 2010.

CARVALHO, J. C. B; ALMEIDA, S. F. C. Desenvolvimento moral no ensino médio: concepções de professores e autonomia dos alunos. **Psicol. Argum.** v. 29, n. 65, p. 187-199, 2011.

CERQUEIRA-SANTOS, E et al. Concepções de policiais sobre crianças em situação de rua: um estudo sobre preconceito. **Psico-USF (IMPR.)**. v. 11, n. 2., p. 249-256, São Paulo, 2006.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artemed, 2000.

COSTA, A. T. M.. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Estado, Polícia e Democracia**. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília, 2003.

D'AMBRÓSIO. **Da relação à ação: reflexões sobre educação matemática**. Campinas: Papyrus, 1986.

D'ANTOLA, A. (Org.). **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989.

DARSIE, M. M. **A reflexão distanciada na construção dos conhecimentos profissionais do professor em curso de formação inicial**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUARTE, V. L. C. As relações interpessoais em sala de aula: professor e aluno em cena. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n.19, 2004.

FAIAD, C.; DELABRIDA, Z. N. C.; NASCIMENTO, T. G. Survey sobre a Qualidade do Serviço de Segurança oferecido pela Polícia Militar Segundo Proprietários e Funcionários de Comércio em Brasília. **Psicologia em pesquisa (UFJF)**, v. 5, p. 77-85, 2011.

FARIAS, I. M. S. **Inovação, Mudança & Cultura Docente**. Brasília, 2006.

FEIMAN-NEMSER, S.; FLODEN, R. The cultures of teaching. In: M. C. Wittrock. **Handbook of research on teaching**. New York: Macmillan, 1986.

FOUCAULT, M. Tecnologias de si. **Verve**, São Paulo, n.6, p. 321-360, 2004.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. A response. In: FREIRE, P. **Mentoring the mentor: a critical dialogue with Paulo Freire**. New York: Peter Lang Publishers, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GARDNER, H. **Estrutura da mente: a teoria das múltiplas inteligências.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GARNICA, A. V. M. Um ensaio sobre as concepções de professores de matemática: possibilidades metodológicas e um exercício de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa.** v. 34, n. 3, p. 495-510. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2008.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2008.

GIORDAN, A.; VECCHI, G. **As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GOMES, H. **Vestígios da Inteligência Policial.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 2000.

GRAEFF, B. P. **O policial militar em tempos de mudança: ethos, conflitos e solidariedade na Polícia Militar do Estado de São Paulo.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

GUERRA, I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e forma de uso.** Portugal: Principia, 2006.

GUIMARÃES, C. E. A Disciplina no processo ensino-aprendizagem. **Didática.** São Paulo, v.18, p. 33-39, 1982.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 8ª Ed. São Paulo: Positivo, 2010.

ISAIA, S. M. A.; BOLZAN, D. P. V. Tessituras dos processos formativos de professores que atuam nas licenciaturas. In: ALONSO, O. R. (org). **Educação, matemática e física**. Santa Maria: UNIFRA, 2006.

_____. Formação do professor do ensino superior: um processo que se aprende? **Revista Educação**. v. 29, n. 2, p. 121-133. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

ISAIA, S. M. Professores de licenciatura: concepções de docência. In: MOROSINI, M. (org). **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003. p. 263-277.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, E. F. O pensamento do professor: construindo metáfora, projetando concepções. In: Abromowivz, A. e Melo, R. (org). **Educação: pesquisas e práticas**. São Paulo: Papirus, 2000.

LIMA, M. G. S. B. As concepções/crenças de professores e o desenvolvimento profissional: uma perspectiva autobiográfica. **Revista Iberoamericana de Educación**. v. 43/7, p. 1-8. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (ISSN: 1681-5653), 2007.

LIMA, R. K. Políticas Públicas de Defesa Social e a Formação de Policiais. In: ZAVERUCHA, J. e BARROS, M. R. N. **Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais**. Recife: Massangana, 2002.

MACEDO, L. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza, de Philippe Perrenoud. **Rev Pátio Aqui se Aprende [periódico online]**. v. 5, n. 1, 2001.

MANRIQUE, A. L. **Processo de formação de professores em geometria: mudanças em concepções e práticas**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

MARCELO, C. **Formación del profesorado para el cambio educativo**. Barcelona: EUB, 1999.

_____. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDEIROS, T. G. **Concepções de professores de inglês e intérpretes diante das políticas educacionais inclusivas e a prática do ensino de inglês para alunos surdos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2011.

MENEZES, L. C. de. Formar professores: tarefa da universidade. In: CATANI, D. B. et al. **Universidade escola e formação de professores**. São Paulo, Brasiliense, p. 115-25, 1987.

MIZUKAMI et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: UFSCar, 2002.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 2003.

MOROSINI, M (org). **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

MUNIZ, J. O. A crise de identidade das Polícias Militares: dilemas e paradoxos da formação. **Security and Defense Studies Review**. v. 1, p. 187-198, 2001.

_____. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”**: cultura e cotidiano da **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau de doutor em Ciência Política. 1999.

NASCIMENTO, T. G. **Polícia - Uma identidade em Discussão: construção, validação e aplicação de um instrumento**. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

_____. **Um estudo do processo de construção da identidade policial na polícia militar do Distrito Federal**. Monografia de especialização em Segurança Pública e Cidadania. Instituto de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PAULA, J. C. **Aqui tem violência? As representações sociais de violência urbana dos moradores da Ceilândia**. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PEIRCE, C. S. **The essencial Peirce: selected philosophical writings**. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

PEREIRA, L. A. **O processo de mediação da aprendizagem: concepções de professores do ensino técnico**. Dissertação de mestrado, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEROVANO, D. G. **Concepções dos instrutores do programa educacional de resistências às drogas e à violência sobre a sua formação**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, P. et al. **Formando professores profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PINC, T. M. **Treinamento Policial: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial na rua.** Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em ciência política. São Paulo, 2011.

PIRES, T. A. P. S. **O ensino policial civil: o caso da Academia de Polícia Civil de Goiás.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

PIVETTA, H. M. F. **Concepções de formação e docência dos professores do curso de fisioterapia do Centro Universitário Franciscano.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-Rs, 2006.

Plano Estratégico 2011-2012: Planejamento a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI. Polícia Militar do Distrito Federal- Estado-Maior/Seção de Inteligência Estratégica Ciência e Tecnologia. 1 ed. de Brasília: PMDF/Rio de Janeiro: Talagarça, 2011.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Regimento do Instituto Superior de Ciências Policiais.** Academia de Polícia Militar de Brasília, 2011.

_____. **Normas Gerais para Medida da Aprendizagem.** Portaria nº 486 de 09 de dezembro de 2005.

_____. **Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução.** Portaria PMDF nº 416 de 28 de Abril de 2004.

POMBO, O. Para um modelo reflexivo de formação de professores. **Revista de Educação.** v.3, n.2, p.34-37, 1993.

PONCIONI, P. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública,** São Paulo. v. 1, n.1, p. 22-31, 2007.

_____. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Rev. Sociedade e Estado.** v. 20, n. 3, pp. 585-610, set/dez 2005.

PONTE, J. P. Concepções dos professores de matemática e processos de formação. In **Educação Matemática: temas de investigação**, p. 185-239, Lisboa: IIE, 1992.

PRADO, C.; LEITE, M. M. J. Compreendendo as intenções das ações de um corpo docente multiprofissional em um curso de graduação em enfermagem. **Rev. bras. enferm. [online]**, v. 63, n.4, pp. 548-554, 2010.

RAMOS, P.; STRUCHINER, MIRIAN. Concepções de educação em pesquisas sobre matérias informatizados para o ensino de ciências e de saúde. **Ciência e Educação**. v.15, n. 3, p. 659-679, 2009.

RANGEL, M.; TEVE, N. (Orgs.). **Representações sociais e educação: temas e enfoques contemporâneos de pesquisa**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1999.

REBELO, R. A. A. O diálogo como prática pedagógica contribuindo para a superação da indisciplina escolar. In: FREIRE, A. M. A. **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Unesp, 2001.

ROGER, C. L. **Liberdade de aprender em nossa década**. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

ROLIM, M. Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 32-47, 2007.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e a ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). et al. **Profissão professor**. Porto: Porto, p. 63-92, 1995.

SAMPIERI, R.H. **Metodología de la investigación**. México: MacGraw-Hill, 1998.

SANTOS, L. M. **Concepções do professor de matemática sobre o ensino de álgebra**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a**

aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional.** Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

_____. **Matriz Curricular Nacional.** Brasília: Ministério da Justiça, 2003.

_____. **Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão.** Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

SILVA, G. G. **A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na construção do suspeito.** Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, J. B. Os novos parâmetros educacionais das Polícias Militares brasileiras: um exercício de análise a partir da formação profissional dos soldados da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, na primeira década do século XXI. **Rev Brasileira de Segurança Pública**, v. 06, n° 01, fev/mar 2012.

SILVA, L. F. R. A. **Concepções norteadoras da prática pedagógica de professores da educação infantil e uso pedagógico da culinária: possíveis relações.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2012.

SILVA, R. R. **Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar Dom João VI.** Rio de Janeiro: UFF, 2011.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policciamento Comunitário.** São Paulo, EDUSP, 2006.

SOUZA, N. S. M. **Concepções pedagógicas e práticas docentes em escolas da rede municipal de Aracaju-SE.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão-SE, 2010.

SUSSUARANA, J. M. C. **Polícia – Origem da palavra – métodos, evolução e histórico da Polícia Militar do Distrito Federal**. Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, s. d.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TAVARES, G. M.; SOUZA, L.; MENANDRO, P. R. M.; TRINDADE, Z. A. Concepções de policiais militares sobre categorias sociais que são alvo do trabalho policial. **Revista do Departamento de Psicologia** (UFF), v. 16, n. 1, p. 77-95, Niterói, 2004.

THOMPSON, A. G. Teacher's beliefs and conceptions: a synthesis of the research. In: GROUWS, D. A. (org). **Handbook of research in mathematics teaching and learning**. New York: MacMillan, 1992. p. 127-146.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa em Educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VALENTIN, L; SANTANA. L. C. Concepções e práticas de educação ambiental de professores de uma escola pública. **Ciência e Educação**, v. 12, n. 2, p. 387-399, São Paulo, 2010.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Diários de aula**. Porto Alegre: Porto, 1994

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Eu _____, RG, _____, CPF: _____ autorizo a pesquisadora **Daniele Alcântara Nascimento**, mestranda em Educação–UnB, cuja pesquisa é denominada “ **CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE BRASÍLIA ACERCA DO ALUNO POLICIAL MILITAR**”, sob orientação da Prof. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira, a utilizar-se das informações obtidas na entrevista, da qual participo, por meio de gravador de voz e respostas transcritas, obedecendo aos critérios da ética de pesquisa, onde está assegurado o total anonimato.

Declaro-me ciente e concordo com o acima exposto.

_____, em _____ de _____ de 20____.

Assinatura / Rubrica do(a) Participante

CPF/ RG

APÊNDICE B – Dados Demográficos



Sexo

Masculino Feminino

Ano de Nascimento: _____

Professor: Civil Policial Militar

Se civil: Qual a instituição de ensino de origem? _____

Se Policial: Posto / Graduação: _____

Nível Educacional:

Graduação Especialização Mestrado Doutorado

Pós-doutorado Área: _____

Estado Civil:

Solteiro(a) Casado(a) Viúvo(a) Divorciado

Tempo na Profissão de Professor (no caso dos professores civis): _____

Tempo de Professor na APMB: _____

Tempo na Polícia (como policial militar): _____

Forma de ingresso como professor na PMDF:

Convênio Voluntário Escala